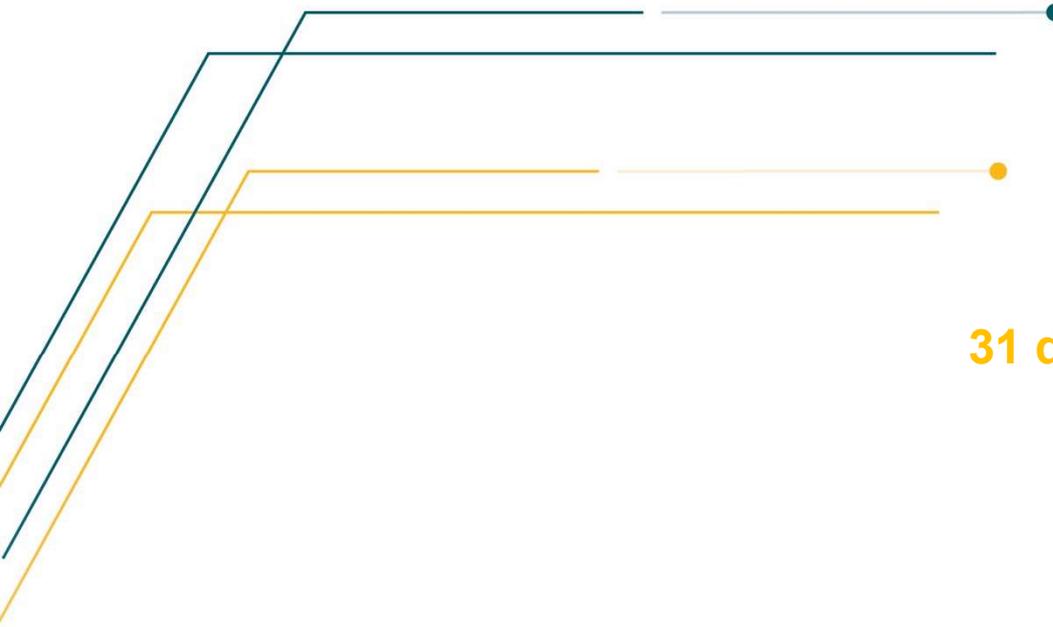


The logo for IRB Brasil RE, featuring the text "IRB Brasil RE" in white on a dark teal background with a yellow diagonal stripe.

Líder em resseguros no Brasil

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Four decorative lines (two dark teal and two yellow) that start from the left edge and extend horizontally to the right, ending in small circular dots. The lines are slightly offset from each other.

31 de dezembro de 2018

www.irbbrasilre.com

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
IRB-Brasil Resseguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("Companhia" ou "Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis do IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IRB-Brasil Resseguros S.A. e do IRB-Brasil Resseguros S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, inclusive as aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2017. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de resseguros (Notas 8, 19 e 27.9)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuem obrigações derivadas de seus contratos de resseguros que estão registradas na rubrica "Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões" ("Provisões Técnicas") que totalizam R\$ 8.823.037 mil (o valor líquido de ativos de retrocessão equivale a R\$ 5.727.202 mil) nas demonstrações contábeis consolidadas. A determinação dos valores de provisões técnicas dos contratos de resseguros envolve julgamento relevante da Administração na elaboração de metodologias para a mensuração dessas provisões, com base em premissas determinadas e suportadas pelas informações e experiência da equipe atuarial da Companhia.

Adicionalmente, a Administração realiza o teste de adequação de passivos ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro. O TAP envolve a apuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados brutos de retrocessão, descontados por taxa obtida por meio do modelo de Svensson para as curvas de cupom de IPCA prefixada e cupom cambial. O TAP também considerou premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na Nota 27.9.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes premissas e metodologias para a mensuração e o reconhecimento dessas provisões técnicas pode resultar em impactos relevantes na mensuração dessas provisões e nos resultados da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes da efetividade dos controles internos relevantes relacionados ao processo de registro, avaliação e aprovação das provisões técnicas de resseguros e dos ativos de retrocessão da Companhia e de suas controladas. Consideramos, ainda, os controles de aprovação das notas técnicas atuariais da Companhia e suas controladas pelos responsáveis finais técnicos, confirmando se estes tinham as qualificações e experiência apropriadas.

Adicionalmente, testamos as principais premissas financeiras e atuariais utilizadas pela Administração na determinação das provisões e comparamos com as premissas utilizadas pelo mercado e/ou com base no histórico da Companhia, bem como procedemos ao recálculo dos principais saldos das provisões técnicas em 31 de dezembro de 2018, testando a exatidão e a integridade das bases de dados utilizadas de emissão de apólices e de sinistros ou de contratos de retrocessão, conforme o caso, por meio de técnicas de auditoria por computador.

Consideramos que as premissas utilizadas na determinação das Provisões Técnicas - Resseguros e Retrocessões são razoáveis, o resultado do cálculo das provisões reflete as premissas utilizadas e as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas.

Porque é um PAA

Receita de prêmios emitidos de contratos de resseguros (Notas 25.1 e 27.14)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas auferiram receitas de prêmios de contratos de resseguros que totalizam R\$ 6.961.340 mil nas demonstrações contábeis consolidadas. A mensuração da receita de prêmios de contratos de resseguros é um processo complexo em virtude das diversas variáveis que são utilizadas em sua apuração, dentre as quais se destacam: (i) a análise e a aceitação do risco no processo de subscrição; (ii) o processamento e a contabilização do prêmio conforme os tipos de contratos - facultativos ou automáticos - e; (iii) os critérios de repartição dos prêmios - proporcionais e não proporcionais. Dessa forma, são necessárias a consideração de diversos aspectos na apuração das estimativas e o reconhecimento da receita de prêmios emitidos nos montantes e períodos corretos.

Consideramos o reconhecimento da receita de prêmios emitidos de contratos de resseguros como relevante em nosso processo de auditoria devido aos montantes envolvidos e as inúmeras peculiaridades envolvendo o processo de aceitação do risco, bem como o seu reconhecimento contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento e teste da efetividade dos controles internos relevantes do processo de subscrição, de reconhecimento da receita de prêmios emitidos e dos sistemas relevantes de tecnologia da informação que suportam esses processos e controles.

- Utilização de técnicas de auditoria por computador para confirmar a integridade dos dados operacionais de prêmios emitidos para posterior comparação com os montantes registrados no sistema contábil.

- Em base amostral, testes de transações das operações de resseguros com foco nas confirmações das variáveis contratuais mencionadas, inspeção de documentação-suporte (contratos e apólices), e análise da aderência às políticas aplicadas para o reconhecimento dos prêmios efetivos e estimados derivados dos referidos contratos e apólices.

- Testes de liquidação subsequente de prêmios emitidos, com a inspeção de documentos que comprovem o recebimento dos montantes registrados contabilmente.

Como resultado da aplicação desses procedimentos, consideramos que as variáveis utilizadas no reconhecimento da receita de prêmios emitidos de contratos de resseguros são consistentes com as políticas contábeis da Companhia e suas controladas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Resseguradora e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Resseguradora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, inclusive as aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora e suas controladas.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2018**Senhores Acionistas,**

Submetemos a vossa apreciação o Relatório da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE relativas ao referido exercício e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), associadas às normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis – *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI) do IRB Brasil RE (<http://ri.irbre.com/ptb/central-de-resultados>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**Destaques do Ano**

O ano de 2018 foi marcado pelo crescimento de 20,4% no total de prêmios emitidos pela Companhia, alcançando R\$ 6.963,9 milhões, em linha com o *guidance* reportado para o exercício de 2018, que era um crescimento do prêmio emitido entre 17% e 21% em relação ao ano de 2017.

A Companhia deu continuidade à sua estratégia de crescimento, mantendo o foco em eficiência e rentabilidade. Encerrou o ano de 2018, com um crescimento de 43,2% no resultado de *Underwriting*, aumentou sua eficiência administrativa tendo encerrado o ano de 2018 com um índice de despesa administrativa como percentual do prêmio ganho de 4,8% e manteve sua eficiência na gestão de seus ativos financeiros. Com isso o lucro líquido da Companhia avançou 31,8% em 2018, alcançando R\$ 1.218,8 milhões, com um retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) de 32,1%. A Companhia deverá efetuar o pagamento, sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, de 75% do seu lucro líquido ajustado registrado em 2018, o que representará o montante de R\$ 893,4 milhões. Os valores propostos serão submetidos à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em março de 2019.

Completando um ano como companhia aberta – a Oferta Pública de Ações (IPO) foi realizada em 31 de julho de 2017 –, as ações do IRB Brasil RE foram as que mais se valorizaram em 2018 entre as empresas que compõem o IBrX 100 – índice composto pelas 100 ações de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro e que a Companhia passou a integrar em maio de 2018. No começo do ano passado, as ações do IRB valiam R\$ 32,48 e fecharam 2018 em R\$ 83,46, uma valorização de 157% no ano. Com isso o valor de mercado da Companhia avançou de R\$ 10 bilhões em dezembro de 2017 para R\$ 26 bilhões no encerramento de 2018.

Além do IBrX 100, as ações do IRB foram incluídas em alguns indicadores de relevância para o mercado, como a composição do índice MSCI Brazil (*Morgan Stanley Capital International*), que serve de referência para diversos fundos de investimentos globais; e na revisão de junho do índice FTSE, a ação do IRB foi incluída no *Renaissance Latin America*, que representa as atividades e o desempenho dos novos emissores cujo mercado principal de negociação é a América Latina.

Como parte da estratégia de manter uma relação próxima com os clientes, o IRB Brasil RE liderou o *Insurance Forum* 2018, que tratou da importância do mercado de seguros e resseguros para a economia global e foi uma preparação

para o encontro do G20. O mercado de seguros e resseguros teve um encontro exclusivo no âmbito do G20, em setembro, em Bariloche, na Argentina, com importantes discussões e inovações também apresentadas pelo IRB.

A Companhia também promoveu, em setembro de 2018, o IRB *Innovation Day*, encontro com o objetivo de repensar e reinventar a Companhia, reunindo grandes nomes dos mercados de tecnologia, digital, *design* e marketing. Um Comitê de Inovação foi criado para debater e trazer temas como *design* de serviço, ciência de dados, inteligência artificial e aplicações da tecnologia *blockchain* para soluções de resseguro.

Ao longo do ano, o IRB ainda lançou produtos em linhas como Vida e Agronegócio, tais como o app de Agro, a ferramenta de telesscrição, o produto de seguro marítimo P&I (*Protection and Indemnity Insurance*) e Seguro para Altas Rendas; pulverizou linhas de negócios que compensaram a menor demanda nos segmentos de engenharia e transportes; e ampliou sua atuação internacional com o foco, principalmente, na América Latina.

Destaca-se ainda como uma das grandes realizações do ano de 2018 a bem sucedida renovação dos contratos de retrocessão para o exercício de 2019, mantendo-se as mesmas condições financeiras atribuídas para o ano anterior e tendo conquistado melhorias nas condições operacionais. A capacidade e o suporte foram oferecidos pelos maiores *players* do mercado de resseguros global, sendo que estes parceiros foram selecionados pela qualidade do rating, além de oferecer um suporte estratégico nas diferentes linhas e representarem potencial para cederem negócios para o IRB, visando um relacionamento a longo prazo.

Nos próximos quatro anos, a previsão de retomada do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) favorece a expansão do mercado de resseguros, que nos últimos seis anos apresentou um crescimento médio de 21% aa. Ademais, o retorno dos projetos de infraestrutura, somados aos novos leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP), às privatizações e à nova dinâmica para os planos VGBL, podem trazer um novo impulso para a indústria, uma expansão que pode superar o crescimento do PIB.

A administração do IRB tem o compromisso de seguir ampliando o negócio, com seriedade e prudência diante dos desafios do mercado. Além dos resultados, tanto operacionais quanto financeiros, o IRB colheu importantes reconhecimentos – não só de representantes do mercado, mas de toda a sociedade - e contribuições de todos os acionistas, colaboradores, parceiros de negócio, públicos de interesse e setores da sociedade.

Responsabilidade Social Corporativa

A Responsabilidade Social Corporativa é um aspecto importante para o IRB Brasil RE. Por meio de iniciativas próprias, ou em parceria com diversas instituições, procuramos contribuir para melhorar em vários aspectos a vida em sociedade, construindo laços responsáveis com o mundo em que vivemos e com as pessoas com as quais nos relacionamos.

Em 2018, a Companhia deu sequência ao seu Programa de Voluntariado, lançado em 2016, que promove ações voltadas à sustentabilidade. O programa tem como foco a criação de oportunidades de doação de tempo pelo bem comum. É formado por um comitê gestor e executor que atua por meio de três projetos: “Cuidando dos seus”, “Ler é amor” e “Saúde é vida”, com a realização de atividades planejadas anualmente. Durante o ano, foram realizadas 26 atividades que atenderam diretamente aproximadamente 40 pessoas, além de 304 pessoas assistidas indiretamente pelas doações de sangue, uma das iniciativas do programa. Também foram promovidas ações sociais com engajamento do público interno. No total, foram realizadas 4 campanhas com foco em impacto social. A primeira campanha, o bolão da doação teve recorde de arrecadação, com aproximadamente 9 toneladas de alimentos. Os colaboradores também foram estimulados a doar agasalhos e calçados. No total, todas as ações

beneficiaram oito instituições e famílias assistidas pelo Programa do Voluntariado. Outubro foi marcado pelo Dia das Crianças, com um evento que reuniu os filhos dos colaboradores e crianças de duas instituições carentes. Inspirados pela data, os colaboradores também doaram 160 livros infantis para o projeto Ler É Amor, do Programa de Voluntariado.

Já em novembro de 2018, a campanha Todos Somos Solidários mobilizou os colaboradores a doarem alimentos. Foram arrecadados aproximadamente 740 kg doados pelos nossos colaboradores e o IRB doou cerca de 3500 kg, totalizando, aproximadamente, 4 toneladas de alimentos para fazer mais feliz o Natal de instituições do Rio de Janeiro e de São Paulo. Para fechar o ano, realizamos “Todos somos uma esperança”, campanha que apadrinhou 168 crianças de instituições carentes, com um kit de natal contendo roupa, calçado e brinquedo.

Estivemos à frente de programas culturais dedicados a escolas, instituições sociais e grupos em vulnerabilidade social no Rio de Janeiro. No decorrer do ano, a Companhia promoveu visitas guiadas ao Museu do Amanhã, proporcionando um aprendizado importante para aproximadamente 150 crianças, entre 5 e 12 anos. As instituições beneficiadas foram PALE, Conquista Social, Escola Dom, Escolinha de vôlei da Adriana Samuel – Copacabana e Deodoro e INPAR.

A visibilidade da marca IRB Brasil RE também foi priorizada na seleção dos patrocínios esportivos, que em 2018 foi marcado pelo torneio Rio Open e pelo projeto Sem Barreiras.

No campo social, o IRB Brasil RE busca promover a saúde e a qualidade de vida da sociedade em geral. Em 2018, foram firmadas parcerias com o Hospital GRAACC, com o Lar Divino Amigo, Hospital de Câncer de Barretos, AMEO – Associação da Medula Óssea, Instituto Desiderata e Fundação do Câncer.

Impactos Socioambientais e Governança

Apesar dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades, assim como de seus fornecedores, serem baixos, o IRB Brasil RE tem adotado práticas que visam reduzir os danos ao meio ambiente, como a digitalização de processos, programa de reciclagem de lixo, não utilização de copos plásticos, uso eficiente de água e luz e a contratação de empresa certificada para o descarte do lixo eletrônico. Desde 2017, os funcionários da companhia foram convidados a participar ativamente das iniciativas de redução da produção de resíduos, por meio do programa “Reduza Seus Resíduos”.

Atenta ao bem-estar de seus colaboradores, a companhia também realiza campanhas anuais de clima, em parceria com o instituto Great Place to Work (GTPW); adotou o Programa de Qualidade de Vida; e põe em prática campanhas com o foco na saúde, como as de vacinação. Em relação à inclusão social, temos o programa Jovem Aprendiz. Dezesete jovens foram convertidos em estagiários. Destes, 24% foram efetivados. Outro ponto importante a se ressaltar é que, atualmente, 47% dos funcionários do IRB são mulheres e, destas, 36% estão em cargo de gestão.

O IRB Brasil RE também adota critérios rigorosos na contratação de fornecedores, incluindo, por exemplo, a política de *Know Your Supplier* (KYS), em que uma *due-diligence* é realizada antes da assinatura dos contratos administrativos. Estes normativos, que incluem cláusulas de confidencialidade, protegem a imagem ou reputação da Companhia em eventual sinistro ou passivo socioambiental. A Companhia tem ainda a Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo. Juntamente à KYS, as políticas de *Know Your Customer* e *Know your Employee*, ajudam a mitigar estes riscos.

A Companhia faz parte da Associação de Genebra e do Comitê de Sustentabilidade da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), além de estar em processo de assinatura dos Princípios para Seguros Sustentáveis, da

Organização das Nações Unidas (ONU), que deve acontecer ainda em 2019. Para este ano, objetivo é, então, continuar avançando. Está previsto também um projeto para instalação de novo sistema de controle de uso de água e energia, detectando desperdícios, e a ampliação suas práticas de voluntariado.

Principais Reconhecimentos

A trajetória ascendente do IRB Brasil RE foi reconhecida por diversos prêmios em 2018, e não apenas na área de resseguros. Alguns destaques dos principais reconhecimentos concedidos ao IRB em 2018:

- Reconhecimento do mercado figurando a lista de tops CEO, CFO e RI da América Latina em 2018, segundo a publicação *Institutional Investor - Euromoney*. O IRB também figurou o primeiro lugar entre as melhores empresas da América Latina de sua categoria, concorrendo com grandes instituições não-financeiras;
- Título de ressegurador brasileiro do ano pela revista *Reactions*, o "*Reactions Latin America Re/Insurance Awards*";
- Prêmio Segurador Brasil na categoria especial "Empreendedor Brasil";
- Premiação "Oscar do Seguro" do Clube Vida em Grupo do RJ elegeu o IRB como empresa destaque do ano 2017/2018 em resseguros; e
- Listada entre as 3 principais empresas do setor de Seguros, Previdência e Capitalização pelo "Estadão Empresas Mais".

DESTAQUES FINANCEIROS DO ANO

Prêmio Emitido, Prêmio Retido e Prêmio Ganho

Em 2018, o volume total de **prêmio emitido** pelo IRB Brasil RE avançou 20,4% em relação ao ano de 2017, totalizando R\$ 6.963,9 milhões. Desse montante, R\$ 4.219,7 milhões foram prêmios emitidos no Brasil e R\$ 2.744,1 milhões no exterior. O crescimento de 20,4% nos prêmios emitidos em 2018 é reflexo da combinação do aumento no volume de novos contratos, da ampliação de participações em contratatos que já integravam o portfólio da Companhia, bem como do ganho de market share ao longo do ano de 2018. Com isso, a Companhia ficou em linha com o *guidance* para crescimento de prêmio emitido em 2018 que era de 17,0% a 21,0% em relação a 2017.

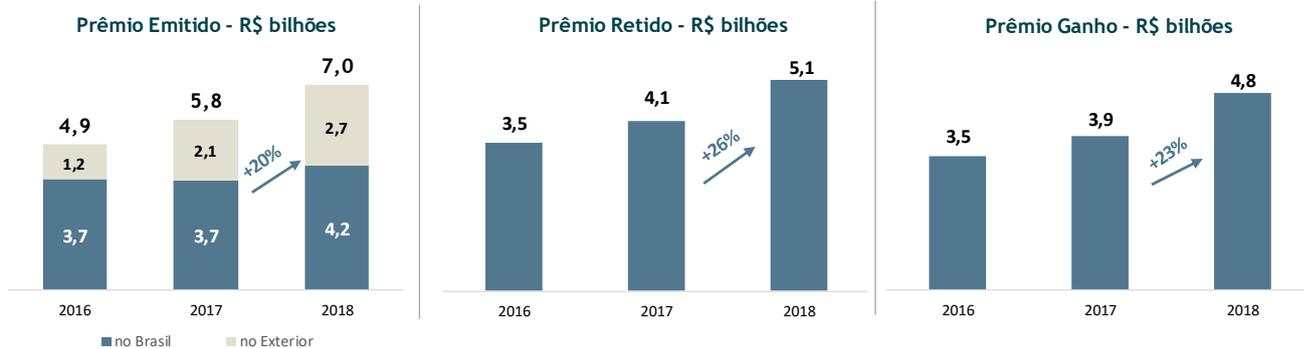
No ano, o segmento que liderou a emissão de prêmios emitidos no Brasil foi o de *property*, que respondeu por 31% do prêmio total emitido no país. Outros dois segmentos de destaque no Brasil foram o rural, com 28% de participação e o segmento de riscos especiais com 13% de participação.

Do total de prêmios emitidos no exterior de R\$ 2.744,1 milhões, o segmento que liderou a emissão de prêmios foi o segmento de vida que respondeu por 46% do prêmio total emitido no exterior. Outro segmento de destaque no exterior foi o de *property* com 24% de participação, seguido pelo rural com 15% dos prêmios emitidos no exterior em 2018 e o de aviação com 6%.

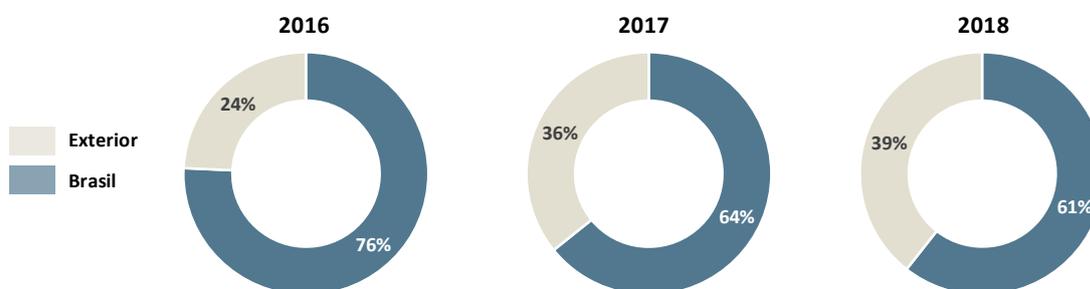
O **índice de retrocessão** no acumulado do ano saiu de 30,0% em 2017 para 26,9% em 2018, uma redução de 3,1 pontos percentuais, reflexo da melhoria nas negociações comprovando o *track record* de baixa sinistralidade, bem como da melhoria nas condições operacionais.

No encerramento do ano de 2018, o total de **prêmio retido** totalizou R\$ 5.093,9 milhões, um crescimento de 25,7% em relação a 2017.

Em 2018, o **prêmio ganho** também seguiu a mesma tendência de crescimento, totalizando R\$ 4.797,1 milhões, um avanço de 22,8% comparativamente a 2017.



Distribuição dos Prêmios Emitidos - %



Sinistro Retido

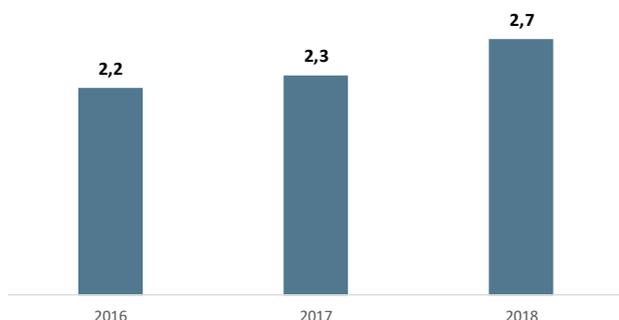
Em 2018, o índice de sinistralidade foi de 55,9%, contra 59,0% em 2017, um decréscimo de 3 pontos percentuais em relação a 2017.

A rubrica de sinistros retidos possui dois componentes principais: a PSL (Provisões de Sinistros a Liquidar), que reflete os avisos de sinistros que a Companhia recebeu no período, e a IBNR (*Incurred But Not Reported*), que se refere, essencialmente, a uma provisão atuarial feita pela Companhia em bases estatísticas para se prevenir de futuros avisos de sinistros.

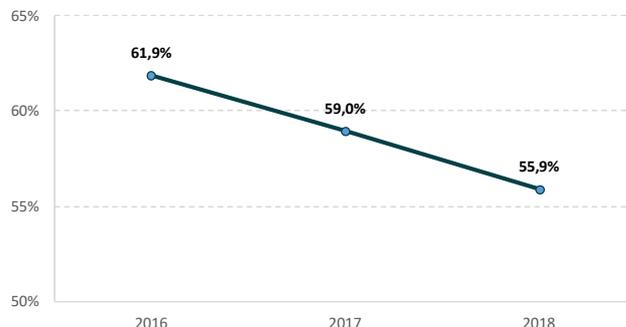
Em 2018, a sinistralidade medida pela PSL correspondeu a 47,6% do prêmio ganho, uma diminuição de 2,4 pontos percentuais ante os 50,0% registrados em 2017. Em termos nominais, a PSL passou de uma contribuição líquida de R\$ 1.952,1 milhões em 2017 para uma contribuição líquida de R\$ 2.284,0 milhões em 2018, ou seja, um aumento de 17,0%. Esse patamar da PSL contempla, dentre outras variáveis, as prestações de contas dos sinistros ocorridos relativos aos novos contratos que a Companhia registrou em 2018.

Ao final de 2018, a sinistralidade medida pelo IBNR correspondeu a 8,8% do prêmio ganho, praticamente estável em relação a 2017 que foi de 8,6%. Em termos nominais, o IBNR passou de uma contribuição líquida de R\$ 334,1 milhões em 2017 para uma contribuição líquida de R\$ 422,7 milhões em 2018. O aumento no IBNR na visão anual, tem como principal driver o aumento de prêmios no período, em decorrência de um maior volume de novos contratos, cuja constituição do IBNR é feita de forma agravada.

Sinistro Retido - R\$ bilhões



Índice de Sinistralidade - %

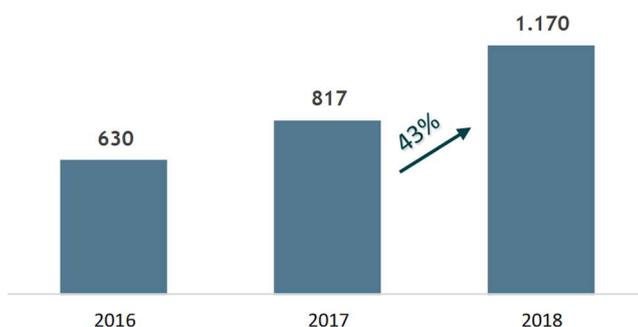


Resultado de Subscrição (*Underwriting*)

No acumulado do ano de 2018, o resultado de *underwriting* totalizou R\$ 1.169,6 milhões, um crescimento de 43,2% quando comparado a 2017. O aumento no volume total de prêmio emitido de 20,4% combinado com uma queda no índice de sinistralidade de 3 pontos percentuais, que passou de 59% em 2017 para 56% no encerramento de 2018, sustentaram o avanço robusto no resultado de *underwriting* da Companhia.

Em 2018, foram realizados diversos treinamentos para as seguradoras com foco nos segmentos de *Property*, *Vida e Aviação*. Novas ferramentas foram implementadas, tais como o *Agility* (questionário inteligente com regras automáticas para aceitação e recusa), e a *Telessubscrição* (produto totalmente digital que realiza a subscrição por análise facial), que adicionaram inovação, rapidez e tecnologia aos serviços.

Resultado de *Underwriting* - (R\$ milhões)



Resultado Financeiro

Ao final de 2018, o resultado financeiro consolidado em reais da controladora e de suas subsidiárias/sucursais totalizou

R\$ 628,9 milhões contra R\$ 754,9 milhões em 2017, uma redução de 16,7% no período. Essa redução, no entanto, foi inferior à redução da Selic média de 35%, que passou de 9,9% no ano de 2017 para 6,4% no ano de 2018.

O saldo médio diário da carteira de investimentos financeiros durante o ano de 2018, excluindo a carteira de imóveis, totalizou R\$ 6,0 bilhões.

Em 2018, a rentabilidade da carteira de investimentos financeiros consolidados em reais da controladora e de suas subsidiárias/sucursais foi de 141% do CDI no ano de 2018, um aumento de 10 pontos percentuais em relação aos 131% do CDI no ano de 2017.

A performance da gestão dos referidos ativos financeiros consolidados em reais da controladora e de suas subsidiárias/sucursais deveu-se, especialmente, a alocações estratégicas em títulos públicos pre-fixados e indexados à inflação, bem como operações táticas em dólar, principalmente no segundo trimestre de 2018.

O fundo de investimento renda fixa IRB Brasil RE Absoluto Títulos Públicos (Código Bloomberg: IRBABST BZ), que é de gestão própria do IRB, concentrava ao final de 2018 um volume de ativos totais (títulos públicos) no montante de aproximadamente R\$ 2,8 bilhões, ou seja, 42% da carteira total de ativos financeiros da Companhia (R\$ 6,6 bilhões) e atingiu rentabilidade de 124% do CDI no ano.

Na carteira própria da Companhia, que concentrava ativos de R\$ 3,8 bilhões na posição ao final de 2018, o grupamento de ativos mais importante era o de títulos públicos pós-fixados (LFTs).

Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 145 da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, o IRB Brasil RE declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações, bem como a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial da Companhia, ou seja, as suas receitas/despesas com imóveis de renda, líquidas, apresentaram um crescimento de 43,3% em 2018 comparativamente a 2017. Esse crescimento decorre de alguns fatores, tais quais: (i) aumento na receita de aluguel dos shoppings; (ii) redução expressiva das taxas de inadimplência dos lojistas nos referidos empreendimentos; (iii) redução das despesas de manutenção e marketing; (iv) aluguel de imóveis de renda, lajes comerciais que estavam vagas; e (v) aluguel de terrenos da Companhia para empresas de estacionamento que estavam sem uso.

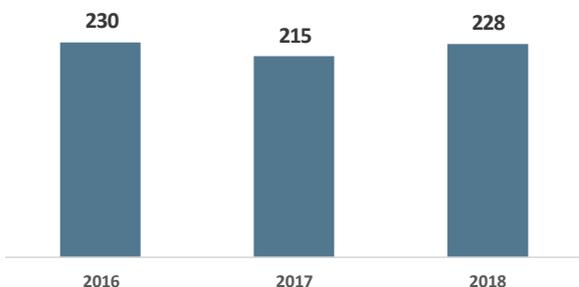
O resultado da carteira de ativos imobiliários em 2018 corresponde a uma rentabilidade que equivale a IGP-M+11,5% ao ano, uma performance que excede em 42,3% do custo de capital da Companhia para seus ativos imobiliários que é de IGP-M+6%.

Despesas Gerais e Administrativas

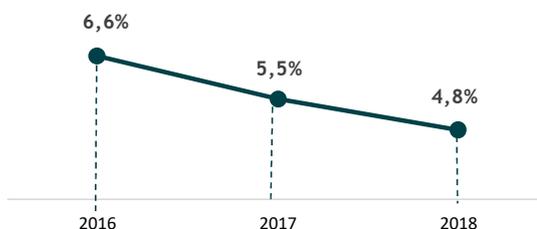
No encerramento de 2018, o índice de despesas administrativas como percentual de prêmios ganhos recuou de 5,5% em 2017 para 4,8% em 2018. A redução no índice de despesas administrativas ficou em linha com a previsão reportada no guidance para o exercício de 2018 que era de 4,8% a 5,2%.

O compromisso da administração com a busca constante de aumento de eficiência e melhoria da rentabilidade continua sendo a base de atuação da Companhia.

Despesas Administrativas - R\$ milhões



Índice de Despesas Administrativas - %

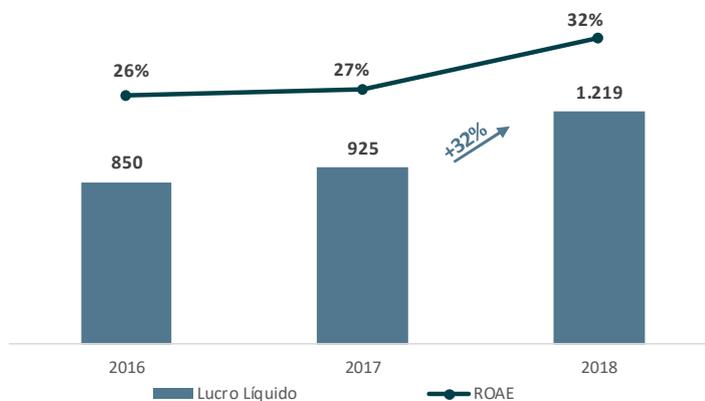


Lucro Líquido

No encerramento de 2018, o lucro líquido apresentou uma expansão de 31,8% em relação a 2017, passando de R\$ 925,0 milhões em 2017 para R\$ 1.218,8 milhões em 2018.

O Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) de 32,1% expandiu cerca de 5 pontos percentuais sobre 2017, cujo ROAE foi de 26,8%. Esse resultado reflete o crescimento do resultado operacional mais que compensando a redução do resultado financeiro nos períodos, em função da queda da taxa SELIC.

Lucro Líquido - R\$ milhões | ROAE - %



Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Ao longo do exercício de 2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a distribuição do valor bruto de R\$ 246,0 milhões a título de juros sobre o capital próprio a seus acionistas. Desse montante, R\$ 180,4 milhões foram antecipados em novembro de 2018. O Conselho de Administração da Companhia propôs ainda a distribuição adicional de R\$ 647,5 milhões sob a forma de dividendos.

A distribuição total de dividendos e JCP proposta pela administração para o exercício de 2018 totalizou R\$ 893,4 milhões, o que representa 75,0% do lucro líquido ajustado registrado no período. A proposta de destinação do resultado de 2018 será submetida à aprovação dos acionistas na AGO que deverá ser realizada no mês de março de 2019.

Dividendos e JCP (R\$ milhões)

OUTROS DESTAQUES

Gestão de Risco

A Companhia adota desde 2013 uma política de gestão de riscos, com objetivo de reduzir riscos de subscrição, mercado, crédito, operacionais, estratégicos e regulatórios. Essa política é aprovada e revista pelo Conselho de Administração e sua aplicação é monitorada semestralmente pelo Conselho, trimestralmente pelos Comitês de Gestão de Riscos e de Auditoria e regularmente pela Diretoria da Companhia.

A Administração considera que a estrutura operacional e os controles internos para a verificação da efetividade da política adotada são adequadas. O IRB Brasil RE recebeu da agência A.M. Best, a mais antiga empresa especializada em avaliação de riscos do segmento de seguros, a classificação de risco A- (excelente), com perspectiva positiva. De acordo com comunicado divulgado pela A.M. Best, “o resultado reflete o forte perfil de negócios no mercado de resseguros brasileiro, além do sólido desempenho financeiro e da capitalização ajustada aos riscos. A partir da abertura do mercado ressegurador, a Companhia tomou várias iniciativas para manter sua posição de liderança no Brasil e intensificar o processo de expansão internacional.”

Os treinamentos sobre o Código de Ética e Conduta são obrigatórios e realizados anualmente, via e-learning, por 100% dos colaboradores. Novos colaboradores admitidos têm 60 dias para efetuar o treinamento, que se não realizado neste prazo, ocasiona penalidade na participação anual dos lucros do colaborador. O ciclo anual de treinamentos foi finalizado em dezembro de 2018, com participação de 100% dos colaboradores.

A Companhia possui um canal de ética corporativa independente, acessível em seu website, com garantia de sigilo e anonimato. Por não possuir clientes pessoas físicas, o número de relatos é bastante reduzido historicamente, não tendo sido recebido nenhum relato em 2018. Os relatos, quando efetuados, são recebidos, pré-analisados, e se necessário, levados ao Comitê de Ética para deliberação.

Governança Corporativa

A Companhia conta com uma estrutura de governança bastante robusta, que tem como principais componentes: Conselho de Administração, Comitês Executivos e Estratégicos, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Auditoria Externa e Órgãos Reguladores. Estes diversos órgãos de controle, fiscalização e governança propiciam supervisão independente e avaliação estratégica de toda a empresa.

Existem seis comitês ligados ao Conselho de Administração (Governança Corporativa; Investimentos; Auditoria; Gestão de Pessoas; Gestão de Riscos e Subscrição) com uma agenda regular de trabalho para acompanhamento, monitoramento e suporte da gestão do IRB Brasil RE.

A Companhia possui uma série de códigos e políticas que demonstram o compromisso da Companhia com a manutenção da integridade e da ética em suas atividades, tais como: (i) Código de Ética e Conduta, (ii) Política de Governança Corporativa, (iii) Política de Gestão de Riscos, (iv) Política de Compliance, (v) Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, (vi) Política de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção, (vii) Política de Segurança da Informação e (viii) Política de Alçadas.

Os órgãos de fiscalização e controle devem desempenhar suas atribuições estatutárias observando os princípios estabelecidos na política de Governança Corporativa, sempre com vistas a colaborar na implantação de procedimentos eficazes e arrojados.

Durante o ano de 2018, foram criados ou revisados diversos códigos para regular as atividades da empresa: Código de Ética e Conduta, Política de Alçadas (Argentina), Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, Política de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção, Regime Disciplinar, Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, Política de Governança Corporativa, Regimento Interno do Comitê de Gestão de Pessoas, entre outros.

Durante 2018 foram realizadas 32 reuniões do Conselho de Administração, 56 reuniões de Diretoria, 14 reuniões do Conselho Fiscal, 16 reuniões do Comitê de Auditoria, além de outras reuniões dos comitês dos órgãos de assessoramento.

Desempenho das Ações

De 28 de dezembro de 2017 a 28 de dezembro de 2018, as ações do IRB (B3: IRBR3) atingiram um volume médio diário negociado de R\$ 56 milhões, em 1,1 milhão de negócios. No dia 28 de dezembro de 2018, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 26,0 bilhões. Entre o IPO e o encerramento de 2018, as ações do IRB apresentaram uma apreciação de 203%.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que o IRB Brasil RE e suas controladas adotam como procedimento formal certificar-se de que os auditores da PricewaterhouseCoopers (PwC) não sejam afetados, quanto à independência e à objetividade necessárias ao seu trabalho junto à Companhia, pela prestação de serviços a outras empresas.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a PwC prestou serviços adicionais no valor total de R\$ 1,4 milhão, referentes a elaboração de diagnóstico da implementação da norma contábil IFRS, assessoria para implementação e divulgação de novos pronunciamentos contábeis, revisão das premissas fiscais, avaliação de segurança em infraestrutura e aplicações web. Este valor corresponde a 36% dos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes considera que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância às normas de auditoria que tratam da isenção dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e, por isso, não representaram situação que poderia afetar a independência e a objetividade no desempenho de seus serviços de auditoria externa.

Câmara de Arbitragem

A Companhia, seus acionistas e administradores estão vinculados à arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme artigo 59 de seu Estatuto Social.

Declaração da Diretoria

Em conformidade com as disposições na Instrução CVM no. 480/09, a Diretoria declara que discutiu e revisou as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e que concordou com as opiniões expressas no Relatório de Auditores Independentes.

Agradecimentos

Expressamos nossa gratidão e reconhecimento a todos os colaboradores, fornecedores e parceiros, além de acionistas e clientes das sociedades seguradoras, pela indicação do IRB Brasil RE como ressegurador prioritário na sua proteção. Agradecemos também aos representantes do poder público e aos corretores, pelo apoio e confiança em nossa missão de proporcionar soluções para o mercado segurador com foco em rentabilidade, inovação e sustentabilidade.

A Administração**Diretoria Executiva**

José Carlos Cardoso
Fernando Passos
Lúcia Maria da Silva Valle

Conselho de Administração

Otávio Ladeira de Medeiros
Alexsandro Broedel Lopes
Pedro Duarte Guimarães
Werner Romera Süffert
Vinicius José de Almeida Albernaz
Hélio Lima Magalhães
Heraldo Gilberto de Oliveira
Raimundo Lourenço Maria Christians

Índice

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial - Ativo.....	20
Balanço patrimonial - Passivo.....	21
Demonstrações dos resultados.....	22
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	23
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido.....	24
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	25
Conciliação dos fluxos de caixa.....	26
Demonstrações dos valores adicionados.....	27
Seção A – Informações gerais.....	28
1.1 Contexto operacional.....	28
1.2 Bases de preparação.....	28
1.3 Consolidação.....	29
Seção B – Riscos.....	31
2 Gerenciamento de riscos.....	31
2.1 Linhas de defesa.....	31
2.2 Principais tipos de risco.....	31
2.3 Riscos operacionais.....	31
2.4 Riscos de subscrição.....	32
2.5 Risco de mercado.....	35
2.6 Risco de crédito.....	37
2.7 Risco de liquidez.....	40
2.8 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo.....	40
2.9 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial.....	40
2.10 Capital mínimo, de risco e liquidez em relação ao capital.....	42
Seção C – Informações por segmento.....	45
3 Informações por segmento de negócios.....	45
3.1 Demonstrações de resultados por segmentos.....	45
Seção D – Estrutura do grupo.....	48
4 Investimentos.....	48
4.1 Movimentação dos investimentos.....	48
4.2 Participação societária.....	49
Seção E – Notas explicativas relevantes às demonstrações contábeis.....	50
5 Caixa e equivalentes de caixa.....	50
6 Aplicações financeiras.....	50
6.1 Composição das aplicações.....	50
6.2 Movimentação das aplicações financeiras.....	57
7 Créditos das operações com resseguros e retrocessões.....	58
7.1 Composição.....	58
7.2 Movimentação.....	58
7.3 <i>Aging</i> de créditos das operações com resseguros e retrocessões.....	59
8 Ativos de retrocessão - provisões técnicas.....	60
8.1 Sinistros – retrocessão (composição).....	60
8.2 Prêmios de retrocessão diferidos.....	63
8.3 Outras provisões técnicas.....	64
9 Títulos e créditos a receber.....	64
10 Créditos tributários e previdenciários.....	65
10.1 Créditos tributários e previdenciários.....	65
11 Custos de aquisição diferidos.....	67
12 Imóveis destinados à renda.....	67
13 Imobilizado.....	70
14 Intangível.....	72
15 Obrigações a pagar e provisões para benefícios pós-emprego.....	73
15.1 Obrigações a pagar.....	73
15.2 Provisão para benefícios pós-emprego.....	74
16 Provisões para impostos e contribuições.....	74
17 Débito de operações de resseguro e retrocessão.....	75
17.1 Composição.....	75
17.2 Movimentação.....	75
18 Depósitos de terceiros.....	76
19 Provisões técnicas.....	77
19.1 Provisão de prêmios não ganhos e custos de aquisição.....	77
19.2 Provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados.....	78
19.3 Outras provisões.....	80

20	Garantia das provisões técnicas	81
21	Partes relacionadas	81
21.1	Remuneração do pessoal-chave da Administração	82
22	Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais	82
22.1	Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciárias	83
22.2	Movimentação das provisões para ações judiciais	84
22.3	Ações fiscais	84
23	Provisões trabalhistas	86
24	Patrimônio líquido	87
24.1	Capital	87
24.2	Ações em tesouraria	87
24.3	Reservas de lucros	87
24.4	Ajuste de avaliação patrimonial	87
24.5	Lucro por ação - básico e diluído	88
24.6	Dividendos e juros sobre capital próprio	88
25	Detalhamento das contas de resultado	89
25.1	Prêmios ganhos - principais grupos de atuação	89
25.2	Sinistros ocorridos - principais grupos de atuação	90
25.3	Custo de aquisição	91
25.4	Resultado com retrocessão	91
25.5	Outras receitas e despesas operacionais	93
25.6	Despesas administrativas	93
25.7	Despesas com tributos	93
25.8	Resultado financeiro	94
25.9	Resultado patrimonial	94
25.10	Imposto de renda e contribuição social	94
26	Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados	98
26.1	Planos de contribuição variável	100
26.2	Planos de benefício definido	101
26.3	Outros benefícios a empregados	104
26.4	Obrigações total do IRB Brasil RE	107
26.5	Consolidação dos efeitos – Benefício pós emprego	107
26.6	Análise de sensibilidade	108
Seção F – Políticas contábeis		110
27	Principais políticas contábeis	110
27.1	Conversão em moeda estrangeira	110
27.2	Caixa e equivalentes de caixa	110
27.3	Ativos financeiros	111
27.4	Classificação de contratos de resseguro	113
27.5	Ativos intangíveis	113
27.6	Imobilizado	113
27.7	Propriedades imobiliárias de investimento	114
27.8	<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	114
27.9	Provisões	114
27.10	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	116
27.11	Benefícios a empregados	116
27.12	Capital social	117
27.13	Dividendos	117
27.14	Reconhecimento da receita	117
27.15	Despesa com sinistros e comissões	118
27.16	Demonstração dos resultados abrangentes	118
27.17	Normas novas, alterações e interpretações de normas	118
28	Estimativas e premissas contábeis críticas	121
Parecer do Conselho Fiscal		123
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referente às Demonstrações Contábeis do exercício/2018		124
Parecer do Conselho de Administração		126

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante		10.464.310	8.225.369	10.535.080	8.330.491
Disponível		27.001	16.222	43.131	25.771
Caixa e equivalentes de caixa	5	27.001	16.222	43.131	25.771
Aplicações	6	2.551.911	1.547.657	2.595.474	1.596.357
Créditos de operações com resseguros e retrocessões	7.1	4.651.983	3.219.998	4.652.082	3.220.012
Operações com seguradoras	7.2.1	3.327.272	2.263.360	3.327.272	2.263.360
Operações com resseguradoras	7.2.2	1.304.416	949.586	1.304.416	949.586
Outros créditos operacionais		56.569	65.161	56.668	65.175
(-) Provisão para riscos de créditos	7.3	(36.274)	(58.109)	(36.274)	(58.109)
Ativos de retrocessão - provisões técnicas		3.055.590	3.246.054	3.055.607	3.274.937
Prêmios - retrocessão	8.2	929.100	810.820	929.100	810.820
Sinistros - retrocessão	8.1	2.116.944	2.423.673	2.116.961	2.452.556
Outras provisões	8.3	9.546	11.561	9.546	11.561
Títulos e créditos a receber		100.742	131.702	111.703	149.678
Títulos e créditos a receber	9	30.686	11.373	40.116	25.676
Créditos tributários e previdenciários	10.1	70.056	120.329	71.587	124.002
Despesas antecipadas		11.886	6.103	11.886	6.103
Custos de aquisição diferidos	11	65.197	57.633	65.197	57.633
Não circulante		5.449.734	6.068.168	5.405.354	6.012.719
Realizável a longo prazo		4.696.466	5.307.434	4.715.167	5.403.901
Aplicações	6	3.327.044	4.111.301	3.366.388	4.219.705
Ativos de retrocessão - provisões técnicas		28.845	49.473	28.845	49.473
Prêmios - retrocessão	8.2	28.845	49.473	28.845	49.473
Títulos e créditos a receber		1.335.480	1.142.355	1.314.837	1.130.418
Títulos e créditos a receber	9	224.038	107.333	237.006	108.544
Créditos tributários e previdenciários		458.469	406.786	424.858	393.638
Créditos tributários	10.1	38.715	57.868	38.643	57.868
Ativo fiscal diferido	10.1	419.754	348.918	386.215	335.770
Depósitos judiciais e fiscais	22	652.973	628.236	652.973	628.236
Custos de aquisição diferidos	11	5.097	4.305	5.097	4.305
Investimentos		636.545	629.327	573.055	477.135
Participações societárias	1.3	630.976	623.352	-	-
Imóveis destinados à renda	12	5.515	5.831	573.001	476.991
Outros Investimentos		54	144	54	144
Imobilizado	13	74.270	77.310	74.353	77.385
Intangível	14	42.453	54.097	42.779	54.298
Total do ativo		15.914.044	14.293.537	15.940.434	14.343.210

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante		10.833.205	9.681.833	10.859.175	9.730.998
Contas a pagar		366.208	218.825	391.450	238.462
Obrigações a pagar	15.1	220.870	97.478	235.195	106.531
Impostos e encargos sociais a recolher		32.002	23.898	32.170	23.898
Provisões trabalhistas	23	8.984	8.191	9.092	8.191
Provisões para benefícios pós-emprego	15.2 e 26.4	38.963	38.655	38.963	38.655
Impostos e contribuições a recolher	16	65.389	50.603	70.015	55.516
Provisão para desvalorização de investimentos	1.3	-	-	6.015	5.671
Débitos de operações com resseguros e retrocessões	17.1	1.392.759	1.251.895	1.393.070	1.252.165
Operações com seguradoras	17.2.1	251	606	251	606
Operações com resseguradoras	17.2.1	1.251.262	1.137.443	1.251.262	1.137.443
Corretores de resseguros e retrocessões	17.2.2	105.788	82.759	106.099	83.029
Outros débitos operacionais	17.2.2	35.458	31.087	35.458	31.087
Depósitos de terceiros	18	427.425	166.766	427.425	166.766
Provisões técnicas - resseguros e retrocessões		8.646.813	8.044.347	8.647.230	8.073.605
Ramos elementares e vida em grupo		8.646.813	8.044.347	8.647.230	8.073.605
Provisão de prêmios não ganhos	19.1	2.147.178	1.836.237	2.147.178	1.836.237
Riscos vigentes emitidos		1.904.036	1.622.914	1.904.036	1.622.914
Riscos vigentes não emitidos		243.142	213.323	243.142	213.323
Sinistros a liquidar	19.2	4.222.132	4.343.294	4.222.549	4.372.552
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	19.2	1.999.068	1.687.480	1.999.068	1.687.480
Outras provisões	19.3	278.435	177.336	278.435	177.336
Não circulante		1.080.059	1.030.521	1.080.479	1.031.029
Exigível a longo prazo		1.080.059	1.030.521	1.080.479	1.031.029
Contas a pagar		861.960	839.788	862.380	840.296
Obrigações fiscais	22	435.264	418.208	435.264	418.208
Provisões para benefícios pós-emprego	15.2 e 26.4	412.920	419.189	412.920	419.189
Obrigações a pagar	15.1	13.776	2.391	14.196	2.899
Débitos das operações com resseguros e retrocessões		789	789	789	789
Outros débitos operacionais	17.2.2	789	789	789	789
Provisões técnicas - resseguros e retrocessões		158.665	130.670	158.665	130.670
Ramos elementares e vida em grupo		158.665	130.670	158.665	130.670
Provisão de prêmios não ganhos	19.1	158.665	130.670	158.665	130.670
Riscos vigentes emitidos		144.371	115.739	144.371	115.739
Riscos vigentes não emitidos		14.294	14.931	14.294	14.931
Outros débitos	22	58.645	59.274	58.645	59.274
Contingências cíveis e trabalhistas		58.645	59.274	58.645	59.274
Total do passivo		11.913.264	10.712.354	11.939.654	10.762.027
Patrimônio líquido		4.000.780	3.581.183	4.000.780	3.581.183
Capital social		1.953.080	1.953.080	1.953.080	1.953.080
Reservas de lucros		1.595.109	1.277.821	1.595.109	1.277.821
Ajustes de avaliação patrimonial	24.4	(113.381)	(76.161)	(113.381)	(76.161)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		578.928	439.399	578.928	439.399
Ações em tesouraria	24.2	(12.956)	(12.956)	(12.956)	(12.956)
Total do passivo e patrimônio líquido		15.914.044	14.293.537	15.940.434	14.343.210

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Prêmios emitidos líquidos		6.035.512	5.060.851	6.035.512	5.060.851
Variações das provisões técnicas		(270.874)	(323.079)	(270.874)	(323.079)
Prêmios ganhos	25.1	5.764.638	4.737.772	5.764.638	4.737.772
Sinistros ocorridos	25.2	(2.820.647)	(2.484.074)	(2.820.647)	(2.484.074)
Sinistros diretos		(2.894.851)	(2.474.609)	(2.894.851)	(2.474.609)
Salvados e ressarcimentos		267.583	105.508	267.583	105.508
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		(193.379)	(114.973)	(193.379)	(114.973)
Custos de aquisição	25.3	(140.720)	(133.129)	(140.720)	(133.129)
Comissões		(140.720)	(133.129)	(140.720)	(133.129)
Outras receitas e despesas operacionais	25.5	(18.292)	(41.210)	(18.292)	(41.210)
Resultado com retrocessão	25.4	(1.450.923)	(1.188.729)	(1.450.923)	(1.188.729)
Receitas com retrocessões	25.4.1	288.505	252.761	288.505	252.761
Despesas com retrocessões	25.4.2	(1.736.473)	(1.401.615)	(1.736.473)	(1.401.615)
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário		(26.659)	(52.092)	(26.659)	(52.092)
Outras receitas e despesas operacionais		23.704	12.217	23.704	12.217
Despesas administrativas	25.6	(221.530)	(264.685)	(238.346)	(277.156)
Despesas com tributos	25.7	(144.816)	(77.456)	(148.866)	(82.214)
Resultado financeiro	25.8	314.731	648.150	447.804	686.326
Receitas financeiras		1.121.032	1.955.864	1.254.914	1.994.086
Receitas financeiras provenientes da carteira de investimentos		1.037.703	1.835.775	1.161.565	1.872.556
Receitas financeiras outras		83.329	120.089	93.349	121.530
Despesas financeiras		(806.301)	(1.307.714)	(807.110)	(1.307.760)
Despesas financeiras provenientes da carteira de investimentos		(533.130)	(1.112.339)	(533.130)	(1.108.016)
Despesas financeiras outras		(273.171)	(195.375)	(273.980)	(199.744)
Resultado patrimonial	25.9	138.884	55.001	77.540	53.405
Receitas (despesas) com imóveis de renda, líquidas		24.728	(11.361)	77.077	53.805
Ajustes de investimentos em controladas	1.3	113.693	66.762	-	-
Outras receitas (despesas) patrimoniais, líquidas		463	(400)	463	(400)
Resultado operacional		1.421.325	1.251.640	1.472.188	1.270.991
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(28)	36	(28)	36
Resultado antes dos impostos e participações		1.421.297	1.251.676	1.472.160	1.271.027
Imposto de renda	25.10	(36.713)	(135.071)	(74.093)	(149.246)
Contribuição social	25.10	(165.788)	(191.555)	(179.271)	(196.731)
Lucro líquido do exercício		1.218.796	925.050	1.218.796	925.050
Quantidade de ações		310.415.400	310.415.400	310.415.400	310.415.400
Lucro básico e diluído por ação	24.5	3,93	2,98	3,93	2,98

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora e Consolidado	
		2018	2017
Lucro líquido do exercício		1.218.796	925.050
Outros resultados abrangentes			
Itens a serem posteriormente registrados em resultado			
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	24.4	(22.017)	284
Ativos financeiros disponíveis para venda	24.4		
Ganhos originados de avaliação a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício		16.118	34.817
Ganhos (perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários - Controladas	24.4	(22.506)	11.771
Imposto de renda e contribuição social	24.4	(8.428)	(15.668)
		(36.833)	31.204
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Benefícios pós-emprego	24.4		
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego		4.297	(82.302)
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego - Controladas		(2.702)	15
Imposto de renda e contribuição social	24.4	(1.982)	40.211
		(387)	(42.076)
Total de outros resultados abrangentes		(37.220)	(10.872)
Total do resultado abrangente do exercício		1.181.576	914.178

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Nota	Reservas de lucros				Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido dos sócios da controladora
		Capital social	Legal	Retenção de lucros						
Saldos em 1º de janeiro de 2017		1.453.080	290.617	1.245.204	(12.956)	(65.289)	-	417.561	3.328.217	
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	24.4	-	-	-	-	30.920	-	-	30.920	
Ajustes acumulados de conversão	24.4	-	-	-	-	284	-	-	284	
Perdas atuariais em benefício pós-emprego	24.4	-	-	-	-	(42.076)	-	-	(42.076)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	925.050	-	925.050	
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	(10.872)	925.050	-	914.178	
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital em aprovação AGO/AGE de 24 de março de 2017		500.000	(290.617)	(209.383)	-	-	-	-	-	
Dividendo adicional pago do exercício de 2016		-	-	-	-	-	-	(417.561)	(417.561)	
Constituição de reserva legal		-	46.252	-	-	-	(46.252)	-	-	
Constituição de reserva de retenção de lucros	24.3	-	-	437.528	-	-	(437.528)	-	-	
Distribuição de dividendos	24.6	-	-	-	-	-	(441.270)	439.399	(1.871)	
Distribuição de juros sobre capital próprio	24.6	-	-	(241.780)	-	-	-	-	(241.780)	
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		500.000	(244.365)	(13.635)	-	-	(925.050)	21.838	(661.212)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.953.080	46.252	1.231.569	(12.956)	(76.161)	-	439.399	3.581.183	
Saldos em 1º de janeiro de 2018		1.953.080	46.252	1.231.569	(12.956)	(76.161)	-	439.399	3.581.183	
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	24.4	-	-	-	-	(14.816)	-	-	(14.816)	
Ajustes acumulados de conversão	24.4	-	-	-	-	(22.017)	-	-	(22.017)	
Perdas atuariais em benefício pós-emprego	24.4	-	-	-	-	(387)	-	-	(387)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.218.796	-	1.218.796	
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	(37.220)	1.218.796	-	1.181.576	
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendo adicional pago do exercício de 2017		-	-	(8.098)	-	-	-	(439.399)	(447.497)	
Constituição de reserva legal	24.3	-	60.940	-	-	-	(60.940)	-	-	
Constituição de reserva de retenção de lucros	24.6	-	-	264.446	-	-	(264.446)	-	-	
Distribuição de dividendos	24.6	-	-	-	-	-	(647.459)	578.928	(68.531)	
Distribuição de juros sobre capital próprio	24.6	-	-	-	-	-	(245.951)	-	(245.951)	
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	60.940	256.348	-	-	(1.218.796)	139.529	(761.979)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.953.080	107.192	1.487.917	(12.956)	(113.381)	-	578.928	4.000.780	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – (Método direto)

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Atividades operacionais				
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência, taxas de gestão e outras	5.528.840	4.984.439	5.528.840	4.984.439
Recuperações de sinistros e comissões	896.405	385.943	900.235	389.398
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	519.404	233.610	525.396	235.569
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(3.963.682)	(3.159.089)	(3.965.510)	(3.160.669)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(1.762.831)	(1.319.141)	(1.762.831)	(1.319.141)
Pagamentos de despesas e obrigações	(237.610)	(342.225)	(242.791)	(360.644)
Outros pagamentos operacionais	(150.708)	(363.249)	(150.708)	(364.572)
Recebimento de aluguéis e venda de imóveis	41.502	4.928	90.021	59.322
Recebimentos de juros e dividendos	5.180	16.573	5.694	8.599
Constituição (Resgates) de depósitos judiciais	(5.863)	(19.046)	(5.863)	(19.046)
Caixa gerado nas operações	870.637	422.743	922.483	453.255
Impostos e contribuições pagos	(408.721)	(265.041)	(421.416)	(280.826)
Investimentos financeiros				
Aplicações de investimentos ao valor justo por meio do resultado	(10.493.347)	(3.241.822)	(10.763.798)	(3.670.561)
Vendas e resgates de investimentos ao valor justo por meio do resultado	9.362.816	2.887.817	9.705.450	3.242.564
Investimentos financeiros líquidos	(1.130.531)	(354.005)	(1.058.348)	(427.997)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(668.615)	(196.303)	(557.281)	(255.568)
Atividades de investimento				
Aplicações de investimentos disponíveis para venda	(2.563.032)	(1.411.516)	(2.566.275)	(1.637.234)
Vendas e resgates de investimentos disponíveis para venda	3.564.448	2.450.792	3.570.453	2.455.676
Recebimento de investimentos mantidos até o vencimento	288.440	5.118	288.440	5.118
Dividendos recebidos - Participações societárias (Controladas)	71.936	46.469	-	-
Pagamento pela compra de:				
Investimentos	-	(386.541)	(36.200)	-
Imobilizado	(7.810)	(36.434)	(7.810)	(36.434)
Intangível	(19.727)	(15.941)	(19.727)	(15.632)
Recebimento pela venda de:				
Imobilizado	-	37	-	37
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	1.334.255	651.984	1.228.881	771.531
Atividades de financiamento				
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(684.256)	(644.503)	(684.256)	(699.314)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(684.256)	(644.503)	(684.256)	(699.314)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(18.616)	(188.822)	(12.656)	(183.351)
Varição cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	29.395	(8.499)	30.016	(8.453)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa após a variação cambial	10.779	(197.321)	17.360	(191.804)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.222	213.543	25.771	217.575
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27.001	16.222	43.131	25.771

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – (Método direto)

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Conciliação entre o lucro líquido do exercício e o caixa líquido consumido pelas atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.218.796	925.050	1.218.796	925.050
Ajustes ao lucro líquido				
Depreciações e amortizações	47.862	33.213	50.855	39.632
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(51.846)	(7.936)	(51.846)	(7.936)
Constituição (reversão) de perda por redução ao valor recuperável de ativos	29.437	-	29.437	-
Ganho (perda) na alienação de imobilizado e intangível	(28)	37	(28)	37
Resultado de equivalência patrimonial	(113.693)	(66.762)	-	-
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(29.395)	(8.499)	(30.016)	(8.461)
Outros ajustes	218	38	1.498	(6.286)
Variações nas contas patrimoniais				
Aplicações financeiras	(1.493.734)	(956.836)	(1.419.300)	(854.949)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(1.410.803)	(927.681)	(1.410.803)	(927.681)
Ativos de retrocessão	211.092	412.113	211.104	413.377
Imóveis destinados a renda	-	11.361	(60.125)	(280.911)
Créditos fiscais e previdenciários	(1.411)	91.486	(809)	91.145
Despesas antecipadas	(5.783)	(2.632)	(5.783)	(2.632)
Custos de aquisição diferidos	(8.356)	(61.938)	(8.356)	(61.938)
Títulos e créditos a receber	(165.085)	(123.918)	(176.028)	(72.921)
Outros ativos	(2.101)	(4.739)	(4.963)	(4.739)
Depósitos judiciais e fiscais	(24.736)	(57.437)	(24.736)	(57.437)
Fornecedores	69.737	61.079	69.737	75.539
Impostos e contribuições	21.461	83.521	1.526	83.962
Débitos de operações com seguros e resseguros	140.865	371.828	140.859	370.564
Depósitos de terceiros	260.659	106.803	260.659	106.803
Provisões técnicas - seguros e resseguros	630.461	(104.679)	632.704	(104.613)
Outros passivos	(9.288)	342	1.281	(1.056)
Provisões judiciais	17.056	29.883	17.056	29.883
Caixa líquido consumido pelas operações	(668.615)	(196.303)	(557.281)	(255.568)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Receita com operação de seguros	6.035.512	5.060.851	6.035.512	5.060.851
Outras	(178.155)	(178.763)	(122.813)	(115.048)
Reversão de créditos de liquidação duvidosa	51.846	7.936	51.846	7.936
Variação das provisões técnicas	(270.874)	(323.079)	(270.874)	(323.079)
Receita líquida operacional	5.638.329	4.566.945	5.693.671	4.630.660
Despesas				
Sinistros	(2.894.851)	(2.474.609)	(2.894.851)	(2.474.609)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(193.379)	(114.973)	(193.379)	(114.973)
Salvados e ressarcimentos	267.583	105.508	267.583	105.508
	(2.820.647)	(2.484.074)	(2.820.647)	(2.484.074)
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e outros	(47.390)	(52.583)	(48.689)	(52.583)
Serviços de terceiros, comissões liquidadas	(25.185)	(45.414)	(39.610)	(54.772)
	(72.575)	(97.997)	(88.299)	(107.355)
Valor adicionado bruto	2.745.107	1.984.874	2.784.725	2.039.231
Depreciação, amortização e exaustão	(47.862)	(33.213)	(50.855)	(39.632)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.697.245	1.951.661	2.733.870	1.999.599
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado financeiro	314.731	648.150	447.804	686.326
Resultado com retrocessão	(1.450.923)	(1.188.729)	(1.450.923)	(1.188.729)
Resultado com equivalência patrimonial	113.693	66.762	-	-
Outras	(7.224)	(3.558)	(7.224)	(3.558)
	(1.029.723)	(477.375)	(1.010.343)	(505.961)
Valor adicionado total a distribuir	1.667.522	1.474.286	1.723.527	1.493.638
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	101.407	145.150	102.500	145.150
Impostos, taxas e contribuições	347.319	404.086	402.231	423.438
Juros sobre capital próprio e dividendo mínimo obrigatório	314.482	241.780	314.482	241.780
Lucros retidos do exercício	904.314	683.270	904.314	683.270
Valor adicionado distribuído	1.667.522	1.474.286	1.723.527	1.493.638

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Seção A – Informações gerais

1.1 Contexto operacional

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE", "Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima privada de capital aberto, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, com sede na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo, Buenos Aires, Londres e Nova Iorque. Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no país e no exterior. A Companhia tem suas ações negociadas na B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 07 de fevereiro de 2019.

1.2 Bases de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O modelo de publicação das demonstrações contábeis definido pela SUSEP, por meio da Circular nº 517 de 30 de julho de 2015, estabelece que as despesas de participações sobre o lucro devem ser destacadas na demonstração do resultado após o Lucro antes do Imposto de Renda, diferente das práticas contábeis adotadas no Brasil conforme pronunciamentos do CPC e das IFRS, que estabelecem que tais despesas sejam contabilizadas como despesa de pessoal. Dessa forma, para fins de preparação das demonstrações contábeis, a Companhia optou por classificar as despesas de participações sobre o lucro, no montante de R\$ 23.785 (R\$ 22.145 em 2017) como despesa de pessoal, dentro do grupo de despesas administrativas. A Administração entende que essa diferença de apresentação na demonstração do resultado não é relevante e, dessa forma, esse conjunto de demonstrações contábeis atende, em todos os aspectos relevantes, os requerimentos da SUSEP estabelecidos na Circular nº 517/2015 e alterações subsequentes.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 27.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 28.

O IRB Brasil RE mantém sucursal em Londres, cujas operações encontram-se em processo de retomada com o objetivo de ampliação de negócios com a base de clientes na Europa e Ásia.

A Companhia também possui outra sucursal na Argentina que teve suas operações iniciadas em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis destas sucursais estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais e consolidados da Companhia.

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a SUSEP. Como as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, que passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, as referidas políticas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas. As práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a SUSEP não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis.

1.3 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 4.2 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo:

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia possui uma controlada localizada nos Estados Unidos da América que se encontra em processo de *run-off* (IRB *International*), uma empresa que concentra os investimentos imobiliários da Resseguradora e uma *asset management* em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2017 possuía, exatamente, a mesma participação.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia aportou capital no IRB *Asset Management* (subsidiária integral da Companhia) em 2017. Em 16 de julho de 2018, a CVM autorizou a prestação dos serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários pela referida subsidiária.

As informações sobre as controladas estão apresentadas conforme abaixo:

					2018
	<i>IRB International Corporation & Subsidiaries</i>	<i>IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.</i>	<i>IRB Asset Management</i>	<i>Impairment</i>	Total
Percentual de participação no capital social	100,0%	100,0%			
Quantidade de ações possuídas	5.000.000	168.465.949			
Ativo	61.593	655.402	4.223		
Passivo circulante e não circulante	35.042	48.937	248		
Patrimônio líquido no fim do exercício	26.551	606.465	3.975	(6.015)	630.976
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.407)	119.225	(1.125)		113.693

					2017
	<i>IRB International Corporation & Subsidiaries</i>	<i>IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A.</i>	<i>IRB Asset Management</i>	<i>Impairment</i>	Total
Percentual de participação no capital social	100,0%	100,0%			
Quantidade de ações possuídas	5.000.000	168.465.949			
Ativo	52.007	627.588			
Passivo circulante e não circulante	29.797	25.875			
Patrimônio líquido no fim do exercício	22.210	601.713	5.100	(5.671)	623.352
Lucro líquido do exercício	177	66.585			66.762

A Companhia possui ainda a totalidade das quotas dos seguintes fundos de investimento:

- BB Ações 22 Fundo de Investimento
- BB IRB Brasil RE Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa
- Bradesco Fundo de Investimento em Ações Safe IBRX-50
- Itaú FI IRB Brasil RE Renda Fixa
- Fundo de Investimento Caixa IRB Brasil RE Renda Fixa
- Bradesco FI RF IRB Caixa
- FI Itaú Renda Fixa IRB Brasil RE Crédito Privado
- BB IRB Brasil RE FI RF LP Crédito Privado
- Fundo de Investimento RF IRB Brasil RE Absoluto
- IRB Fundo de Investimento Multimercado
- IRB Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas com o propósito de consolidar o IRB *International Corporation & Subsidiaries*, os fundos de investimento exclusivos indicados acima, a controlada IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A e o IRB *Asset Management*.

Seção B – Riscos

2 Gerenciamento de riscos

A gestão de riscos no IRB Brasil RE é considerada instrumento essencial para a implementação de uma estratégia de otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco/retorno para seus acionistas. A gestão de riscos tem como objetivo proteger a solvência e os resultados a longo prazo da Companhia através do processo de identificar, mensurar e de tratar riscos aos quais a Companhia está exposta no exercício de suas atividades. Objetiva também, observar as exigências do regulador assim como assegurar a adequação, o fortalecimento e o funcionamento eficiente do Sistema de Controles Internos.

Considerando a relevância conferida ao tema dentro do contexto organizacional, a Companhia mantém uma Vice-Presidência de Riscos e Compliance (à qual estão subordinadas a Gerência de Riscos Corporativos e a Gerência de Compliance), primeira responsável pela supervisão do gerenciamento de riscos do IRB Brasil RE. Contudo, mantém-se o comprometimento da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão de Riscos e de outros órgãos consultivos ou deliberativos no suporte e fomento da gestão de riscos no âmbito da Companhia.

Em abril de 2018, foi confirmada pela agência de rating A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, a classificação A- (excelente), com viés positivo, refletindo, na opinião dessa agência, a capitalização fortemente adequada aos riscos da Companhia.

2.1 Linhas de defesa

O IRB Brasil RE compreende que a gestão de riscos é de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores. Por isso, a estrutura de Gestão de Riscos da Companhia segue o modelo de três linhas de defesa, estabelecendo em sua Política de Gestão de Riscos e normativos internos os papéis e responsabilidades na gestão de riscos para cada uma das linhas de defesa.

A primeira linha de defesa é representada pelas áreas operacionais, abrangendo os gestores e responsáveis diretos pelos processos da Companhia. As Gerências de Riscos Corporativos e Compliance representam a segunda linha de defesa, e terceira linha é representada pela Auditoria Interna.

Além disso, a Companhia adota o sistema de Governança Corporativa que estabelece estrutura e transparência no processo de tomada de decisão.

2.2 Principais tipos de risco

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Operacionais, Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez, sendo cada um destes compostos por diversas subcategorias.

A Companhia entende que estas categorias representam as suas principais exposições, mas não são exaustivas, considerando que diversos riscos podem afetá-la.

2.3 Riscos operacionais

O risco operacional no IRB Brasil RE é devido à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gestão de riscos operacionais é composto por cinco etapas: identificação, análise e mensuração, tratamento, monitoramento e reporte. Neste processo, a Gerência de Riscos Corporativos atua conjuntamente com o dono do risco dando suporte e monitorando a aplicação do processo de gerenciamento de riscos operacionais pelas unidades gestoras da Companhia.

O IRB Brasil RE possui um programa de Gestão de Continuidade de Negócios com definições de procedimentos em caso de contingência. Este programa é organizado em quatro planos de contingência específicos: Plano de Recuperação de Desastres, Plano de Continuidade Operacional, Plano de Gerenciamento de Incidentes e Plano de Recuperação de Negócios.

Alinhado à Circular SUSEP 517/2015 e alterações subsequentes, a Companhia possui Banco de Dados de Perdas Operacionais com o objetivo de registrar e gerenciar a ocorrência de perdas oriundas desta categoria de risco.

2.4 Riscos de subscrição

O risco de subscrição advém de oscilações que podem surgir tanto de fatores internos como externos à Companhia, que contrariem as expectativas em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas.

A transferência de riscos por meio de retrocessão é uma das técnicas utilizadas para a mitigação e controle do risco de subscrição. Da mesma forma que o resseguro, a retrocessão pode cobrir um grupo de negócios ou somente riscos específicos (também chamados facultativos). O IRB Brasil RE atualmente possui programas de retrocessão (ou programas de proteção de carteira) que cobrem os grupos de ramos onde há maior exposição, buscando estabilizar os resultados e limitar as perdas, bem como ampliar sua capacidade para a aceitação de negócios estratégicos.

Para casos específicos podem ser utilizadas retrocessões facultativas, que são individualmente analisadas. Devido à própria natureza da transferência de risco, as operações de retrocessão implicam em um risco de crédito subjacente, que é tratado conforme descrito na Nota 2.6.

2.4.1 Monitoramento dos passivos de resseguro por linhas de negócio

A Companhia calcula suas provisões técnicas seguindo as normas do órgão regulador. O quadro abaixo demonstra os ativos e passivos brutos (PSL, IBNR, IBNER, PET, PPNG, PDR) por linhas de negócio:

	Controladora			
	Resseguro		Retrocessão	
	2018	2017	2018	2017
Aeronáuticos	471.004	674.202	(376.253)	(559.445)
Automóvel	199.243	208.309	(16.885)	(6.609)
Habitacional	53.778	40.214	(177)	(193)
Marítimos	176.223	175.449	(56.069)	(52.362)
Nucleares	169.149	13.288	(13.837)	(11.790)
Patrimonial	2.111.139	2.572.302	(1.350.592)	(1.496.003)
Pessoas	283.038	307.193	(38.922)	(53.145)
Petróleo	317.307	268.534	(264.636)	(223.238)
Responsabilidades	634.240	644.141	(348.926)	(315.362)
Riscos financeiros	465.929	511.503	(109.509)	(152.746)
Rural	753.085	521.149	(50.500)	(80.799)
Transportes	482.636	410.808	(260.967)	(210.240)
Aceitações do exterior	2.387.244	1.563.482	(171.727)	(120.034)
Sucursais no exterior	301.463	264.443	(25.435)	(13.561)
Total	8.805.478	8.175.017	(3.084.435)	(3.295.527)

	Consolidado			
	Resseguro		Retrocessão	
	2018	2017	2018	2017
Aeronáuticos	471.004	674.202	(376.253)	(559.445)
Automóvel	199.243	208.309	(16.885)	(6.609)
Habitacional	53.778	40.214	(177)	(193)
Marítimos	176.223	175.449	(56.069)	(52.362)
Nucleares	169.149	13.288	(13.837)	(11.790)
Patrimonial	2.111.139	2.572.302	(1.350.592)	(1.496.003)
Pessoas	283.038	307.193	(38.922)	(53.145)
Petróleo	317.307	268.534	(264.636)	(223.238)
Responsabilidades	634.240	644.141	(348.926)	(315.362)
Riscos financeiros	465.929	511.503	(109.509)	(152.746)
Rural	753.085	521.149	(50.500)	(80.799)
Transportes	482.636	410.808	(260.967)	(210.240)
Aceitações do exterior	2.387.661	1.592.740	(171.744)	(148.917)
Sucursais no exterior	301.463	264.443	(25.435)	(13.561)
Total	8.805.895	8.204.275	(3.084.452)	(3.324.410)

2.4.2 Desenvolvimento de sinistros

As tabelas a seguir apresentam o desenvolvimento dos sinistros da Companhia, por ano de subscrição.

Sinistros brutos de retrocessão
• Bruto de retrocessão

Ano de subscrição	2018							Total
	Controladora							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Sinistros incorridos no ano	342.520	1.107.829	293.187	656.095	330.900	346.916	150.968	
Um ano depois	975.304	1.362.435	1.331.605	2.184.610	1.970.743	1.991.309		
Dois anos depois	1.813.805	2.039.277	1.709.391	2.588.521	3.196.097			
Três anos depois	2.005.247	2.074.119	1.775.186	2.856.086				
Quatro anos depois	1.994.059	2.049.767	1.833.308					
Cinco anos depois	2.000.772	2.030.091						
Seis anos depois	1.997.598							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.997.598	2.030.091	1.833.308	2.856.086	3.196.097	1.991.309	150.968	14.055.457
Pagamentos acumulados até a data base	(1.840.950)	(1.919.709)	(1.629.801)	(2.371.696)	(2.563.223)	(1.107.243)	(50.978)	(11.483.599)
Passivo reconhecido no balanço	156.648	110.382	203.507	484.390	632.874	884.066	99.990	2.571.858
Passivo em relação a anos anteriores a 2012								1.449.602
IBNER								200.672
Total do passivo incluso no balanço								4.222.132

Ano de subscrição	2017							Total
	Controladora							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Sinistros incorridos no ano	200.595	342.520	1.107.829	293.187	656.095	330.900	346.916	
Um ano depois	516.906	975.304	1.362.435	1.331.605	2.184.610	1.970.743		
Dois anos depois	765.358	1.813.805	2.039.277	1.709.391	2.588.521			
Três anos depois	1.028.917	2.005.247	2.074.119	1.775.186				
Quatro anos depois	972.769	1.994.059	2.049.767					
Cinco anos depois	1.019.971	2.000.772						
Seis anos depois	1.022.918							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.022.918	2.000.772	2.049.767	1.775.186	2.588.521	1.970.743	346.916	11.754.823
Pagamentos acumulados até a data base	(837.927)	(1.788.930)	(1.831.233)	(1.507.602)	(1.911.484)	(1.217.386)	(100.011)	(9.194.573)
Passivo reconhecido no balanço	184.991	211.842	218.534	267.584	677.037	753.357	246.905	2.560.250
Passivo em relação a anos anteriores a 2011								1.578.650
IBNER								204.394
Total do passivo incluso no balanço								4.343.294

Sinistros brutos de retrocessão
• Bruto de retrocessão

Ano de subscrição	2018							Total
	Consolidado							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Sinistros incorridos no ano	342.520	1.107.829	293.187	656.095	330.900	346.916	150.968	
Um ano depois	975.304	1.362.435	1.331.605	2.184.610	1.970.743	1.991.309		
Dois anos depois	1.813.805	2.039.277	1.709.391	2.588.521	3.196.097			
Três anos depois	2.005.247	2.074.119	1.775.186	2.856.086				
Quatro anos depois	1.994.059	2.049.767	1.833.308					
Cinco anos depois	2.000.772	2.030.091						
Seis anos depois	1.998.015							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.998.015	2.030.091	1.833.308	2.856.086	3.196.097	1.991.309	150.968	14.055.874
Pagamentos acumulados até a data base	(1.840.950)	(1.919.709)	(1.629.801)	(2.371.696)	(2.563.223)	(1.107.243)	(50.978)	(11.483.599)
Passivo reconhecido no balanço	157.065	110.382	203.507	484.390	632.874	884.066	99.990	2.572.275
Passivo em relação a anos anteriores a 2012								1.449.602
IBNER								200.672
Total do passivo incluso no balanço								4.222.549

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ano de subscrição	2017							Total
	Consolidado							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Sinistros incorridos no ano	200.595	342.520	1.107.829	293.187	656.095	330.900	346.916	
Um ano depois	516.906	975.304	1.362.435	1.331.605	2.184.610	1.970.743		
Dois anos depois	765.358	1.813.805	2.039.277	1.709.391	2.588.521			
Três anos depois	1.028.917	2.005.247	2.074.119	1.775.186				
Quatro anos depois	972.769	1.994.059	2.049.767					
Cinco anos depois	1.019.971	2.000.772						
Seis anos depois	1.052.176							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.052.176	2.000.772	2.049.767	1.775.186	2.588.521	1.970.743	346.916	11.784.081
Pagamentos acumulados até a data base	(837.927)	(1.788.930)	(1.831.233)	(1.507.602)	(1.911.484)	(1.217.386)	(100.011)	(9.194.573)
Passivo reconhecido no balanço	214.249	211.842	218.534	267.584	677.037	753.357	246.905	2.589.508
Passivo em relação a anos anteriores a 2011								1.578.650
IBNER								204.394
Total do passivo incluso no balanço								4.372.552

• Líquido de retrocessão

Ano de subscrição	2018							Total
	Controladora e Consolidado							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Sinistros incorridos no ano	212.493	713.804	194.043	325.364	202.896	305.449	115.422	
Um ano depois	588.287	802.663	981.979	1.506.852	1.508.804	1.528.029		
Dois anos depois	916.994	1.133.787	1.252.197	1.833.732	2.579.524			
Três anos depois	1.016.375	1.233.167	1.234.278	1.944.442				
Quatro anos depois	1.011.914	1.235.267	1.267.005					
Cinco anos depois	1.027.774	1.214.300						
Seis anos depois	1.013.749							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	1.013.749	1.214.300	1.267.005	1.944.442	2.579.524	1.528.029	115.422	9.662.471
Pagamentos acumulados até a data base	(932.281)	(1.172.494)	(1.118.248)	(1.734.325)	(2.087.901)	(934.871)	(39.075)	(8.019.194)
Passivo reconhecido no balanço	81.468	41.806	148.757	210.117	491.623	593.158	76.347	1.643.277
Passivo em relação a anos anteriores a 2012								753.562
IBNER								118.463
Total do passivo incluso no balanço								2.515.302

Ano de subscrição	2017							Total
	Controladora e Consolidado							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Sinistros incorridos no ano	146.828	212.493	713.804	194.043	325.364	202.896	305.449	
Um ano depois	283.846	588.287	802.663	981.979	1.506.852	1.508.804		
Dois anos depois	346.747	916.994	1.133.787	1.252.197	1.833.732			
Três anos depois	589.538	1.016.375	1.233.167	1.234.278				
Quatro anos depois	574.959	1.011.914	1.235.267					
Cinco anos depois	587.398	1.027.774						
Seis anos depois	590.354							
Estimativa corrente dos sinistros acumulados	590.354	1.027.774	1.235.267	1.234.278	1.833.732	1.508.804	305.449	7.735.658
Pagamentos acumulados até a data base	(505.523)	(887.162)	(1.139.720)	(1.018.493)	(1.480.877)	(960.469)	(76.219)	(6.068.463)
Passivo reconhecido no balanço	84.831	140.612	95.547	215.785	352.855	548.335	229.230	1.667.195
Passivo em relação a anos anteriores a 2011								683.832
IBNER								108.125
Total do passivo incluso no balanço								2.459.152

2.4.3 Análise de sensibilidade

Consideramos um aumento de 10,0% na sinistralidade. Na tabela abaixo, apresentamos os possíveis impactos desta sensibilidade no lucro líquido e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018.

Efeitos brutos	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Patrimônio líquido	4.000.780	3.758.903	(241.877)
Lucro líquido do período	1.218.796	976.919	(241.877)
Impacto (%) no lucro líquido			(19,8)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(6,0)

Efeitos líquidos de retrocessão	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Patrimônio líquido	4.000.780	3.783.643	(217.137)
Lucro líquido do período	1.218.796	1.001.659	(217.137)
Impacto (%) no lucro líquido			(17,8)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(5,4)

Devido à natureza das operações aceitas pelo IRB Brasil RE, não há exposição material a índice de conversibilidade, mortalidade ou sobrevivência. Outros estudos internos indicaram que parte dos passivos não-operacionais, ligados a benefícios pós-emprego, estão indexados à inflação e cobertos por aplicações em títulos de mesma indexação (NTN-B), não havendo exposição significativa a esse fator de risco.

2.5 Risco de mercado

Pode ser definido como o risco oriundo das alterações nos preços e taxas no mercado financeiro, que podem causar a redução do valor de um título ou carteira de ativos. As principais variáveis atreladas ao risco de mercado da carteira de investimentos do IRB Brasil RE são: taxas de juros, taxas de câmbio e liquidez dos ativos.

Para essas variáveis, a gestão do risco envolve diferentes unidades organizacionais, contemplando diretrizes e estratégias consideradas adequadas pela Administração e estabelecidas em sua governança. São utilizadas as técnicas VaR (*Value at Risk*) e construção de cenários de estresse, com o objetivo de gestão preventiva de perdas.

2.5.1 Análise de Value at Risk

Na Companhia, existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Além disso, a carteira de investimentos é monitorada diariamente, visando garantir que os limites definidos sejam respeitados.

O *Value at Risk* (VaR) é um dos métodos utilizados na gestão de risco de mercado. A mensuração do risco através deste método estima a perda máxima esperada dentro de um determinado horizonte de tempo e para um intervalo de confiança especificado sob condições normais de mercado. Esta medida considera o efeito da diversificação dos riscos na carteira total. Esta métrica é difundida no mercado para a mensuração do risco de mercado. No entanto, o modelo utiliza dados históricos para calcular perdas do portfólio e, como limitação, não mensura o montante da mesma acima do nível de confiança.

Segundo o método histórico, com nível de significância de 95,0%, janela de observação de 252 dias úteis e retornos diários, o VaR diário da carteira de ativos da Companhia estimado para 31 de dezembro de 2018, foi de aproximadamente R\$ 2.609, o que representa uma perda máxima estimada de 0,05% do total da carteira de ativos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5.2 Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia opera em moedas estrangeiras, sendo a principal exposição ao dólar americano, além disso, há exposição em menor grau a outras moedas, tais como: libra esterlina; euro; e peso argentino.

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$, foram considerados os seguintes cenários:

- Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 3,81 estimado para o encerramento do exercício de 2019. Para definição deste cenário foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2018;
- Cenário I: desvalorização de 25,0%, em relação à taxa do cenário provável (taxa de câmbio R\$/US\$ 2,86);
- Cenário II: desvalorização de 50,0%, em relação à taxa do cenário provável (taxa de câmbio R\$/US\$ 1,91).

A tabela abaixo apresenta o impacto da variação da taxa de câmbio no total de ativos e passivos:

Grupo	31 de dezembro de 2018	Cenários para 31 de dezembro de 2019		
	Base	Impacto (R\$ mil)		
		Provável	Cenário I	Cenário II
Total de ativos em moeda estrangeira (*)	5.330.252	(76.440)	(1.200.034)	(2.323.627)
Total de passivos em moeda estrangeira	(5.284.656)	75.786	1.189.768	2.303.751
Exposição líquida	45.596	(654)	(10.266)	(19.876)
Impacto (%) no patrimônio líquido		(0,0)	(0,3)	(0,5)
Impacto (%) no lucro líquido do período		(0,1)	(0,8)	(1,6)

(*) Valores contemplam parcela de ativos em moeda estrangeira de fundos de investimentos em moeda local.

2.5.3 Análise de sensibilidade à taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, pois possui títulos e valores mobiliários vinculados a este fator de risco de mercado.

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de juros SELIC, foram considerados os cenários descritos abaixo:

- Cenário provável: taxa de 7,2% estimada para o encerramento do exercício de 2019. Para a definição deste cenário, foi adotado como referência o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2018;
- Cenário I: variação de 25,0%, em relação à curva do cenário provável (taxa de 9,0%);
- Cenário II: variação de 50,0%, em relação à curva do cenário provável (taxa de 10,8%).

A tabela abaixo apresenta o impacto da variação da taxa de juros na carteira de ativos financeiros:

Grupo	31 de dezembro de 2018	Cenários para 31 de dezembro de 2019		
	Base	Impacto (R\$ mil)		
		Provável	Cenário I	Cenário II
Carteira total (*)	5.961.862	5.952.359	5.930.238	5.908.117
Impacto (%) na carteira total		(0,2)	(0,5)	(0,9)
Impacto (R\$)		(9.503)	(31.624)	(53.745)
Impacto (%) no patrimônio líquido		(0,2)	(0,8)	(1,3)
Impacto (%) no resultado		(0,8)	(2,6)	(4,4)

(*) Saldo da carteira total não inclui saldo das contas correntes, vide nota 6.1.

Análise consolidada por stress tests econômicos

A Administração aplicou aos ativos uma seleção dos principais *stress test* econômicos mundiais usando o método *Predictive*, ou seja, contemplando as correlações existentes entre os diversos fatores de risco. Após análise, conclui-se que o cenário econômico mais adverso para a carteira de investimentos é o *Asian Crisis*, correspondente a crise financeira asiática em 1997, que foi uma sequência de desvalorizações cambiais, inicialmente na Tailândia, se espalhando rapidamente em grande parte do mercado asiático, causando, por sua vez, significativas quedas no mercado de ações, redução das receitas de importação e turbulência no governo, que geraria uma perda estimada de 1,1% na carteira.

Os *stress test* econômicos mundiais analisados são: *Mexican Crisis* (1995), *Asian Crisis* (1997), *Russian Devaluation* (1998), *Tech Wreck* (2000), *Sept 11th* (2001), *Fall 2008* (2008).

Contratos futuros de moedas

Como parte da política de investimentos da Companhia, existe a previsão de contratação de proteção cambial para as ocorrências de excedente de ativo e passivo em moeda estrangeira.

2.6 Risco de crédito

O IRB Brasil RE entende que a principal origem do seu risco de crédito são as operações de retrocessão. A fim de mitigar este risco, a Companhia adotou a política de ter operações de retrocessão com sociedades que tenham, pelo menos, metade dos *ratings* em registro, comprovadamente, igual ou superior a A- (*S&P*, *Fitch* e *AM Best*) ou A3 (*Moody's*), e avalia seus retrocessionários através de uma classificação própria. A exposição da Resseguradora é mitigada pela adoção de limites de retrocessão (individual e agregado) para as contrapartes, que são revisados e aprovados, com uma periodicidade mínima anual, pelo Comitê de *Security*. A qualidade dos atuais retrocessionários do IRB Brasil RE pode ser verificada no quadro abaixo:

Ativos de retrocessão

Faixa de <i>rating</i> (*)	2018			
	% de resseguradores participantes dos contratos e proteções em vigor			
	Local	Admitido	Eventual	Total
AAA ou equivalente	-	3,4	0,2	3,6
AA ou equivalente	0,2	37,2	4,5	41,9
A ou equivalente	-	11,5	42,6	54,1
BBB ou equivalente	0,1	-	-	0,1
Sem <i>rating</i>	0,2	0,1	-	0,3
	0,5	52,2	47,3	100,0

Faixa de <i>rating</i> (*)	2017			
	% de resseguradores participantes dos contratos e proteções em vigor			
	Local	Admitido	Eventual	Total
AAA ou equivalente	-	3,6	0,4	4,0
AA ou equivalente	0,2	35,2	4,1	39,5
A ou equivalente	0,1	9,5	46,5	56,1
BBB ou equivalente	0,1	-	-	0,1
Sem <i>rating</i>	0,2	0,1	-	0,3
	0,6	48,4	51,0	100,0

(*) Os *ratings* são medidos pelas agências: *S&P* - *Standard & Poor's*, *Moody's*, *A.M. Best* e *Fitch*.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, créditos das operações com resseguros podem ser verificados no quadro abaixo:

Crédito das operações

2018							
Faixa de <i>rating</i> (*)	Local	Admitido	Eventual	% de exposição com resseguradores por faixa de <i>rating</i>		% de exposição com seguradoras por faixa de <i>rating</i>	
				Total	Total		
A ou equivalente	0,1	0,7	37,4	38,2	52,2		
B ou equivalente	0,1	0,3	9,2	9,6	8,2		
CCC+ ou equivalente	0,9	1,0	27,1	29,0	25,4		
CCC ou equivalente	0,1	2,1	17,2	19,4	14,2		
CC ou equivalente	-	-	0,2	0,2	-		
CCC- ou equivalente	0,2	-	3,4	3,6	-		
D ou equivalente	-	-	-	-	-		
	1,4	4,1	94,5	100,0	100,0		

2017							
Faixa de <i>rating</i> (*)	Local	Admitido	Eventual	% de exposição com resseguradores por faixa de <i>rating</i>		% de exposição com seguradoras por faixa de <i>rating</i>	
				Total	Total		
A ou equivalente	0,1	0,5	36,9	37,5	47,4		
B ou equivalente	0,2	0,4	8,6	9,2	7,8		
CCC+ ou equivalente	0,6	1,2	26,0	27,8	18,8		
CCC ou equivalente	0,1	2,0	17,1	19,2	10,4		
CC ou equivalente	-	-	0,2	0,2	-		
CCC- ou equivalente	0,2	0,1	2,5	2,8	2,0		
D ou equivalente	-	-	3,3	3,3	13,6		
	1,2	4,2	94,6	100,0	100,0		

(*) Os *ratings* referentes aos créditos das operações são medidos por critérios internos da Companhia.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos com alto *rating* de crédito avaliado por agências internacionais.

São utilizadas técnicas para controlar e mitigar o risco de crédito, tais como: estabelecimento de limites de retrocessão por entidade; monitoramento de exposição de risco de crédito; acompanhamento das mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros e do mercado financeiro; e gestão preventiva de perdas.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exposição ao risco de crédito

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

								Controladora	
								2018	
								Ativos vencidos e não "impaired"	
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não "impaired"						Valor contábil	Saldo contábil	
		0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 180 dias			2017
Caixa e equivalentes de caixa	27.001						27.001	16.222	
Ao valor justo por meio do resultado									
Privados	105.424						105.424	173.081	
Públicos	1.458.570						1.458.570	320.096	
Exterior	768.972						768.972	606.934	
Disponíveis para venda									
Privados	195.368						195.368	111.450	
Públicos	3.117.043						3.117.043	4.033.902	
Exterior	233.578						233.578	127.762	
Mantido até o vencimento									
Privados	-						-	285.733	
Créditos com operações seguradora e resseguradora	3.869.138	251.129	126.175	152.469	68.839	220.507	4.688.257	3.307.861	
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	9.775.094	251.129	126.175	152.469	68.839	220.507	10.594.213	8.983.041	

								Consolidado	
								2018	
								Ativos vencidos e não "impaired"	
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não "impaired"						Valor contábil	Saldo contábil	
		0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 180 dias			2017
Caixa e equivalentes de caixa	43.131						43.131	25.771	
Ao valor justo por meio do resultado									
Privados	143.583						143.583	266.969	
Públicos	1.458.819						1.458.819	320.161	
Exterior	768.972						768.972	606.934	
Disponíveis para venda									
Privados	224.368						224.368	289.406	
Públicos	3.117.063						3.117.063	3.903.951	
Exterior	249.057						249.057	142.908	
Mantido até o vencimento									
Privados	-						-	285.733	
Créditos com operações seguradora e resseguradora	3.869.138	251.129	126.175	152.469	68.839	220.606	4.688.356	3.307.875	
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro	9.874.131	251.129	126.175	152.469	68.839	220.606	10.693.349	9.149.708	

2.7 Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado ao risco da Companhia, mesmo solvente, não ter recursos disponíveis para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou cumpri-las somente por meio de venda de ativos em condições desfavoráveis, implicando em perdas financeiras.

Para gerir este risco, busca-se alocar uma reserva mínima em fundos de elevada liquidez, para fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos, ao longo do tempo, conforme apresentado na tabela abaixo.

	2018			
	Controladora		Consolidado	
	Ativos (*)	Passivos (**)	Ativos (*)	Passivos (**)
Fluxo de 0 a 12 meses	6.825.519	3.861.729	6.840.977	3.861.910
Fluxo de 12 a 24 meses	1.124.576	1.917.507	1.124.679	1.917.598
Fluxo de 24 a 36 meses	714.800	1.080.202	715.265	1.080.255
Fluxo de 36 a 48 meses	172.523	572.624	172.554	572.652
Fluxo acima de 48 meses	377.768	1.280.615	377.858	1.280.679
	9.215.186	8.712.677	9.231.333	8.713.094

(*) O fluxo de ativos é composto pela soma dos fluxos de caixa oriundos dos ativos disponíveis para garantia, caixa e equivalentes de caixa e ativos de retrocessão e direitos creditórios.

(**) O fluxo de passivos é composto pelas provisões técnicas de resseguro.

2.8 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.
- O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

2.9 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 e 2 com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	1.066.185	7.028	1.066.185	7.028
Operações compromissadas	Nível 1	392.385	313.068	392.634	313.133
Quotas de fundos de investimentos	Nível 1	76.878	173.240	115.738	267.760
Depósitos a prazo fixo	Nível 1	640.404	277.223	640.404	277.223
Quotas de fundos de renda variável	Nível 1	32.068	26.585	31.549	26.585
Ações de empresas nacionais	Nível 1	51.437	9.228	51.437	9.228
Ações no exterior	Nível 3	-	233.500	-	233.500
Debêntures	Nível 1	1.666	1.309	1.666	1.309
Debêntures Inepar	Nível 3	11.858	11.798	11.858	11.798
Depósitos à prazo fixo	Nível 2	-	46.500	-	46.500
Fundos Imobiliários	Nível 1	8.213	-	8.213	-
Títulos Públicos no Exterior	Nível 1	51.690	-	51.690	-
Outros	Nível 2	182	632	-	-
Total		2.332.966	1.100.111	2.371.374	1.194.064
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	2.651.667	3.363.989	2.651.667	3.363.989
Letras do tesouro nacional	Nível 1	-	219.820	-	219.820
Notas do tesouro nacional	Nível 1	443.848	401.155	443.848	401.155
Quotas Fundos Exclusivos	Nível 1	140.529	-	140.529	-
Quotas Fundos Não Exclusivos	Nível 2	-	-	-	-
Fundos imobiliários	Nível 1	-	-	29.094	48.004
Debêntures	Nível 1	26.338	20.563	26.338	20.563
Letras financeiras	Nível 1	25.901	89.851	25.901	89.851
Operações compromissadas	Nível 1	21.528	48.938	21.548	48.956
Nota comercial	Nível 1	2.506	1.019	2.506	1.019
Outros	Nível 2	94	17	-	-
Títulos Públicos no Exterior	Nível 1	197.150	93.990	197.150	93.990
American Depositary Receipts - ADR	Nível 1	6.553	4.425	6.553	4.425
Títulos de renda fixa no exterior	Nível 1	29.875	29.347	29.875	29.347
U.S. Treasury securities Obligations of U.S.	Nível 1	-	-	6.819	6.766
Obligations of U.S. Government corporations and agencies	Nível 2	-	-	2.043	1.432
Non-U.S. Government	Nível 1	-	-	-	1.019
Sec Issued by States & Terr.	Nível 2	-	-	1.025	219
Corporate securities	Nível 2	-	-	4.721	4.428
Short-term investments	Nível 1	-	-	871	1.282
Total		3.545.989	4.273.114	3.590.488	4.336.265

2.9.1 Divulgação do valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento

	Controladora e Consolidado			
	2018		2017	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros mantidos até o vencimento				
Letras financeiras - privadas	-	-	285.733	285.733
Total	-	-	285.733	285.733

2.9.2 Métodos e pressupostos utilizados na estimativa do valor justo do ativo

Todos os métodos e pressupostos para avaliação na curva e a mercado, após a definição do tipo de marcação para cada ativo, seguem exclusivamente as técnicas expressas nos manuais de marcação de ativos do IRB Brasil RE, que é inteiramente compatível com os manuais de marcação dos custodiantes, que prestam serviço e são os responsáveis pelo cômputo da marcação, tanto a mercado quanto na curva.

Na “marcação na curva” é fixada a taxa de aquisição dos instrumentos financeiros ora em questão e utilizada como referência para cômputo dos juros para todo o horizonte da referida aplicação financeira, reconhecendo a valorização do ativo financeiro de forma “pró-rata temporis”, ou seja, considerando o valor de compra do título mais a incorporação diária dos juros, proporcional ao tempo em que o título já incorreu desde a sua emissão, apropriado diariamente. Este tipo de marcação, portanto, não implica em perdas, desde que ele não seja vendido. Como o cálculo sempre considera o valor de compra mais uma apropriação diária de juros, a rentabilidade é sempre positiva. A regra de marcação pela curva tem efeitos finais similares à de marcação a mercado, desde que o título não precise ser vendido antes do vencimento.

Para a marcação a mercado, se fazem necessárias a utilização de curvas de expectativas de taxas futuras, utilizadas para realizar o cômputo dos valores presentes de cada título. Nesses casos, quando necessária a construção de estruturas de juros a termo, tal mapeamento é estabelecido de acordo com as expectativas do mercado para as taxas de juros em prazos distintos, e as curvas são construídas com base na observação de preços de instrumentos de renda fixa para prazos determinados, contemplando todos vértices líquidos (negociados no último dia útil) e fazendo uso primariamente dos preços disponibilizados pela ANBIMA. Esse mapeamento, muito embora seja contínuo, apenas pode ser observado para prazos específicos. Dessa forma, é necessário estimar a curva de juros para prazos que não possuem taxas atreladas ou negociadas no mercado, que no IRB Brasil RE, é feita utilizando interpolação exponencial.

2.10 Capital mínimo, de risco e liquidez em relação ao capital

A Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes, estabelecem a metodologia para o cálculo do capital de risco baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, cálculo do patrimônio líquido ajustado, bem como os critérios de avaliação da liquidez e solvência.

Consideram-se, para efeitos das resoluções citadas acima, os conceitos a seguir:

I Capital mínimo requerido: montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

II Capital base: montante fixo de capital, no valor de R\$ 60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.

III Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.

IV Ativos líquidos: todos os ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional em até 100,0% na cobertura das provisões técnicas.

V Liquidez em relação ao capital de risco: situação caracterizada pela apresentação de um total de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20,0% do capital de risco obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10.1 Cálculo do capital mínimo requerido

A Companhia apresenta suficiência do patrimônio líquido ajustado em relação ao capital mínimo requerido calculado, na data base de 31 de dezembro de 2018, considerando a metodologia estabelecida pelo órgão regulador. A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Capital de risco baseado em risco de subscrição	667.619	523.073
Capital de risco baseado em risco de crédito	269.891	324.364
Capital de risco baseado em risco operacional	42.329	33.518
Capital de risco baseado em risco de mercado	158.695	82.900
Benefício da diversificação de riscos	(202.721)	(161.909)
Capital de risco total (***)	935.813	801.946
Capital base	60.000	60.000
Capital mínimo requerido (**)	935.813	801.946
Patrimônio líquido ajustado (*)	3.003.046	2.593.474
Suficiência de patrimônio líquido ajustado	2.067.233	1.791.528

(*) Patrimônio utilizado para fins de apuração de solvência.

(**) O maior entre o capital de risco total e o capital base.

(***) O valor do capital de risco foi alterado, para a data-base de 31 de dezembro de 2017, devido a ajustes efetuados no cálculo do capital baseado no risco de crédito.

	2018	2017
Patrimônio líquido	4.000.780	3.581.183
Deduções		
Despesas antecipadas	(11.886)	(6.103)
Participações societárias	(630.976)	(623.353)
Intangíveis	(42.453)	(54.097)
Direitos/obrigações de sucursais no exterior	(90.563)	(103.312)
Créditos tributários (****)	(279.383)	(228.626)
Outras deduções	(50)	(50)
Ajustes econômicos	57.577	27.832
Patrimônio líquido ajustado	3.003.046	2.593.474

(****) O valor referente ao crédito tributário deduzido no cálculo do patrimônio líquido ajustado, corresponde ao valor do crédito tributário (Nota 10.1), que ultrapassar a 15,0% do capital mínimo requerido (CMR).

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10.2 Liquidez em relação ao capital de risco

A Companhia apresenta, na data base de 31 de dezembro, níveis suficientes de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superando a taxa mínima estabelecido pelo normativo vigente, para este montante. A tabela abaixo apresenta o resultado do cálculo da liquidez em relação ao capital de risco:

	Controladora	
	2018	2017
Ativos elegíveis (*)	5.618.963	5.155.857
Provisões técnicas	(8.712.677)	(8.074.546)
Ativos de retrocessão	3.084.435	3.295.527
Ativos redutores	(818.026)	(701.966)
Direitos creditórios	1.302.813	991.258
Cobertura de 20,0% do capital de risco total (**)	(181.957)	(165.826)
Suficiência de liquidez	293.551	500.304

(*) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas.

(**) Conforme previsto pela Resolução CNSP nº 321/15, o capital de risco utilizado para fins de apuração da liquidez deve desconsiderar os fluxos não registrados utilizados no cálculo do capital de risco baseado em riscos de mercado.

	Consolidado	
	2018	2017
Ativos elegíveis (*)	5.618.963	5.155.857
Provisões técnicas	(8.713.094)	(8.103.804)
Ativos de retrocessão	3.084.452	3.324.410
Ativos redutores	(818.026)	(701.966)
Direitos creditórios	1.302.813	991.258
Cobertura de 20,0% do capital de risco total (**)	(181.957)	(165.826)
Suficiência de liquidez	293.151	499.929

(*) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas.

(**) Conforme previsto pela Resolução CNSP nº 321/15, o capital de risco utilizado para fins de apuração da liquidez deve desconsiderar os fluxos não registrados utilizados no cálculo do capital de risco baseado em riscos de mercado.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção C – Informações por segmento

3 Informações por segmento de negócios

3.1 Demonstrações de resultados por segmentos

Os segmentos de negócios do IRB Brasil RE são identificados de acordo com sua estrutura executiva, que leva em consideração os relatórios financeiros internos para desempenho do negócio no país e no exterior, utilizados pela Administração na condução dos negócios. O lucro líquido é o principal item utilizado pela Administração para o gerenciamento dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o IRB Brasil RE tem seus resultados apurados pelas regiões geográficas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prêmios emitidos	6.035.512	5.060.851	6.035.512	5.060.851
Prêmio emitido - país	3.639.559	3.228.231	3.639.559	3.228.231
Prêmio emitido - exterior	2.395.953	1.832.620	2.395.953	1.832.620
Prêmios ganhos	5.764.638	4.737.772	5.764.638	4.737.772
Prêmio ganho - país	3.418.822	3.084.906	3.418.822	3.084.906
Prêmio ganho - exterior	2.345.816	1.652.866	2.345.816	1.652.866
Sinistros ocorridos	(2.820.647)	(2.484.074)	(2.820.647)	(2.484.074)
Sinistro ocorrido - país	(832.588)	(1.339.528)	(832.588)	(1.339.528)
Sinistro ocorrido - exterior	(1.988.059)	(1.144.546)	(1.988.059)	(1.144.546)
Custo de aquisição	(140.720)	(133.129)	(140.720)	(133.129)
Custo de aquisição - país	(64.558)	(66.101)	(64.558)	(66.101)
Custo de aquisição - exterior	(76.162)	(67.028)	(76.162)	(67.028)
Resultado com retrocessão	(1.450.923)	(1.188.729)	(1.450.923)	(1.188.729)
Resultado com retrocessão - país	(1.363.339)	(1.123.437)	(1.363.339)	(1.123.437)
Resultado com retrocessão - exterior	(87.584)	(65.292)	(87.584)	(65.292)
Margem bruta	1.352.348	931.840	1.352.348	931.840
Margem bruta - país	1.158.337	555.840	1.158.337	555.840
Margem bruta - exterior	194.011	376.000	194.011	376.000
Outras receitas e despesas operacionais	(18.292)	(41.210)	(18.292)	(41.210)
Despesas administrativas	(221.530)	(264.685)	(238.346)	(277.156)
Despesas com tributos	(144.816)	(77.456)	(148.866)	(82.214)
Resultado operacional	967.710	548.489	946.844	531.260
Resultado financeiro	314.731	648.150	447.804	686.326
Resultado patrimonial	138.884	55.001	77.540	53.405
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(28)	36	(28)	36
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.421.297	1.251.676	1.472.160	1.271.027
Imposto de renda e contribuição social	(202.501)	(326.626)	(253.364)	(345.977)
Lucro líquido do exercício	1.218.796	925.050	1.218.796	925.050

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da Companhia utiliza, para fins de tomada de decisão, uma aglutinação de contas contábeis diferente da apresentada na demonstração do resultado, que foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para resseguradoras, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prêmios de resseguros país (a)	4.219.742	3.710.490	4.219.742	3.710.490
Prêmios de resseguros exterior (a)	2.744.126	2.073.072	2.744.126	2.073.072
Prêmios cedidos em retrocessão (b)	(1.869.978)	(1.732.643)	(1.869.978)	(1.732.643)
Prêmios retidos	5.093.890	4.050.919	5.093.890	4.050.919
Variações das provisões técnicas (c)	(296.755)	(144.972)	(296.755)	(144.972)
Prêmios ganhos	4.797.135	3.905.947	4.797.135	3.905.947
Sinistros retidos (d)	(2.682.750)	(2.304.282)	(2.682.750)	(2.304.282)
PSL	(2.283.983)	(1.952.134)	(2.283.983)	(1.952.134)
IBNR	(422.677)	(334.082)	(422.677)	(334.082)
Outros	23.910	(18.066)	23.910	(18.066)
Custo de aquisição (e)	(906.642)	(700.767)	(906.642)	(700.767)
Resultado bruto	1.207.743	900.898	1.207.743	900.898
Outras despesas operacionais (f)	(168.623)	(148.013)	(171.980)	(151.797)
Despesas administrativas (g)	(220.564)	(212.161)	(228.181)	(214.846)
Resultado financeiro e patrimonial (h)	643.456	782.905	705.974	808.725
Resultado financeiro	618.728	794.266	628.897	754.920
Resultado patrimonial	24.728	(11.361)	77.077	53.805
Resultado antes dos impostos	1.462.012	1.323.629	1.513.556	1.342.980
Imposto, contribuições e participações nos lucros (i)	(243.216)	(398.579)	(294.760)	(417.930)
Lucro líquido do exercício	1.218.796	925.050	1.218.796	925.050

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo a conciliação entre os saldos apresentados na demonstração do resultado e os saldos para tomada de decisão, apresentados acima pela Administração da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prêmios emitidos líquidos	6.035.512	5.060.851	6.035.512	5.060.851
Prêmio emitido bruto (a)	6.961.338	5.783.294	6.961.338	5.783.294
Comissão de resseguros (e)	(925.826)	(722.443)	(925.826)	(722.443)
Variação das provisões técnicas	(270.874)	(323.079)	(270.874)	(323.079)
Variação das provisões técnicas - prêmios (c)	(230.438)	(240.167)	(230.438)	(240.167)
Variação das provisões técnicas - comissão (e)	52.759	189	52.759	189
Variação das provisões técnicas - outras provisões (c)	(93.195)	(83.101)	(93.195)	(83.101)
Prêmios ganhos	5.764.638	4.737.772	5.764.638	4.737.772
Sinistros ocorridos (d)	(2.820.647)	(2.484.074)	(2.820.647)	(2.484.074)
Custo de aquisição (e)	(140.720)	(133.129)	(140.720)	(133.129)
Resultado com retrocessão	(1.450.923)	(1.188.729)	(1.450.923)	(1.188.729)
Recuperação de sinistros ocorridos (d)	449.244	437.397	449.244	437.397
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário (d)	(26.652)	(26.092)	(26.652)	(26.092)
Recuperação de IBNR (d)	(160.745)	(184.636)	(160.745)	(184.636)
Prêmios cedidos em retrocessão (b)	(1.868.931)	(1.732.243)	(1.868.931)	(1.732.243)
Comissão sobre prêmios cedidos em retrocessão (e)	106.000	147.343	106.000	147.343
Variação das provisões técnicas - prêmio cedido (c)	26.868	178.296	26.868	178.296
Variação das provisões técnicas - comissão cedida (e)	(420)	4.989	(420)	4.989
Variação das provisões técnicas - Outras provisões (c)	10	-	10	-
Demais resultados com retrocessão (f)	22.067	9.908	22.067	9.908
Outros resultados custo de aquisição (e)	1.636	2.309	1.636	2.309
Margem bruta	1.352.348	931.840	1.352.348	931.840
Outras receitas e despesas operacionais	(18.292)	(41.210)	(18.292)	(41.210)
Outras receitas e despesas operacionais (f)	(53.581)	(72.445)	(53.581)	(72.445)
Provisão de cobertura de crédito (h)	(30.664)	(241)	(30.664)	(241)
Demais resultados financeiros (h)	65.953	31.476	65.953	31.476
Despesas administrativas	(221.530)	(264.685)	(238.346)	(277.156)
Participação nos lucros (i)	-	(22.145)	-	(22.145)
Despesas com tributos (f)	(268)	(2.048)	(268)	(2.048)
Demais despesas com tributos (i)	(4.394)	(6.883)	(4.394)	(6.883)
Demais despesas administrativas (g)	(214.549)	(212.161)	(221.853)	(214.080)
Demais resultados financeiros (h)	4.310	(113)	(5.202)	(10.665)
Outras receitas e despesas operacionais (f)	(6.629)	(21.335)	(6.629)	(21.335)
Despesas com tributos	(144.816)	(77.456)	(148.866)	(82.214)
Impostos controladas e coligadas (i)	(15.758)	(14.143)	(16.439)	(14.143)
Despesa com tributos (f)	(129.058)	(63.313)	(132.415)	(67.097)
Outros tributos (h)	-	-	(12)	(974)
Resultado operacional	967.710	548.489	946.844	531.260
Resultado financeiro	314.731	648.150	447.804	686.326
Juros de custo de aquisição (e)	(71)	(25)	(71)	(25)
Juros de prêmios cedidos (b)	(1.047)	(400)	(1.047)	(400)
Juros de prêmios no exterior (a)	274	198	274	198
Juros de prêmios no país (a)	2.256	70	2.256	70
Juros de sinistros (d)	(123.950)	(20.877)	(123.950)	(20.877)
Despesas com tributos (f)	(1.154)	1.220	(1.154)	1.220
Resultados financeiros (h)	458.986	696.746	592.059	734.922
Demais resultados financeiros (i)	(20.563)	(28.782)	(20.563)	(28.782)
Resultado patrimonial	138.884	55.001	77.540	53.405
Demais resultados patrimoniais (h)	144.899	55.001	83.868	54.171
Demais despesas administrativas (g)	(6.015)	-	(6.328)	(766)
Ganhos com ativos não correntes (h)	(28)	36	(28)	36
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.421.297	1.251.676	1.472.160	1.271.027
Imposto de renda e contribuição social (i)	(202.501)	(326.626)	(253.364)	(345.977)
Lucro líquido do exercício	1.218.796	925.050	1.218.796	925.050

Seção D – Estrutura do grupo**4 Investimentos****4.1 Movimentação dos investimentos**

	Controladora	
	2018	2017
Posição inicial	623.352	224.393
Aumento capital (i)	4.797	386.541
Lucro de controladas	113.693	66.762
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.363)	-
Dividendos pagos	(92.168)	(54.861)
Variações cambiais	3.198	517
Reversão (provisão) de impairment (ii)	467	-
Posição final	630.976	623.352

(i) Em 29 de fevereiro de 2016, o IRB Brasil RE constituiu o IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., subsidiária integral, que tem como escopo a estruturação do sistema de gestão das participações em shopping centers de sua propriedade, a constituição de subsidiárias integrais e a participação no capital de sociedades que tenham por objeto a execução de atividades imobiliárias. Em dezembro de 2016 seu capital constituído era de R\$168.466, totalmente integralizado.

Após Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi realizado em 17 de fevereiro de 2017 pela Companhia um aumento de capital de R\$ 400.000, mediante a emissão de 400.000.000 novas ações ordinárias, sendo o valor de R\$ 381.441 integralizado e o saldo de R\$ 18.559 a ser integralizado. Desta forma, o saldo do capital social em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 549.907, composto pelo capital de R\$ 568.466 e do capital a integralizar de R\$ 18.559.

Conforme Assembleia Geral de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2017 do IRB *Asset Management*, foi aprovado capital de R\$ 5.100 integralizado nesse ato.

(ii) Em 6 de abril de 2018, a empresa IRB *International Corporation*, controlada da Companhia, assinou um Contrato de Venda de Ações (*Share Purchase Agreement*) com uma empresa afiliada ao *Quest Group Holdings Limited* ("Quest"), para venda da totalidade das ações, que o IRB Brasil RE detém, indiretamente, na *United Americas Insurance Company* ("UAIC"), empresa subsidiária da IRB *International Corporation*. A transação teve o valor de US\$ 5,3 milhões, pagos em 15 de janeiro de 2019.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Participação societária

Nome	País	Negócio	Relacionamentos	Consolidado	
				2018	
				Percentual	
				Participação direta nas ações ordinárias	Participação indireta nas ações ordinárias
IRB Internacional	EUA	Holding	Controlada	100,0%	
IRB Asset Management	Brasil	Gestão de ativos financeiros	Controlada	100,0%	
IRB Investimentos e Participações Imobiliárias	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada	100,0%	
IRB Santos Dumont (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada indireta		100,0%
IRB Chile (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada indireta		100,0%
IRB Uso (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada indireta		100,0%
IRB Renda (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada indireta		100,0%
BB Ações 22 Fundo de Investimento	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
BB IRB Brasil RE Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Bradesco Fundo de Investimento em Ações Safe IBRX-50	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Itaú FI IRB Brasil RE Renda Fixa	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Fundo de Investimento Caixa IRB Brasil RE Renda Fixa	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Bradesco FI RF IRB Caixa	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
FI Itaú Renda Fixa IRB Brasil RE Crédito Privado	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
BB IRB Brasil RE FI RF LP Crédito Privado	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Fundo de Investimento RF IRB Brasil RE Absoluto	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
IRB Fundo de Investimento Multimercado	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
IRB Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	

Nome	País	Negócio	Relacionamentos	Consolidado	
				2017	
				Percentual	
				Participação direta nas ações ordinárias	Participação indireta nas ações ordinárias
IRB Internacional	EUA	Holding	Controlada	100,0%	
IRB Asset Management	Brasil	Gestão de ativos financeiros	Controlada	100,0%	
IRB Investimentos e Participações Imobiliárias	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada	100,0%	
IRB Santos Dumont (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada indireta		100,0%
IRB Chile (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada indireta		100,0%
IRB Uso (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada indireta		100,0%
IRB Renda (*)	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada indireta		100,0%
BB Ações 22 Fundo de Investimento	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
BB Peabiru Fundo de Investimento Renda Fixa	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Bradesco Fundo de Investimento em Ações Safe IBRX-50	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Itaú FI IRB Brasil RE Renda Fixa	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Caixa FI IRB Brasil RE Renda Fixa	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Bradesco FI IRB Brasil RE Renda Fixa	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Bradesco FI IRB Brasil RE Renda Fixa Supreme	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Itaú FI IRB Brasil RE LP Crédito Privado	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Caixa FI IRB Brasil RE LP Crédito Privado	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
B.Brasil FI IRB Brasil RE LP Crédito Privado	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Bradesco FI IRB Brasil RE LP Crédito Privado	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	
Fundo de Investimento RF IRB Brasil RE Absoluto	Brasil	Fundo de investimento	Controlada	100,0%	

(*) Controladas diretas do IRB Investimentos e Participações Imobiliárias.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção E – Notas explicativas relevantes às demonstrações contábeis

5 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	1.162	210	1.858	6.141
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	25.839	16.012	41.273	19.630
Total	27.001	16.222	43.131	25.771

6 Aplicações financeiras

6.1 Composição das aplicações

	Controladora					Total
	2018					
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %	
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
Títulos de Renda Fixa - Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro	1.066.185	1.066.185	2.651.244	2.651.667	SELIC	3.717.852
Notas do Tesouro Nacional	-	-	439.031	443.848	8,48% a.a.	443.848
Operações compromissadas	392.385	392.385	21.528	21.528	SELIC	413.913
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Debêntures	13.524	13.524	26.282	26.338	105,4% CDI	39.862
Letras Financeiras	-	-	25.828	25.901	105,1% CDI	25.901
Notas Comerciais	-	-	2.506	2.506	105,8% CDI	2.506
Fundos Imobiliários	8.213	8.213	-	-	-	8.213
Quotas Fundos Exclusivos	-	-	140.486	140.529	-	140.529
Outros	182	182	94	94	-	276
Títulos de Renda Variável						
Quotas Fundos Exclusivos	32.068	32.068	-	-	-	32.068
Ações de empresas nacionais	51.437	51.437	-	-	-	51.437
	1.563.994	1.563.994	3.306.999	3.312.411		4.876.405
Aplicações no Exterior						
Títulos de Renda Fixa - Públicos	51.690	51.690	208.051	197.150	5,3% a.a.	248.840
Títulos de Renda Fixa - Privados						
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	76.878	76.878	-	-	-	76.878
American Deposits Receipt	-	-	23.279	6.553	-	6.553
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	31.151	29.875	2,6% a.a.	29.875
Depósito à prazo fixo no exterior (i)	640.404	640.404	-	-	2,1% a.a.	640.404
	768.972	768.972	262.481	233.578		1.002.550
Total	2.332.966	2.332.966	3.569.480	3.545.989		5.878.955
%		39,7%		60,3%		100,0%
Circulante		2.332.966		218.945		2.551.911
Não circulante		-		3.327.044		3.327.044

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1 Composição das aplicações

								Controladora
								2017
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros - %	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva/contábil	Valor de mercado		
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro	7.028	7.028	3.360.541	3.363.989	-	-	SELIC	3.371.017
Notas do Tesouro Nacional	-	-	420.569	401.155	-	-	IPCA + 3,8% a.a.	401.155
Letras do Tesouro Nacional	-	-	221.137	219.820	-	-	9,2% a.a.	219.820
Operações compromissadas	313.068	313.068	48.938	48.938	-	-	SELIC	362.006
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debêntures	13.107	13.107	20.503	20.563	-	-	110,0% CDI	33.670
Depósito à prazo fixo	46.500	46.500	-	-	-	-	-	46.500
Letras Financeiras	-	-	89.624	89.851	285.733	285.733	106,4% CDI	375.584
Notas comerciais	-	-	1.018	1.019	-	-	106,8% CDI	1.019
Quotas fundos exclusivos	77.029	77.029	-	-	-	-	-	77.029
Outros	632	632	17	17	-	-	-	649
Títulos de renda variável	32.571	35.813	-	-	-	-	-	35.813
	489.935	493.177	4.162.347	4.145.352	285.733	285.733	-	4.924.262
Aplicações no Exterior								
Títulos de Renda Fixa - Públicos	-	-	100.329	93.990	-	-	6,8% a.a.	93.990
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	96.211	96.211	-	-	-	-	23,6%	96.211
American Deposits Receipt	-	-	19.873	4.425	-	-	-	4.425
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	30.175	29.347	-	-	2,5% a.a.	29.347
Depósito à prazo fixo no exterior (i)	277.223	277.223	-	-	-	-	5,3% a.a.	277.223
Outras aplicações no exterior	233.500	233.500	-	-	-	-	-	233.500
	606.934	606.934	150.377	127.762	-	-	-	734.696
Total	1.096.869	1.100.111	4.312.724	4.273.114	285.733	285.733	-	5.658.958
%		19,5%		75,5%			5,0%	100,0%
Circulante		1.100.111		161.813		285.733		1.547.657
Não circulante		-		4.111.301		-		4.111.301

								Consolidado
								2018
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros - %		Total	
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil				
Títulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro	1.066.185	1.066.185	2.651.244	2.651.667	SELIC		3.717.852	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	439.031	443.848	8,48% a.a.		443.848	
Operações compromissadas	392.634	392.634	21.548	21.548	SELIC		414.182	
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Debentures	13.524	13.524	26.282	26.338	105,43% CDI		39.862	
Letras Financeiras	-	-	25.828	25.901	105,1% CDI		25.901	
Notas Comerciais	-	-	2.506	2.506	2,14% CDI		2.506	
Quotas Fundos Exclusivos	8.213	8.213	140.486	140.529	-		148.742	
Fundos Imobiliários	-	-	29.268	29.094	-		29.094	
Quotas de Fundos de Investimentos não Exclusivos	38.860	38.860	-	-	-		38.860	
Títulos de Renda Variável								
Quotas Fundos Exclusivos	31.549	31.549	-	-	-		31.549	
Ações de empresas nacionais	51.437	51.437	-	-	-		51.437	
	1.602.402	1.602.402	3.336.193	3.341.431			4.943.833	
Aplicações no Exterior								
Títulos de Renda Fixa - Públicos	51.690	51.690	208.051	197.150	5,3% a.a.		248.840	
Títulos de Renda Fixa - Privados								
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	76.878	76.878	-	-	105,3%		76.878	
American Deposits Receipt	-	-	23.279	6.553	-		6.553	
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	31.151	29.875	2,5% a.a.		29.875	
Depósito à prazo fixo no exterior (i)	640.404	640.404	-	-	2,14% a.a.		640.404	
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	-	-	6.736	6.819	-		6.819	
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies	-	-	2.032	2.043	-		2.043	
Short-Term Investments	-	-	871	871	-		871	
Sec Issued by States & Terr.	-	-	1.018	1.025	-		1.025	
Corporate Securities	-	-	4.693	4.721	-		4.721	
	768.972	768.972	277.831	249.057			1.018.029	
Total	2.371.374	2.371.374	3.614.024	3.590.488			5.961.862	
%		39,8%		60,2%			100,0%	
Circulante		2.371.374		224.100			2.595.474	
Não circulante		-		3.366.388			3.366.388	

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1 Composição das aplicações

Consolidado								
2017								
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros - %	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva/contábil	Valor de mercado		
Titulos de Renda Fixa - Públicos								
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	3.360.541	3.363.989	-	-	SELIC	3.363.989
Notas do Tesouro Nacional	-	-	420.569	401.155	-	-	IPCA + 3,8% a.a.	401.155
Letras do Tesouro Nacional	7.028	7.028	221.137	219.820	-	-	9,2% a.a.	226.848
Operações compromissadas	313.133	313.133	48.956	48.956	-	-	SELIC	362.089
Titulos de Renda Fixa - Privados								
Debêntures	13.107	13.107	20.503	20.563	-	-	110,0% CDI	33.670
Depósito à prazo fixo	46.500	46.500	-	-	-	-	-	46.500
Letras Financeiras	-	-	89.624	89.851	285.733	285.733	105,4% CDI	375.584
Notas Comerciais	-	-	1.018	1.019	-	-	106,8% CDI	1.019
Fundos Imobiliários Não exclusivos	-	-	50.044	48.004	-	-	-	48.004
Quotas Fundos Exclusivos	77.029	77.029	-	-	-	-	-	77.029
Quotas Fundos Não Exclusivos	94.520	94.520	-	-	-	-	-	94.520
Titulos de Renda Variável	32.571	35.813	-	-	-	-	-	35.813
	583.888	587.130	4.212.392	4.193.357	285.733	285.733		5.066.220
Aplicações no Exterior								
Titulos de Renda Fixa - Públicos	-	-	100.329	93.990	-	-	6,8% a.a.	93.990
Titulos de Renda Fixa - Privados								
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	96.211	96.211	-	-	-	-	23,6%	96.211
<i>American Deposits Receipt</i>	-	-	19.873	4.425	-	-	-	4.425
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	30.175	29.347	-	-	2,5% a.a.	29.347
Depósito à prazo fixo no exterior (i)	277.223	277.223	-	-	-	-	5,3% a.a.	277.223
Outras aplicações no exterior	233.500	233.500	-	-	-	-	-	233.500
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	-	-	6.766	6.766	-	-	-	6.766
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies	-	-	1.432	1.432	-	-	-	1.432
Non-U.S. Government	-	-	1.019	1.019	-	-	-	1.019
Sec Issued by States & Terr.	-	-	219	219	-	-	-	219
Corporate Securities	-	-	4.428	4.428	-	-	-	4.428
Short-term Investments	-	-	1.282	1.282	-	-	-	1.282
	606.934	606.934	165.523	142.908	-	-		749.842
Total	1.190.822	1.194.064	4.377.915	4.336.265	285.733	285.733		5.816.062
%		20,5%		74,6%		4,9%		100,0%
Circulante		1.194.064		116.560		285.733		1.596.357
Não circulante		-		4.219.705		-		4.219.705

(i) Depósitos a prazo fixo no exterior

Representam aplicações em *time deposits* de responsabilidade do *Citibank* (99,0%) e Banco Patagônia (1,0%), cujos prazos de vencimento oscilam entre 12 a 120 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos e o peso argentino. Deste valor total de *time deposits*, 47,0% são mantidos em contrapartida a outros títulos emitidos pelas instituições financeiras em favor da Companhia.

6.1.1 Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

	Controladora				
	2018				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	7.124	-	1.059.061	1.066.185
Operações compromissadas	-	392.385	-	-	392.385
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	13.524	-	-	-	13.524
Fundos Imobiliários	8.213	-	-	-	8.213
Outros	182	-	-	-	182
Títulos de Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	82.986	-	-	-	82.986
Outros	519	-	-	-	519
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
	-	51.690	-	-	51.690
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	76.878	-	-	-	76.878
Depósito à prazo fixo no exterior	-	640.404	-	-	640.404
	182.302	1.091.603	-	1.059.061	2.332.966
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	38.465	2.613.202	2.651.667
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	443.848	443.848
Operações compromissadas	-	21.528	-	-	21.528
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	-	-	-	26.338	26.338
Quotas Fundos Exclusivos	140.529	-	-	-	140.529
Letras Financeiras	-	-	-	25.901	25.901
Nota Comercial	-	2.506	-	-	2.506
Outros	94	-	-	-	94
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
	-	-	-	197.150	197.150
Títulos de Renda Fixa - Privados					
<i>American Deposits Receipt</i>	6.553	-	-	-	6.553
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	5.674	3.596	20.605	29.875
	147.176	29.708	42.061	3.327.044	3.545.989
Total					5.878.955

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.1 Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

	Controladora				Total
	2017				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	6.768	-	260	7.028
Operações compromissadas	-	313.068	-	-	313.068
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	13.107	-	-	-	13.107
Depósito à prazo fixo	46.500	-	-	-	46.500
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos	77.029	-	-	-	77.029
Outros	368	-	-	-	368
Títulos de Renda Variável					
Ações de empresas nacionais	35.813	-	-	-	35.813
Outros	264	-	-	-	264
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	96.211	-	-	-	96.211
Depósito à prazo fixo no exterior	-	277.223	-	-	277.223
Outras aplicações no exterior	233.500	-	-	-	233.500
	502.792	597.059	-	260	1.100.111
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	16.227	19.254	3.328.508	3.363.989
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	401.155	401.155
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	219.820	219.820
Operações compromissadas	-	48.938	-	-	48.938
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	-	1.664	607	18.292	20.563
Letras Financeiras	-	9.343	56.103	24.405	89.851
Nota Comercial	-	-	-	1.019	1.019
Outros	17	-	-	-	17
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos	-	742	-	93.248	93.990
Títulos de Renda Fixa - Privados					
<i>American Deposits Receipt</i>	4.425	-	-	-	4.425
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	2.007	2.486	24.854	29.347
	4.442	78.921	78.450	4.111.301	4.273.114
Mantidos até o vencimento					
Letras Financeiras	-	285.733	-	-	285.733
	-	285.733	-	-	285.733
Total					5.658.958

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2018**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.1 Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

	Consolidado				
	2018				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	7.124	-	1.059.061	1.066.185
Operações compromissadas	-	392.634	-	-	392.634
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	13.524	-	-	-	13.524
Fundos Imobiliários	8.213	-	-	-	8.213
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	38.860	-	-	-	38.860
Títulos de Renda Variável					
Quotas Fundos Exclusivos	31.549	-	-	-	31.549
Ações de empresas nacionais	51.437	-	-	-	51.437
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos	-	51.690	-	-	51.690
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	76.878	-	-	-	76.878
Depósito à prazo fixo no exterior	-	640.404	-	-	640.404
	220.461	1.091.852	-	1.059.061	2.371.374
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	38.465	2.613.202	2.651.667
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	443.848	443.848
Operações compromissadas	-	21.548	-	-	21.548
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Fundos Imobiliários	-	-	-	29.094	29.094
Debêntures	-	-	-	26.338	26.338
Quotas de Fundos Exclusivos	140.529	-	-	-	140.529
Letras Financeiras	-	-	-	25.901	25.901
Nota Comercial	-	2.506	-	-	2.506
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos	-	-	-	197.150	197.150
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	-	-	-	-	-
<i>American Deposits Receipt</i>	6.553	-	-	-	6.553
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	5.674	3.596	20.605	29.875
<i>U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.</i>	-	1.795	462	4.562	6.819
<i>Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies</i>	-	294	383	1.366	2.043
<i>Short-Term Investments</i>	-	871	-	-	871
<i>Sec Issued by States & Terr.</i>	-	116	212	697	1.025
<i>Corporate Securities</i>	-	1.096	-	3.625	4.721
	147.082	33.900	43.118	3.366.388	3.590.488
Total					5.961.862

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2018**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.1 Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

	Consolidado				
	2017				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Valor justo por meio do resultado					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	6.768	-	260	7.028
Operações compromissadas	-	313.133	-	-	313.133
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	13.107	-	-	-	13.107
Depósito à prazo fixo	46.500	-	-	-	46.500
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos	77.029	-	-	-	77.029
Quotas de Fundos de Investimentos não exclusivos	94.520	-	-	-	94.520
Títulos de Renda Variável	35.813				35.813
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	96.211	-	-	-	96.211
Depósito à prazo fixo no exterior	-	277.223	-	-	277.223
Outras aplicações no exterior	233.500	-	-	-	233.500
	596.680	597.124	-	260	1.194.064
Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	9.343	56.103	2.212.677	2.278.123
Notas do Tesouro Nacional	-	16.227	19.254	1.541.391	1.576.872
Operações compromissadas	-	-	-	48.956	48.956
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Fundos Imobiliários Não exclusivos	-	-	-	48.004	48.004
Debêntures	-	1.664	607	18.292	20.563
Letras Financeiras	-	-	-	219.820	219.820
Nota Comercial	-	-	-	1.019	1.019
Aplicações no Exterior					
Títulos de Renda Fixa - Públicos	-	742	-	93.248	93.990
Títulos de Renda Fixa - Privados					
<i>American Deposits Receipt</i>	4.425	-	-	-	4.425
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	2.007	2.486	24.854	29.347
<i>U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.</i>	-	1.059	741	4.966	6.766
<i>Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies</i>	-	-	-	1.432	1.432
<i>Non-U.S. Government</i>	-	-	134	885	1.019
<i>Sec Issued by States & Terr.</i>	-	-	219	-	219
<i>Corporate Securities</i>	-	-	267	4.161	4.428
<i>Short-term Investments</i>	1.282	-	-	-	1.282
	5.707	31.042	79.811	4.219.705	4.336.265
Mantidos até o vencimento					
Letras Financeiras	-	285.733	-	-	285.733
	-	285.733	-	-	285.733
Total					5.816.062

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora			
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	653.503	4.854.044	263.551	5.771.098
Aplicações	3.241.822	1.411.516	-	4.653.338
Rendimento resgate	(23.768)	(402.140)	-	(425.908)
Principal resgate	(2.864.049)	(2.048.652)	(5.118)	(4.917.819)
Resultado financeiro	89.426	425.534	27.467	542.427
Ajuste a valor de mercado	-	34.817	-	34.817
Oscilação cambial	3.177	(2.005)	(167)	1.005
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.100.111	4.273.114	285.733	5.658.958

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.100.111	4.273.114	285.733	5.658.958
Aplicações	10.493.347	2.563.032	-	13.056.379
Rendimento resgate	(33.268)	(451.570)	(88.770)	(573.608)
Principal resgate	(9.329.548)	(3.112.878)	(199.670)	(12.642.096)
Resultado financeiro	64.696	248.303	2.707	315.706
Ajuste a valor de mercado	-	16.118	-	16.118
Oscilação cambial	17.396	9.870	-	27.266
Outras	20.232	-	-	20.232
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.332.966	3.545.989	-	5.878.955

	Consolidado			
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	673.464	4.659.626	263.551	5.596.641
Aplicações	3.670.561	1.637.234	-	5.307.795
Rendimento resgate	(23.768)	(402.140)	-	(425.908)
Principal resgate	(3.218.796)	(2.053.536)	(5.118)	(5.277.450)
Resultado financeiro	89.426	462.269	27.467	579.162
Ajuste a valor de mercado	-	34.817	-	34.817
Oscilação cambial	3.177	(2.005)	(167)	1.005
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.194.064	4.336.265	285.733	5.816.062

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.194.064	4.336.265	285.733	5.816.062
Aplicações	10.763.798	2.566.275	-	13.330.073
Rendimento resgate	(32.993)	(451.570)	(88.770)	(573.333)
Principal resgate	(9.672.457)	(3.118.883)	(199.670)	(12.991.010)
Resultado financeiro	81.334	231.740	2.707	315.781
Ajuste a valor de mercado	-	16.118	-	16.118
Oscilação cambial	17.396	10.543	-	27.939
Outras	20.232	-	-	20.232
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.371.374	3.590.488	-	5.961.862

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Créditos das operações com resseguros e retrocessões

As contas de créditos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a receber resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras e resseguradoras do país e do exterior, acrescidos dos prêmios emitidos a receber, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a receber e dos créditos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

7.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Operações com seguradoras (7.2.1)	3.327.272	2.263.360	3.327.272	2.263.360
Operações com resseguradoras (7.2.2)	1.304.416	949.586	1.304.416	949.586
Outros créditos operacionais	56.569	65.161	56.668	65.175
Provisão de créditos com liquidação duvidosa	(36.274)	(58.109)	(36.274)	(58.109)
	4.651.983	3.219.998	4.652.082	3.220.012
Não circulante				
Operações com seguradoras (7.2.1)	-	29.754	-	29.754
Provisão de créditos com liquidação duvidosa	-	(29.754)	-	(29.754)
	-	-	-	-
Total	4.651.983	3.219.998	4.652.082	3.220.012

7.2 Movimentação

7.2.1 Operações com seguradoras

	Controladora e Consolidado				
	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	992.605	427.444	305.437	134.280	1.859.766
Prêmios a receber	852.659	768.416	163.994	-	1.785.069
Recebimentos	(787.298)	(573.425)	(119.172)	-	(1.479.895)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros	-	-	-	92.113	92.113
Variação cambial	23.663	8.284	2.481	1.633	36.061
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.081.629	630.719	352.740	228.026	2.293.114
Circulante					2.263.360
Não circulante					29.754
Total					2.293.114

	Controladora e Consolidado				
	Prêmio efetivo	Prêmio estimado	Prêmio RVNE	Sinistro	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.081.629	630.719	352.740	228.026	2.293.114
Prêmios a receber	3.700.159	1.280.193	77.482	-	5.057.834
Recebimentos	(3.728.306)	(485.282)	(7.499)	-	(4.221.087)
Salvados, ressarcimentos e adiantamentos para liquidação de sinistros	-	-	-	115.627	115.627
Variação cambial	7.483	33.504	35.290	5.507	81.784
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.060.965	1.459.134	458.013	349.160	3.327.272
Circulante					3.327.272
Não circulante					-
Total					3.327.272

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7.2.2 Operações com resseguradoras

	Controladora e Consolidado			
	Prêmio	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	294.121	167.532	4.041	465.694
Prêmios a receber	708.978	-	-	708.978
Recebimentos	(230.651)	-	-	(230.651)
Recuperação de sinistros	-	(29.481)	-	(29.481)
Variação cambial	32.082	266	(42)	32.306
Outros créditos	-	-	2.740	2.740
Saldos em 31 de dezembro de 2017	804.530	138.317	6.739	949.586
	Prêmio	Sinistros	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	804.530	138.317	6.739	949.586
Prêmios a receber	1.639.791	-	-	1.639.791
Recebimentos	(1.364.653)	-	-	(1.364.653)
Recuperação de sinistros	-	(25.065)	-	(25.065)
Variação cambial	91.297	-	279	91.576
Outros créditos	-	-	13.181	13.181
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.170.965	113.252	20.199	1.304.416

7.3 Aging de créditos das operações com resseguros e retrocessões

A análise de vencimento de créditos das operações com resseguro e retrocessão está apresentada abaixo:

Aging	Controladora			
	Crédito das operações	Débito das operações	PDD	Total
				2018
A vencer	3.869.138	(1.131.651)	(19.343)	2.718.144
Vencidos até 30 dias	251.129	(27.317)	(4.774)	219.038
Vencidos entre 31 e 60 dias	126.175	(40.875)	(1.473)	83.827
Vencidos entre 61 e 120 dias	152.469	(18.538)	(2.469)	131.462
Vencidos entre 121 e 180 dias	68.839	(13.280)	(1.261)	54.298
Vencidos entre 181 e 365 dias	78.854	(41.260)	(1.287)	36.307
Vencidos acima de 365 dias	141.653	(120.627)	(5.667)	15.359
Total	4.688.257	(1.393.548)	(36.274)	3.258.435

Aging	Consolidado			
	Crédito das operações	Débito das operações	PDD	Total
				2018
A vencer	3.869.138	(1.131.651)	(19.343)	2.718.144
Vencidos até 30 dias	251.129	(27.317)	(4.774)	219.038
Vencidos entre 31 e 60 dias	126.175	(40.875)	(1.473)	83.827
Vencidos entre 61 e 120 dias	152.469	(18.538)	(2.469)	131.462
Vencidos entre 121 e 180 dias	68.839	(13.280)	(1.261)	54.298
Vencidos entre 181 e 365 dias	78.854	(41.260)	(1.287)	36.307
Vencidos acima de 365 dias	141.752	(120.938)	(5.667)	15.147
Total	4.688.356	(1.393.859)	(36.274)	3.258.223

Para os saldos das contas a pagar e a receber, vencidos e a vencer, no valor de R\$ 3.294.709 na controladora e R\$ 3.294.497 no consolidado, foi constituída provisão para devedores duvidosos no valor de R\$ 36.274, considerando o histórico de inadimplência dos clientes, dentro da utilização da metodologia própria da Companhia, baseada na segregação de parceiros de negócios por origem de atuação país e exterior e partes relacionadas, classificação de *rating* por histórico de adimplência, clientes com saldos passivos não liquidados e tratamento especial para clientes em negociação.

8 Ativos de retrocessão - provisões técnicas
8.1 Sinistros – retrocessão (composição)

Sinistros pendentes de pagamento e sinistros ocorridos mas não avisados, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora			
	2018			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos	250.544	10.835	81.577	342.956
Automóvel	1.718	37	10.903	12.658
Habitacional	139	-	7	146
Marítimos	23.862	1.259	4.820	29.941
Nucleares	33	-	-	33
Patrimonial	707.140	75.614	143.454	926.208
Pessoas	13.186	1.448	10.589	25.223
Petróleo	62.216	301	7.974	70.491
Responsabilidades	186.287	22.691	68.647	277.625
Riscos financeiros	54.816	5.411	30.009	90.236
Rural	21.832	4.066	4.428	30.326
Transportes	188.918	381	26.099	215.398
Aceitações do exterior	65.933	-	15.226	81.159
Sucursais no exterior	8.163	-	6.381	14.544
Total	1.584.787	122.043	410.114	2.116.944

	Controladora			
	2017			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos	326.728	8.228	179.557	514.513
Automóvel	2.357	37	646	3.040
Habitacional	145	-	45	190
Marítimos	23.252	1.796	5.080	30.128
Patrimonial	796.084	63.877	218.535	1.078.496
Pessoas	21.869	1.387	13.044	36.300
Petróleo	53.261	237	10.539	64.037
Responsabilidades	210.750	30.398	21.599	262.747
Riscos financeiros	77.138	4.790	59.556	141.484
Rural	40.281	4.193	9.602	54.076
Transportes	168.611	1.084	4.739	174.434
Aceitações do exterior	38.196	-	15.687	53.883
Sucursais no exterior	9.443	-	902	10.345
Total	1.768.115	116.027	539.531	2.423.673

8.1 Sinistros – retrocessão (composição)

	Consolidado			
	2018			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos	250.544	10.835	81.577	342.956
Automóvel	1.718	37	10.903	12.658
Habitacional	139	-	7	146
Marítimos	23.862	1.259	4.820	29.941
Nucleares	33	-	-	33
Patrimonial	707.140	75.614	143.454	926.208
Pessoas	13.186	1.448	10.589	25.223
Petróleo	62.216	301	7.974	70.491
Responsabilidades	186.287	22.691	68.647	277.625
Riscos financeiros	54.816	5.411	30.009	90.236
Rural	21.832	4.066	4.428	30.326
Transportes	188.918	381	26.099	215.398
Aceitações do exterior	66.350	-	14.826	81.176
Sucursais no exterior	8.163	-	6.381	14.544
Total	1.585.204	122.043	409.714	2.116.961

	Consolidado			
	2017			
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pendentes de pagamento em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Aeronáuticos	326.728	8.228	179.557	514.513
Automóvel	2.357	37	646	3.040
Habitacional	145	-	45	190
Marítimos	23.252	1.796	5.080	30.128
Patrimonial	796.084	63.877	218.535	1.078.496
Pessoas	21.869	1.387	13.044	36.300
Petróleo	53.261	237	10.539	64.037
Responsabilidades	210.750	30.398	21.599	262.747
Riscos financeiros	77.138	4.790	59.556	141.484
Rural	40.281	4.193	9.602	54.076
Transportes	168.611	1.084	4.739	174.434
Aceitações do exterior	38.196	-	15.687	53.883
Sucursais no exterior	38.701	-	527	39.228
Total	1.797.373	116.027	539.156	2.452.556

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8.1.1 Movimentação

	Controladora		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.292.696	724.582	3.017.278
Liquidação de sinistros	(3.895.258)	(273.372)	(4.168.630)
Constituição de provisão de sinistros	3.486.704	88.321	3.575.025
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.884.142	539.531	2.423.673
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.884.142	539.531	2.423.673
Liquidação de sinistros	(1.109.325)	(212.238)	(1.321.563)
Constituição de provisão de sinistros	932.013	82.821	1.014.834
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.706.830	410.114	2.116.944

	Consolidado		
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.322.398	724.582	3.046.980
Liquidação de sinistros	(3.866.000)	(273.372)	(4.139.372)
Constituição de provisão de sinistros	3.457.002	87.946	3.544.948
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.913.400	539.156	2.452.556
	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros ocorridos mas não avisados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.913.400	539.156	2.452.556
Liquidação de sinistros	(1.138.166)	(212.238)	(1.350.404)
Constituição de provisão de sinistros	932.013	82.796	1.014.809
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.707.247	409.714	2.116.961

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8.2 Prêmios de retrocessão diferidos

Controladora e Consolidado							
2018							
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			Total
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	
Aeronáuticos	26.477	4.426	418	(89)	(41)	(12)	31.179
Automóvel	2.967	1.311	-	(38)	(17)	-	4.223
Habitacional	-	31	-	-	-	-	31
Marítimos	20.768	4.384	2.229	(909)	(248)	(97)	26.127
Nucleares	13.491	-	1.432	(1.012)	-	(107)	13.804
Patrimonial	349.555	58.152	33.117	(11.383)	(5.663)	(1.559)	422.219
Pessoas	10.558	4.425	1.432	(987)	(1.648)	(88)	13.692
Petróleo	170.321	7.230	23.862	(5.996)	(185)	(1.088)	194.144
Responsabilidades	44.720	28.402	1.646	(3.021)	(2.266)	(105)	69.376
Riscos financeiros	14.812	-	1.721	(93)	-	(102)	16.338
Rural	19.542	139	1.122	(405)	(50)	(194)	20.154
Transportes	22.792	16.849	12.358	(1.941)	(1.941)	(2.914)	45.203
Aceitações do exterior	88.847	363	1.805	(326)	(13)	(112)	90.564
Sucursais no exterior	9.842	2.655	-	(918)	(688)	-	10.891
Total	794.692	128.367	81.142	(27.118)	(12.760)	(6.378)	957.945
Circulante							929.100
Não circulante							28.845

Controladora e Consolidado							
2017							
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			Total
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	
Aeronáuticos	34.133	3.938	2.007	(115)	(16)	(50)	39.897
Automóvel	2.287	999	398	(80)	(35)	(17)	3.552
Habitacional	-	-	5	-	-	(1)	4
Marítimos	14.240	7.178	1.360	(125)	(370)	(50)	22.233
Nucleares	11.427	-	1.319	(857)	-	(99)	11.790
Patrimonial	319.513	66.584	45.415	(12.058)	(3.257)	(2.460)	413.737
Pessoas	4.561	11.923	1.737	(676)	(475)	(232)	16.838
Petróleo	140.273	15.751	8.805	(4.609)	(394)	(625)	159.201
Responsabilidades	35.224	19.063	3.049	(1.760)	(3.022)	(317)	52.237
Riscos financeiros	8.146	-	1.284	(68)	-	(277)	9.085
Rural	25.172	5.101	1.022	(2.553)	(1.804)	(215)	26.723
Transportes	15.261	13.660	10.749	(449)	(1.521)	(2.069)	35.631
Aceitações do exterior	61.176	3.910	3.255	(1.116)	(869)	(207)	66.149
Sucursais no exterior	114	3.235	-	(3)	(130)	-	3.216
Total	671.527	151.342	80.405	(24.469)	(11.893)	(6.619)	860.293
Circulante							810.820
Não circulante							49.473

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8.2.1 Movimentação

	Controladora e Consolidado						Total
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	520.801	110.060	89.898	(28.455)	(11.801)	(7.522)	672.981
Diferimento pelo risco	(395.795)	(124.779)	(39.838)	16.289	13.383	1.460	(529.280)
Constituição	546.521	166.061	30.345	(12.303)	(13.475)	(557)	716.592
Saldos em 31 de dezembro de 2017	671.527	151.342	80.405	(24.469)	(11.893)	(6.619)	860.293
Saldos em 31 de dezembro de 2017	671.527	151.342	80.405	(24.469)	(11.893)	(6.619)	860.293
Diferimento pelo risco	(461.503)	(146.765)	(24.032)	16.979	15.160	1.452	(598.709)
Constituição	584.668	123.790	24.769	(19.628)	(16.027)	(1.211)	696.361
Saldos em 31 de dezembro de 2018	794.692	128.367	81.142	(27.118)	(12.760)	(6.378)	957.945

8.3 Outras provisões técnicas

A provisão para excedentes técnicos garante os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos e a provisão de despesas relacionadas constitui cobertura das despesas relacionadas a sinistro.

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Aeronáuticos	2.117	5.035
Automóvel	5	17
Marítimos	2	-
Patrimonial	2.166	3.770
Pessoas	6	6
Petróleo	1	-
Responsabilidades	1.926	380
Riscos financeiros	2.935	2.177
Rural	21	1
Transportes	367	175
Total	9.546	11.561

9 Títulos e créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Valores a receber de Imóveis	23.200	-	31.918	9.977
Valores a receber de acordos judiciais	4.200	3.939	4.200	3.939
Adiantamento a fornecedores	1.450	6.147	1.450	6.147
Adiantamento a funcionários	849	442	849	442
Outros	987	845	1.699	5.171
Total circulante	30.686	11.373	40.116	25.676
Não circulante				
Valores a receber da Caixa Econômica Federal	16.098	16.098	16.098	16.098
Valores a receber de acordos judiciais	4.200	7.878	4.200	7.878
Valores a receber Previrb	160.988	46.853	160.988	46.853
Valores a receber de acordos	42.752	36.504	55.720	37.715
Total não circulante	224.038	107.333	237.006	108.544
	254.724	118.706	277.122	134.220

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Créditos tributários e previdenciários

10.1 Créditos tributários e previdenciários

	Controladora	
	2018	2017
Circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	66.017	114.844
Imposto de renda retido na fonte	72	59
Impostos a compensar/ recuperar	3.967	5.426
	70.056	120.329
Não circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar	38.715	57.868
Ativo fiscal diferido (**)	419.754	348.918
	458.469	406.786
	528.525	527.115

	Consolidado	
	2018	2017
Circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (*)	66.017	114.844
Imposto de renda retido na fonte	1.603	3.732
Impostos a compensar/ recuperar	3.967	5.426
	71.587	124.002
Não circulante		
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar	38.643	57.868
Ativo fiscal diferido (**)	386.215	335.770
	424.858	393.638
	496.445	517.640

(*) Referia-se a pagamentos a maior referente a PIS (R\$ 65.360), oriundos da ação de alargamento de base, cujo o trânsito em julgado da ação ocorreu em 29 de outubro de 2013, e o pedido de restituição protocolado em 19 de dezembro de 2013. Para determinação e contabilização desses montantes, foram considerados os créditos sobre os quais não existe qualquer dúvida ou discussão sobre a composição de sua base de cálculo.

Estes créditos têm sido utilizados pela Companhia a fim de liquidar os débitos mensais dos tributos diretos (PIS e COFINS). Durante o exercício foram compensados R\$ 51.804.

(**) A Medida Provisória nº 675 de 21 de maio de 2015 ("MP"), elevou a alíquota de Contribuição Social para 20,0% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015, até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota reduz para 15,0%.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10.1.1 Créditos tributários sobre diferenças temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são compostos da seguinte forma:

	Controladora			
	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Não circulante				
Provisões trabalhistas (a)	451.883	451.883	457.853	457.853
Provisão para desvalorização do investimento	-	-	140.763	140.763
Provisão Participação no Resultado	13.776	13.776	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	205.979	205.979	237.209	237.209
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias (c)	178.073	178.073	161.017	161.017
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	23.491	23.491	39.609	39.609
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	(31.432)	(31.432)	(36.880)	(36.880)
Provisão para contingências trabalhistas (c)	58.215	58.215	56.274	56.274
Ajuste a valor de mercado - investimento	5.351	5.351	(41.882)	(41.882)
Atualização de depósitos judiciais fiscais/ trabalhistas	(227.897)	(227.897)	(200.854)	(200.854)
Outras provisões (*)	368.957	376.925	3.003	3.003
Base de cálculo	1.046.396	1.054.364	816.112	816.112
Alíquota nominal vigente	25,0%	15,0%	25,0%	20,0%
Crédito tributário diferenças temporárias	261.599	158.155	204.028	144.890

	Consolidado			
	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Não circulante				
Provisões trabalhistas (a)	451.883	451.883	457.853	457.853
Provisão para desvalorização do investimento	-	-	140.763	140.763
Provisão Participação no Resultado	13.776	13.776	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	205.979	205.979	237.209	237.209
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias (c)	178.073	178.073	161.017	161.017
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	(75.153)	(75.153)	938	938
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	(31.432)	(31.432)	(36.880)	(36.880)
Provisão para contingências trabalhistas (c)	58.215	58.215	56.274	56.274
Ajuste a valor de mercado - investimento	5.351	5.351	(41.882)	(41.882)
Atualização de depósitos judiciais fiscais/ trabalhistas	(227.897)	(227.897)	(200.854)	(200.854)
Outras provisões (*)	368.957	376.925	3.003	3.003
Base de cálculo	947.752	955.720	777.441	777.441
Alíquota nominal vigente	25,0%	15,0%	25,0%	20,0%
Crédito tributário diferenças temporárias	236.938	149.277	194.360	141.410

(*) Acrescido do ativo fiscal diferido demonstrado conforme artigo 38 da Instrução Normativa 1.520 de 2014.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de diferenças temporárias foram constituídos em 2017 com base nas alíquotas de 25,0% e 20,0%, respectivamente. Para as diferenças temporárias que serão realizadas a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia utilizou a alíquota de 15,0% para constituição da contribuição social diferida.

(a) A utilização do crédito tributário está baseada no cálculo atuarial da realização das provisões trabalhistas e considera as expectativas da Administração quanto à realização do ativo.

(b) A realização do crédito tributário sobre a provisão para crédito de liquidação duvidosa está relacionada com a recuperação administrativa ou judicial do crédito ou deliberação da Administração da baixa para perda.

(c) A realização do crédito tributário sobre a provisão para contingências trabalhistas, fiscais e previdenciárias depende de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios.

11 Custos de aquisição diferidos

	Controladora e Consolidado							
	2018				2017			
	Efetivo	Estimado	RVNE	Total	Efetivo	Estimado	RVNE	Total
Aeronáuticos	1.454	99	243	1.796	2.219	34	294	2.547
Automóvel	79	9	59	147	115	10	26	151
Habitacional	78	16	56	150	76	10	10	96
Marítimos	1.879	3	988	2.870	1.445	1	317	1.763
Patrimonial	8.356	1.098	2.062	11.516	8.600	345	1.402	10.347
Pessoas	863	16	449	1.328	1.118	4	95	1.217
Petróleo	5.493	-	1.653	7.146	4.925	-	1.258	6.183
Responsabilidades	1.742	68	214	2.024	1.256	36	215	1.507
Riscos financeiros	587	297	27	911	441	223	24	688
Rural	271	375	176	822	176	166	13	355
Transportes	3.597	158	3.000	6.755	3.232	33	1.474	4.739
Aceitações do exterior	16.480	8.822	7.206	32.508	18.929	4.613	7.211	30.753
Sucursais no exterior	1.906	415	-	2.321	1.538	54	-	1.592
Total	42.785	11.376	16.133	70.294	44.070	5.529	12.339	61.938

12 Imóveis destinados à renda

	Controladora	
	Shopping Centers	Total
Custo dos imóveis de renda bruto		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.879	7.879
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.879	7.879
Depreciação acumulada		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.733)	(1.733)
Depreciação	(315)	(315)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.048)	(2.048)
Saldo contábil, líquido	5.831	5.831
Custo dos imóveis de renda bruto		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.879	7.879
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.879	7.879
Depreciação acumulada		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.048)	(2.048)
Depreciação	(316)	(316)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.364)	(2.364)
Saldo contábil, líquido	5.515	5.515

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imóveis destinados à renda

	Consolidado			
	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.447	763	385.406	402.616
Aquisição	-	1.574	97.489	99.063
Alienação	-	-	(275)	(275)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.447	2.337	482.620	501.404
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(763)	(17.192)	(17.955)
Depreciação	-	(1)	(6.732)	(6.733)
Alienação	-	-	275	275
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(764)	(23.649)	(24.413)
Saldo contábil, líquido	16.447	1.573	458.971	476.991
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.447	2.337	482.620	501.404
Aquisição	-	15.858	85.350	101.208
Alienação	-	(1.520)	-	(1.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.447	16.675	567.970	601.092
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(764)	(23.649)	(24.413)
Depreciação	-	(8)	(3.299)	(3.307)
Alienação	-	-	(371)	(371)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(772)	(27.319)	(28.091)
Saldo contábil, líquido	16.447	15.903	540.651	573.001

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Abaixo a composição dos investimentos nos shopping centers, com os percentuais de participação do IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. e respectivas benfeitorias realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Investimento percentual	Benfeitorias realizadas	
		2018	2017
		Benfeitoria realizadas	Benfeitoria realizadas
Park Shopping - Brasília	20,0%	14.821	14.148
Esplanada - Sorocaba	15,0%	207	63
Praia de Belas - Porto Alegre	20,0%	927	609
Minas Shopping - Belo Horizonte	19,0%	1.379	57
Shopping Barra - Salvador	20,0%	-	-
Saldo contábil das benfeitorias em shopping center ativos		17.334	14.877
Depreciação de benfeitorias			
Park Shopping - Brasília		(3.798)	(3.430)
Saldo contábil líquido das benfeitorias em shopping center ativos		13.536	11.447

Os investimentos em shopping center, com valor de mercado de R\$ 1.105.904 em 31 de dezembro de 2018, são registrados a custo e a Companhia apura anualmente o valor do fluxo de caixa esperado para esses investimentos, constituindo provisão para perdas, quando aplicável.

Abaixo, é apresentado o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil a receber pela Companhia nos seguintes períodos:

	2018	2017
Até um ano	41.928	43.715
Entre um e cinco anos	140.353	152.005
Acima de cinco anos	124.062	147.303
Total	306.343	343.023

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Controladora	
						Veículos	Total
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	21.882	47.995	3.540	9.365	15.578	115	98.475
Adições	-	8.951	46	68	30.437	-	39.502
Baixas	-	33	-	(3.564)	-	-	(3.531)
Transferências	40.480	-	-	559	(41.039)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	62.362	56.979	3.586	6.428	4.976	115	134.446
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(9.942)	(34.602)	(1.700)	(5.481)	(18)	(13)	(51.756)
Depreciação	(1.042)	(6.122)	(656)	(596)	(527)	(23)	(8.966)
Baixas	-	1	-	3.585	-	-	3.586
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(10.984)	(40.723)	(2.356)	(2.492)	(545)	(36)	(57.136)
Saldos contábeis, líquidos	51.378	16.256	1.230	3.936	4.431	79	77.310
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2017	62.362	56.979	3.586	6.428	4.976	115	134.446
Adições	128	2.568	450	87	3.760	81	7.074
Baixas	-	(103)	-	(91)	-	-	(194)
Transferências	1.366	-	643	3.077	(5.086)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	63.856	59.444	4.679	9.501	3.650	196	141.326
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(10.984)	(40.723)	(2.356)	(2.492)	(545)	(36)	(57.136)
Depreciação	(2.316)	(5.899)	(684)	(572)	(514)	(38)	(10.023)
Baixas	-	103	-	-	-	-	103
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(13.300)	(46.519)	(3.040)	(3.064)	(1.059)	(74)	(67.056)
Saldos contábeis, líquidos	50.556	12.925	1.639	6.437	2.591	122	74.270

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

	Terrenos e edificações	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Consolidado	
						Veículos	Total
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	21.882	47.995	3.540	9.365	15.578	115	98.475
Adições	-	8.953	46	70	30.510	-	39.579
Baixas	-	31	-	(3.564)	-	-	(3.533)
Transferências	40.480	-	-	559	(41.039)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	62.362	56.979	3.586	6.430	5.049	115	134.521
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(9.942)	(34.602)	(1.700)	(5.481)	(18)	(13)	(51.756)
Depreciação	(1.042)	(6.122)	(656)	(596)	(527)	(23)	(8.966)
Baixas	-	1	-	3.585	-	-	3.586
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(10.984)	(40.723)	(2.356)	(2.492)	(545)	(36)	(57.136)
Saldos contábeis, líquidos	51.378	16.256	1.230	3.938	4.504	79	77.385
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2017	62.362	56.979	3.586	6.430	5.049	115	134.521
Adições	128	2.568	450	91	3.760	81	7.078
Baixas	-	(103)	-	(86)	-	-	(189)
Transferências	1.366	-	643	3.077	(5.086)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	63.856	59.444	4.679	9.512	3.723	196	141.410
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(10.984)	(40.723)	(2.356)	(2.492)	(545)	(36)	(57.136)
Depreciação	(2.316)	(5.899)	(684)	(573)	(514)	(38)	(10.024)
Baixas	-	103	-	-	-	-	103
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(13.300)	(46.519)	(3.040)	(3.065)	(1.059)	(74)	(67.057)
Saldos contábeis, líquidos	50.556	12.925	1.639	6.447	2.664	122	74.353

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

	Controladora		
	Custo com desenvolvimento de software	Software em andamento	Total
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	127.977	2.073	130.050
Adições	13.039	2.699	15.738
Transferências	(1.428)	1.428	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	139.588	6.200	145.788
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(67.774)	-	(67.774)
Amortização	(23.917)	-	(23.917)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(91.691)	-	(91.691)
Saldo contábil, líquido	47.897	6.200	54.097
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	139.588	6.200	145.788
Adições	21.655	4.224	25.879
Transferências	5.694	(5.694)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	166.937	4.730	171.667
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(91.691)	-	(91.691)
Amortização	(37.523)	-	(37.523)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(129.214)	-	(129.214)
Saldo contábil, líquido	37.723	4.730	42.453

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

	Consolidado		
	Custo com desenvolvimento de software	Software em andamento	Total
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	127.977	2.073	130.050
Adições	13.039	2.900	15.939
Transferências	(1.428)	1.428	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	139.588	6.401	145.989
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(67.774)	-	(67.774)
Amortização	(23.917)	-	(23.917)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(91.691)	-	(91.691)
Saldo contábil, líquido	47.897	6.401	54.298
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	139.588	6.401	145.989
Adições	21.655	4.350	26.005
Transferências	5.694	(5.694)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	166.937	5.057	171.994
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(91.691)	-	(91.691)
Amortização	(37.524)	-	(37.524)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(129.215)	-	(129.215)
Saldo contábil, líquido	37.722	5.057	42.779

15 Obrigações a pagar e provisões para benefícios pós-emprego

15.1 Obrigações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores	2.573	6.396	12.824	14.479
Obrigações por compra de títulos e valores mobiliários	49.992	-	49.992	-
Dividendos	69.995	2.854	69.995	2.854
Juros sobre capital próprio	66.426	61.753	66.426	61.753
Participações nos lucros	23.137	23.137	23.137	23.137
Remuneração do pessoal-chave da administração	18.198	4.264	18.198	4.264
Outros	4.325	1.465	8.819	2.943
Total	234.646	99.869	249.391	109.430
Circulante	220.870	97.478	235.195	106.531
Não circulante	13.776	2.391	14.196	2.899

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.2 Provisão para benefícios pós-emprego

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Benefício - pós emprego - Aposentadoria (i)	149.951	154.270
Benefício - pós emprego - Plano médico (ii)	298.110	300.371
Benefício - pós emprego - Seguro de vida (iii)	1.879	1.556
Benefício - pós emprego - Auxílio funeral (iv)	1.943	1.647
	451.883	457.844
Circulante	38.963	38.655
Não circulante	412.920	419.189
	451.883	457.844

(i) Benefício pós-emprego - aposentadoria

A Companhia custeia os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

(ii) Benefício pós-emprego - assistência médica e odontológica

Planos de autogestão com cobertura médica (ambulatório), cirúrgica (internação), obstetrícia e odontológica, além de reembolsos e benefício farmácia para empregados ativos, aposentados e pensionistas, bem como os dependentes destas categorias: para os empregados admitidos até 31 de maio de 2004. Os dependentes podem ser cônjuges, filhos (até 24 anos) e pais, com renda inferior a um salário mínimo. Para funcionários admitidos a partir de 1º de junho de 2004, só podem ser considerados dependentes cônjuges e os filhos (até 24 anos). Para aqueles que ingressaram a partir de 14 de outubro de 1996, o IRB Brasil RE arca com 50,0% do custeio do plano, isto é, dos valores das tabelas I e II (itens 5.1.4 e 5.1.5 da seção 1 das Normas do PCAM (Plano de Contribuição de Assistência Médica) e os empregados e beneficiários, com a outra parcela equivalente aos outros 50,0%. Para aqueles que ingressaram até 13 de outubro de 1996, a contribuição do empregado e seus dependentes varia de 0,3% a 2,0% do valor das rubricas que formam a base salarial de referência. As contribuições são descontadas mensalmente de seu salário, variando assim conforme a data de admissão, valor da base salarial (%) e faixa etária (tabelas).

(iii) Benefício pós-emprego - seguro de vida

Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB Brasil RE arca com 100,0% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50,0% do prêmio. A participação do funcionário é opcional. Os aposentados por tempo de contribuição que desejam permanecer na apólice ao se aposentarem, arcam integralmente com o prêmio. O IRB Brasil RE arca integralmente com o custo do prêmio dos aposentados por invalidez.

(iv) Benefício pós-emprego - auxílio funeral

Este benefício é disponibilizado apenas para os empregados admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R\$ 1.344,87 para funeral simples, R\$ 1.554,63 para cremação e R\$ 2.640,80 para funeral com cremação.

16 Provisões para impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRPJ a pagar	25.863	25.713	29.052	28.690
CSLL a pagar	31.316	21.927	32.469	23.064
PIS/ COFINS a pagar	8.210	2.963	8.494	3.762
Total	65.389	50.603	70.015	55.516

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Débito de operações de resseguro e retrocessão

As contas de débitos das operações com resseguros e retrocessões representam, principalmente, os saldos a pagar resultantes dos movimentos operacionais das sociedades seguradoras e resseguradoras do país e do exterior, acrescidos dos prêmios a pagar, das respectivas comissões, das indenizações de sinistros a pagar e dos débitos decorrentes dos negócios provenientes de operações realizadas no passado pela sucursal de Londres, conforme demonstrado a seguir:

17.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Operações com seguradoras (17.2.1)	251	606	251	606
Operações com resseguradoras (17.2.1)	1.251.262	1.137.443	1.251.262	1.137.443
Corretores de resseguros, retrocessões e outros (17.2.2)	105.788	82.759	106.099	83.029
Outros débitos operacionais (17.2.2)	35.458	31.087	35.458	31.087
	1.392.759	1.251.895	1.393.070	1.252.165
Não circulante				
Outros débitos operacionais	789	789	789	789
	1.393.548	1.252.684	1.393.859	1.252.954

17.2 Movimentação

17.2.1 Operação com seguradoras e resseguradoras

	Controladora e Consolidado			
	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	743.944	39.335	17.905	801.184
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar	905.540	-	-	905.540
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos	(594.740)	-	-	(594.740)
Sinistro de resseguro a pagar	-	6.856	-	6.856
Sinistro de resseguro pagos	-	(46)	-	(46)
Outros a pagar	-	-	22.066	22.066
Outros pagos	-	-	(14.258)	(14.258)
Variação cambial	11.914	(626)	159	11.447
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.066.658	45.519	25.872	1.138.049
	Prêmios	Sinistros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.066.658	45.519	25.872	1.138.049
Prêmios, comissões e juros de retrocessões a pagar	2.024.219	-	-	2.024.219
Prêmios, comissões e juros de retrocessões pagos	(1.889.265)	-	-	(1.889.265)
Sinistro de resseguro pagos	-	(45.519)	-	(45.519)
Outros a pagar	-	-	77.197	77.197
Outros pagos	-	-	(94.283)	(94.283)
Variação cambial	36.349	-	4.766	41.115
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.237.961	-	13.552	1.251.513

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.2.2 Operações com corretores e demais débitos

	Controladora		
	Comissões	Outros débitos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	49.117	30.555	79.672
Comissão de corretagem a pagar	48.891	-	48.891
Comissão de corretagem pagos	(17.698)	-	(17.698)
Outros débitos a pagar	-	808	808
Variação cambial	2.449	513	2.962
Saldo em 31 de dezembro de 2017	82.759	31.876	114.635

	Controladora		
	Comissões	Outros débitos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	82.759	31.876	114.635
Comissão de corretagem a pagar	133.908	-	133.908
Comissão de corretagem pagos	(115.690)	-	(115.690)
Outros débitos a pagar	-	8.354	8.354
Variação cambial	4.811	(3.983)	828
Saldo em 31 de dezembro de 2018	105.788	36.247	142.035

	Consolidado		
	Comissões	Outros débitos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	49.117	30.555	79.672
Comissão de corretagem a pagar	48.891	-	48.891
Comissão de corretagem pagos	(17.698)	-	(17.698)
Outros débitos a pagar	-	808	808
Variação cambial	2.719	513	3.232
Saldo em 31 de dezembro de 2017	83.029	31.876	114.905

	Consolidado		
	Comissões	Outros débitos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	83.029	31.876	114.905
Comissão de corretagem a pagar	133.908	-	133.908
Comissão de corretagem pagos	(115.649)	-	(115.649)
Outros débitos a pagar	-	8.354	8.354
Variação cambial	4.811	(3.983)	828
Saldo em 31 de dezembro de 2018	106.099	36.247	142.346

18 Depósitos de terceiros

Abaixo a composição do saldo da conta por idade de depósito.

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Até 30 dias	220.202	47.424
Entre 31 e 60 dias	38.756	94.002
Entre 61 e 120 dias	121.778	14.520
Entre 121 e 180 dias	31.698	2.574
Entre 181 e 365 dias	14.991	8.246
	427.425	166.766

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Provisões técnicas

19.1 Provisão de prêmios não ganhos e custos de aquisição

Controladora e Consolidado							
2018							
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			Total
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	
Aeronáuticos	22.504	9.643	3.765	(1.176)	(1.681)	(26)	33.029
Automóvel	6.360	2.226	817	(750)	(257)	-	8.396
Habitacional	3.091	8.361	967	(250)	(1.114)	-	11.055
Marítimos	32.737	7.801	12.113	(414)	(792)	(148)	51.297
Nucleares	13.931	-	1.467	-	-	-	15.398
Patrimonial	479.170	160.405	74.817	(13.114)	(31.074)	(1.143)	669.061
Pessoas	23.717	9.605	11.533	(133)	(1.722)	-	43.000
Petróleo	174.240	7.611	31.094	(2.007)	(4)	(298)	210.636
Responsabilidades	60.000	33.518	3.616	(1.371)	(7.457)	(53)	88.253
Riscos financeiros	165.377	67.832	4.769	(64.669)	(28.964)	(411)	143.934
Rural	76.970	274.645	11.601	(16.988)	(69.066)	(512)	276.650
Transportes	52.219	36.568	40.471	(3.309)	(6.701)	(3.723)	115.525
Aceitações do exterior	203.633	417.995	68.192	(17.232)	(79.833)	(1.472)	591.283
Sucursais no exterior	38.753	20.833	-	(5.113)	(6.147)	-	48.326
	1.352.702	1.057.043	265.222	(126.526)	(234.812)	(7.786)	2.305.843
Circulante							2.147.178
Não circulante							158.665

Controladora e Consolidado							
2017							
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida			Total
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE	
Aeronáuticos	31.581	7.723	5.123	(1.201)	(1.219)	(292)	41.715
Automóvel	5.656	2.297	1.464	(736)	(390)	(290)	8.001
Habitacional	4.353	1.749	1.444	(164)	(259)	(259)	6.864
Marítimos	30.394	9.572	6.397	(1.803)	(475)	(379)	43.706
Nucleares	11.893	-	1.384	-	-	-	13.277
Patrimonial	481.327	119.383	82.937	(19.150)	(16.263)	(3.386)	644.848
Pessoas	16.229	15.928	13.265	-	(4.651)	(2.616)	38.155
Petróleo	151.363	16.580	13.656	(2.130)	-	(258)	179.211
Responsabilidades	48.581	22.482	4.917	(2.217)	(3.925)	(285)	69.553
Riscos financeiros	148.417	49.720	6.449	(58.297)	(21.199)	(2.085)	123.005
Rural	157.162	103.457	10.409	(37.620)	(24.793)	(2.454)	206.161
Transportes	44.042	21.986	28.822	(2.689)	(3.445)	(2.865)	85.851
Aceitações do exterior	271.203	206.586	69.567	(32.379)	(41.323)	(2.411)	471.243
Sucursais no exterior	22.500	20.503	-	(2.566)	(5.120)	-	35.317
	1.424.701	597.966	245.834	(160.952)	(123.062)	(17.580)	1.966.907
Circulante							1.836.237
Não circulante							130.670

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.1.1 Movimentação

	Controladora e Consolidado					
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.325.957	453.976	220.386	(170.993)	(95.562)	(31.466)
Diferimento pelo risco	(582.824)	(323.798)	(88.312)	115.912	61.263	14.906
Constituição	681.568	467.788	113.760	(105.871)	(88.763)	(1.020)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.424.701	597.966	245.834	(160.952)	(123.062)	(17.580)
	Controladora e Consolidado					
	Provisão de prêmios não ganhos			Comissão de resseguro diferida		
	Efetivo	Estimado	RVNE	Efetivo	Estimado	RVNE
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.424.701	597.966	245.834	(160.952)	(123.062)	(17.580)
Diferimento pelo risco	(713.115)	(278.157)	(56.217)	99.726	52.789	12.707
Constituição	641.116	737.234	75.605	(65.300)	(164.539)	(2.913)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.352.702	1.057.043	265.222	(126.526)	(234.812)	(7.786)

19.2 Provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados

	2018					
	Controladora			Consolidado		
	Sinistros a liquidar	Sinistros a liquidar em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros a liquidar em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados
	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Aeronáuticos	295.199	14.793	122.051	295.199	14.793	122.051
Automóvel	125.405	23.144	40.651	125.405	23.144	40.651
Habitacional	19.130	866	10.246	19.130	866	10.246
Marítimos	102.105	2.196	20.266	102.105	2.196	20.266
Nucleares	2	-	-	2	-	-
Patrimonial	1.124.040	153.525	293.873	1.124.040	153.525	293.873
Pessoas	110.369	8.991	93.154	110.369	8.991	93.154
Petróleo	98.147	355	8.164	98.147	355	8.164
Responsabilidades	362.140	75.995	101.390	362.140	75.995	101.390
Riscos financeiros	152.368	11.864	112.263	152.368	11.864	112.263
Rural	158.365	10.639	190.292	158.365	10.639	190.292
Transportes	311.713	3.015	48.658	311.713	3.015	48.658
Aceitações do exterior	932.668	-	830.022	933.085	-	830.022
Sucursais no exterior (*)	125.098	-	128.038	125.098	-	128.038
	3.916.749	305.383	1.999.068	3.917.166	305.383	1.999.068

	2017					
	Controladora			Consolidado		
	Sinistros a liquidar	Sinistros a liquidar em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros a liquidar em disputa judicial	Sinistros ocorridos mas não avisados
	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Aeronáuticos	408.154	14.514	201.658	408.154	14.514	201.658
Automóvel	149.481	27.084	22.317	149.481	27.084	22.317
Habitacional	14.207	831	11.371	14.207	831	11.371
Marítimos	109.859	-	21.666	109.859	-	21.666
Patrimonial	1.375.778	138.856	397.360	1.375.778	138.856	397.360
Pessoas	146.893	7.706	77.663	146.893	7.706	77.663
Petróleo	73.619	279	15.209	73.619	279	15.209
Responsabilidades	432.796	97.467	41.974	432.796	97.467	41.974
Riscos financeiros	198.887	11.724	148.994	198.887	11.724	148.994
Rural	96.328	11.047	166.971	96.328	11.047	166.971
Transportes	279.600	2.280	37.098	279.600	2.280	37.098
Aceitações do exterior	626.256	-	435.709	655.514	-	435.709
Sucursais no exterior (*)	119.648	-	109.490	119.648	-	109.490
	4.031.506	311.788	1.687.480	4.060.764	311.788	1.687.480

(*) Inclui reserva para risco de poluição ambiental, doenças e outros danos ocasionadas por vazamento de amianto. Essas estimativas compreendem um maior nível de incerteza em relação àquelas relacionadas aos demais riscos, em virtude de maior imprevisibilidade de ocorrência e desenvolvimento desse tipo de sinistro.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.2.1 Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.982.898	1.547.368	4.982.898	1.577.065
Liquidação de sinistros	(1.823.374)	(353.821)	(1.823.022)	(383.518)
Constituição de provisão de sinistros	1.183.770	493.933	1.212.676	493.933
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.343.294	1.687.480	4.372.552	1.687.480
	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.343.294	1.687.480	4.372.552	1.687.480
Liquidação de sinistros	(2.028.959)	(343.124)	(2.028.959)	(343.124)
Constituição de provisão de sinistros	1.907.797	654.712	1.878.956	654.712
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.222.132	1.999.068	4.222.549	1.999.068

19.2.2 Sinistros em disputa judicial

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica sinistros a liquidar contempla saldos a pagar referentes aos sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, a questionamentos sobre o enquadramento de coberturas nas condições contratuais ou a divergências entre valores pleiteados por segurados e a avaliação de consultores legais, dos advogados internos e/ou área técnica da Resseguradora.

São apresentados abaixo, os percentuais atuarialmente calculados, por probabilidade de perda, e a correspondente provisão constituída:

Controladora e Consolidado						
2018						
Probabilidade	Quantidade	Valor de exposição total	%	Sinistro a liquidar	Retrocessão	Líquido
Provável	586	332.849	39%	129.811	(38.332)	91.479
Possível	496	432.683	36%	155.766	(69.102)	86.664
Remota	176	396.120	5%	19.806	(14.609)	5.197
	1.258	1.161.652		305.383	(122.043)	183.340

Controladora e Consolidado						
2017						
Probabilidade	Quantidade	Valor de exposição total	%	Sinistro a liquidar	Retrocessão	Líquido
Provável	671	355.898	42%	149.477	(45.673)	103.804
Possível	564	413.211	35%	144.624	(58.795)	85.829
Remota	201	353.740	5%	17.687	(11.559)	6.128
	1.436	1.122.849		311.788	(116.027)	195.761

Tais sinistros judiciais estão contabilizados no passivo na rubrica sinistros a liquidar, assim como, os valores a recuperar referentes à retrocessão estão classificados no grupamento "ativos de retrocessão - provisões técnicas", na rubrica de sinistros - retrocessão.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.2.2.1 Aging de sinistros judiciais

Aging	Controladora e Consolidado		
	2018		
	Bruto de retrocessão	Retrocessão	Líquido de retrocessão
De 0 a 60 dias	199	-	199
De 121 a 180 dias	2.739	(993)	1.746
De 181 a 365 dias	27.719	(14.436)	13.283
Acima de 365 dias	274.726	(106.614)	168.112
	305.383	(122.043)	183.340

19.3 Outras provisões

A provisão para excedentes técnicos passou a ser constituída em 2009, para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos, e provisão de despesas relacionadas, constituída para a cobertura das despesas de sinistros.

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Aeronáuticos	5.931	8.161
Automóvel	1.646	1.427
Habitacional	12.481	6.941
Marítimos	359	218
Nucleares	223	11
Patrimonial	17.449	15.460
Pessoas	34.240	36.777
Petróleo	6	215
Responsabilidades	6.463	2.352
Riscos financeiros	45.501	28.894
Rural	117.140	40.641
Transportes	3.725	5.982
Aceitações do exterior	33.271	30.257
	278.435	177.336

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Garantia das provisões técnicas

De acordo com a Resolução CMN nº 4.444, de 13 de novembro de 2015 e suas alterações conforme Resolução CMN nº 4.633 de 22 de fevereiro de 2018, as provisões técnicas da Resseguradora possuíam a seguinte cobertura:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisões técnicas de resseguros	8.805.478	8.175.017	8.805.895	8.204.275
(-) Provisões Técnicas Sucursal no Exterior	92.801	100.471	92.801	100.471
(-) Ativos de retrocessão	3.084.435	3.295.527	3.084.452	3.324.410
(+) Ativo redutor - PPNG	821.734	702.539	821.734	702.539
(-) Ativo redutor - custo de aquisição	3.708	573	3.708	573
(-) Direitos creditórios	1.302.813	991.258	1.302.813	991.258
Montante a ser garantido	5.143.455	4.489.727	5.143.855	4.490.102
Ativos disponíveis para garantia:				
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	3.650.494	2.316.060	3.650.494	2.316.060
Ações de outras companhias	-	9.228	-	9.228
Letras financeiras do tesouro	1.059.061	2.164.602	1.059.061	2.164.602
Letras financeiras	-	285.733	-	285.733
Notas do tesouro nacional	68.483	65.362	68.483	65.362
Times deposits	633.897	219.634	633.897	219.634
Títulos da dívida soberana	197.150	93.989	197.150	93.989
Fundos Imobiliários	8.213	-	8.213	-
Debêntures	1.665	1.249	1.665	1.249
Total de ativos	5.618.963	5.155.857	5.618.963	5.155.857

21 Partes relacionadas

As principais transações realizadas pela Resseguradora com partes relacionadas (acionistas) em condições normais de mercado estão apresentadas a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	2018		2017		2018	2017
	A receber	A pagar	A receber	A pagar	Resultado	Resultado
Com participação acionária na Resseguradora						
Prêmios	345.517	-	18.884	-	1.942.334	1.961.759
Retrocessões	-	101.578	-	120.822	(659.024)	(653.893)
Prêmio retido					1.283.310	1.307.866
Variação das provisões técnicas	-	-	-	-	(189.962)	(24.859)
Prêmio ganho					1.093.348	1.283.007
Indenizações e despesas com sinistros	4.068	6.445	5.949	25.925	(511.642)	(806.890)
Comissões	-	33.929	-	5.337	(235.087)	(230.758)
Outros	-	292	-	8.096	(492)	(5.977)
	349.585	142.244	24.833	160.180	346.126	239.382

Referem-se a operações de resseguros e retrocessões realizadas com empresas seguradoras que são acionistas desta Resseguradora, cujos montantes estão incluídos nos grupos "créditos das operações com resseguros e retrocessões" e "débitos das operações com resseguros e retrocessões" no balanço patrimonial e nas respectivas contas registradas nas demonstrações do resultado.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total dos diretores e dos demais conselhos e comitês da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é a seguinte:

Controladora e Consolidado				
	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios de longo prazo a administradores	Benefício pós-emprego	Total
Contas a pagar				
2017	1.873	2.391	-	4.264
2018	4.422	13.776 (*)	-	18.198
Resultado				
2017	11.417	-	270	11.687
2018	29.924	-	-	29.924

(*) Refere-se ao “Programa de Superação”, que consiste na concessão, por parte da Companhia, de uma bonificação aos administradores estatutários como contrapartida à meta de dobrar o valor de mercado da Companhia no período de maio de 2018 a maio de 2021, desde que a valorização da ação IRBR3 supere a valorização do Ibovespa no mesmo período. O valor justo da obrigação foi calculado com base em técnicas de avaliação de forma a estimar os efeitos contábeis com um grau razoável de precisão. A Companhia revisa periodicamente o valor justo e a provisão contábil.

22 Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

Controladora e Consolidado			
2018			
	Depósitos judiciais e fiscais	Outros débitos	Obrigações fiscais
Fiscais	485.746	-	435.264
COFINS	8.389	-	-
PIS	4.306	-	-
Contribuição social	458.295	-	435.264
Imposto de renda	13.545	-	-
ISS	1.211	-	-
Previdenciárias	122.290	-	-
INSS	121.110	-	-
FGTS	1.180	-	-
Trabalhistas e cíveis	44.937	58.645	-
Ações trabalhistas	33.525	58.213	-
Ações cíveis	11.412	432	-
Não circulante	652.973	58.645	435.264

Controladora e Consolidado			
2017			
	Depósitos judiciais e fiscais	Outros débitos	Obrigações fiscais
Fiscais	466.992	-	418.208
COFINS	8.041	-	-
PIS	4.128	-	-
Contribuição social	440.860	-	418.208
Imposto de renda	12.822	-	-
ISS	1.141	-	-
Previdenciárias	117.026	-	-
INSS	115.846	-	-
FGTS	1.180	-	-
Trabalhistas e cíveis	44.218	59.274	-
Ações trabalhistas	30.789	56.271	-
Ações cíveis	13.429	3.003	-
Não circulante	628.236	59.274	418.208

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.1 Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciárias

A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

Controladora e Consolidado				
2018				
	Quantidade	Valor em risco	Outros débitos saldo (*)	Obrigações fiscais saldo (*)
Fiscal				
Provável	1	435.264	-	435.264
Possível	17	278.378	-	-
Remota	1	200	-	-
	19	713.842	-	435.264
Previdenciário				
Possível	11	72.760	-	-
Remota	1	10.609	-	-
	12	83.369	-	-
Trabalhista e cível				
Provável	55	58.645	58.645	-
Possível	127	67.501	-	-
Remota	3	2.220	-	-
	185	128.366	58.645	-

(*) O montante de R\$ 435.264 (R\$ 418.208 em 31 de dezembro de 2017) está registrado como contas a pagar – obrigações fiscais e o montante de R\$ 58.645 (R\$ 59.274 em 31 de dezembro de 2017) está registrado na rubrica passivo contingente.

Controladora e Consolidado				
2017				
	Quantidade	Valor em risco	Outros débitos saldo	Obrigações fiscais saldo
Fiscal				
Provável	1	418.208	-	418.208
Possível	16	272.434	-	-
Remota	1	200	-	-
	18	690.842	-	418.208
Previdenciário				
Possível	11	71.792	-	-
Remota	2	18.578	-	-
	13	90.370	-	-
Trabalhista e cível				
Provável	71	59.274	59.274	-
Possível	119	52.596	-	-
Remota	6	2.461	-	-
	196	114.331	59.274	-

As provisões contabilizadas na rubrica “obrigações fiscais” referem-se a obrigações legais da Companhia no valor de R\$ 435.264 (R\$ 418.208 em 2017) que atualmente estão sob discussão judicial e, dessa forma, a liquidação das mesmas depende de decisões judiciais ainda não transitadas em julgado. Para essas obrigações legais, a Companhia provisiona 100,0% dos valores em risco, independente da classificação de perda pelos escritórios jurídicos patrocinadores das causas.

O valor de R\$ 278.578, que perfaz a diferença entre o valor provisionado das obrigações legais e o total das ações fiscais da Companhia, não é provisionado por seguir as orientações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. De acordo com o pronunciamento técnico, as obrigações com riscos de perdas classificadas como possíveis e remotas não são provisionadas, pois ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação ou ainda não possuem estimativa suficientemente confiável para que se torne uma obrigação.

As provisões contabilizadas na rubrica “outros débitos” tratam-se de questões de matérias interpretativas que se enquadram no conceito de passivo contingente de acordo com o CPC 25 e, dessa forma, a contabilização dos valores em risco somente são realizadas para as causas classificadas como risco provável. Para as causas de risco possível, a referida norma exige somente a divulgação em notas explicativas. Para as causas de risco remoto, não há necessidade de divulgação.

22.2 Movimentação das provisões para ações judiciais

	Controladora e Consolidado				
	2016	Adições	Atualizações monetárias	Baixas	2017
Fiscais	389.427	-	28.781	-	418.208
Contribuição social (22.3.3)	389.427	-	28.781	-	418.208
Trabalhistas e cíveis	58.173	3.606	7.878	(10.383)	59.274
Ações trabalhistas (22.3.2)	51.442	3.606	7.165	(5.942)	56.271
Cíveis	2.290	-	713	-	3.003
Honorários	4.441	-	-	(4.441)	-
Saldo final do exercício	447.600	3.606	36.659	(10.383)	477.482
	2017	Adições	Atualizações monetárias	Baixas	2018
Fiscais	418.208	-	17.056	-	435.264
Contribuição social (22.3.3)	418.208	-	17.056	-	435.264
Trabalhistas e cíveis	59.274	8.361	3.511	(12.501)	58.645
Ações trabalhistas (22.3.2)	56.271	7.878	3.403	(9.339)	58.213
Cíveis	3.003	483	108	(3.162)	432
Saldo final do exercício	477.482	8.361	20.567	(12.501)	493.909

22.3 Ações fiscais

22.3.1 INSS e ISS

Em virtude de fiscalizações efetuadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e pela Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (ISS - Imposto Sobre Serviço), foram lavrados Autos de Infração e movidas Execuções Fiscais nos anos de 1999 e 1989, respectivamente, baseados em supostas divergências de enquadramentos tributários e previdenciários adotados pela Companhia.

A Companhia impetrou recursos administrativos com vistas ao cancelamento das referidas penalidades. O montante questionado e atualizado é de R\$ 52.485 relativos aos autos lavrados pelo INSS referente ao adicional de 2,5% devidos pelas empresas equiparadas às instituições financeiras.

Com relação à discussão judicial referente ao adicional de 2,5% do INSS, a Companhia, em 30 de abril de 2010, foi instada a efetuar depósito judicial dos valores em discussão à época (R\$ 23.291), tendo posteriormente, em 28 de maio de 2010, complementado tal depósito para inclusão de encargos legais (R\$ 4.666). Os valores questionados referentes ao INSS encontram-se depositados judicialmente no referido montante atualizado de R\$ 52.485.

Com relação ao andamento da referida ação judicial, importante ressaltar que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o *leading case* (RE nº 598.572/SP) em março de 2016, no qual discute-se a constitucionalidade do artigo 22, § 1º, da Lei nº 8.212/1991, referente ao adicional de 2,5% das contribuições previdenciárias aplicáveis às instituições financeiras e demais sociedades relacionadas na referida norma legal.

Por unanimidade de votos, foi decidido pela constitucionalidade da cobrança do adicional de 2,5% em questão. Contudo, a Corte ponderou que este precedente seria aplicado com limite temporal, aplicando-se apenas aos casos de cobrança de fatos geradores ocorridos após a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, eis que o exercício anterior será analisado por meio de outro recurso (RE nº 599.309/SP).

Assim, o STF fixou a seguinte tese: "É constitucional a previsão legal de diferenciação de alíquotas em relação às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salários de instituições financeiras ou de entidades a elas legalmente equiparáveis, após a edição da Emenda Constitucional nº 20/1998".

Por meio do Mandado de Segurança nº 99.0023782-0 em referência, o IRB Brasil RE questiona a cobrança do adicional de 2,5%, tanto antes da EC nº 20/1998, quanto depois da sua vigência.

A referida EC nº 20/1998 legitimou a cobrança de alíquotas e bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica desenvolvida, ao incluir tal previsão no art. 195 da Constituição Federal.

Desta forma, tendo sido expressamente determinada limitação temporal na referida decisão, entende-se que este posicionamento não se aplica à totalidade da discussão objeto do Mandado de Segurança nº 99.0023782-0, já que os débitos formalizados pela NFDL nº 32.711.075-9 referem-se ao período (de janeiro de 1993 a setembro de 1998) anterior à vigência da Emenda Constitucional nº 20/1998 (a partir de dezembro de 1998).

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os autos estavam sobrestados até 29 de novembro de 2016, quando ocorreu o trânsito em julgado do acórdão proferido no RE nº 598.572/SP (1º *leading case*), o qual declarou a constitucionalidade da cobrança do adicional de 2,5%, para os casos de cobrança de fatos geradores ocorridos após a EC nº 20/1998, eis que o período anterior será analisado por meio de RE nº 599.309/SP. Em 09 de junho de 2017, após os autos terem sido reativados em virtude do julgamento do caso paradigma, a Companhia apresentou petição requerendo o sobrestamento do feito até o julgamento do RE nº 599.309/SP (2º *leading case*), que trata do adicional de 2,5% nos períodos ocorridos antes da vigência da EC nº 20/1998.

Tal pedido foi deferido pelo vice-presidente do TRF 2ª Região e os autos ficaram sobrestados até o julgamento final do RE nº 599.309/SP (2º *leading case*). Todavia, em 06 de junho de 2018, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do referido Recurso Extraordinário (RE) nº 599.309/SP, confirmando o resultado favorável à União, nos quais restou reconhecida a constitucionalidade da exigência da contribuição adicional de 2,5% sobre a folha de salários de instituições financeiras, estabelecida antes da EC nº 20/1998.

Não obstante, o julgamento do RE nº 599.309/SP (*Leading Case*), no sentido da constitucionalidade da contribuição adicional de 2,5% sobre a folha de salários instituída para as instituições financeiras e assemelhadas, não se aplica plenamente ao caso da Companhia. Na verdade, este ponto refere-se, apenas, à tese subsidiária de defesa do IRB. Esta Companhia defende como tese principal, o fato de que o IRB Brasil RE, no período de setembro de 1989 a setembro de 1998, não era equiparado às empresas de seguros privados, uma vez que, naquele período a Companhia era um Instituto, com personalidade jurídica própria e tendo, como funções principais, regular e fiscalizar o mercado de resseguro brasileiro.

Neste sentido, o Jurídico do IRB Brasil RE, juntamente com o escritório de advocacia externo, entendem que a probabilidade de perda deve permanecer "Possível", tendo em vista que o Mandado de Segurança nº 0023782-04.1999.4.02.5101 impetrado pela Companhia possui como tese principal questão não analisada e não ventilada no referido *Leading Case*, qual seja, de que no referido período de 9 anos, o IRB Brasil RE não poderia ser equiparado às empresas de seguro privados e portanto não estaria sujeito à referida contribuição adicional de 2,5%.

Já com relação à Execução Fiscal de ISS, e diante das importantes conclusões constantes no laudo pericial acerca da matéria, emitido em novembro de 2012, que se apresentaram favoráveis aos interesses da Companhia, os advogados que patrocinam a causa classificam como possível a probabilidade de perda da demanda.

Diante de todo o exposto, os consultores jurídicos da Companhia classificam como possível a probabilidade de perda nos dois processos acima mencionados.

22.3.2 Ações trabalhistas/ Cíveis

A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhista ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais, bem como pedidos de equiparação salarial e de reintegração. A Administração da Companhia, após análise individualizada dos referidos processos, constituiu provisão com relação aqueles classificados como de perda provável, sendo considerados para efeitos de provisão trabalhista aqueles que estejam em fase de liquidação e execução de sentença.

Os consultores jurídicos externos da Companhia estimam o valor atualizado dos referidos processos em R\$ 58.645 e classificam as chances de perda como provável. As causas trabalhistas classificadas como perdas possíveis totalizam R\$ 67.501.

Tramita na 75ª Vara do Trabalho-RJ ação civil pública proposta pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros – SINTRES e pela Federação Nacional dos Securitários – FENESPIC, contra a Companhia, com o objetivo de determinar o restabelecimento de todos os benefícios e modalidade de custeio estabelecidos pelo plano de saúde mantido no passado pela Companhia, na modalidade de autogestão, sob o argumento de que foram promovidas supostas alterações unilaterais e prejudiciais aos empregados e aposentados da Companhia. Além do restabelecimento das condições originais, postulam o pagamento de indenização por danos morais aos substituídos e às entidades sindicais. Após a suspensão do referido processo em 2014, tendo em vista não ter sido obtido sucesso nas tratativas de acordo, em novembro de 2016 o processo foi reincluído em pauta com audiência agendada para novembro de 2017. Nesta última, houve a exclusão da Federação Nacional dos Securitários do polo ativo da ação, bem como foi determinado expedição de ofício à ANS solicitando informações acerca do cancelamento em definitivo ou não do PCAM. Após juntada de documentação pela ANS, as partes foram notificadas para manifestarem-se, no prazo de 10 dias. Posteriormente, houve notificação ao Ministério Público do Trabalho para manifestação nos autos, como *custos legis*. Atualmente, o referido processo encontra-se concluso com o Juiz responsável para proferimento de sentença de mérito.

Os consultores jurídicos da Companhia estimam um valor de R\$ 16.891 em risco e classificam sua probabilidade de perda como possível.

22.3.3 Contribuição Social sobre o Lucro

Com a publicação da Medida Provisória nº 413/2008, convertida na Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008, houve aumento da alíquota da CSLL de 9,0% para 15,0%, para as pessoas jurídicas de seguros privados, instituições financeiras e sociedades equiparadas, a partir da competência de maio de 2008.

Em junho de 2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, questionando a constitucionalidade dessa majoração de alíquota, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Em 30 de dezembro de 2018, o valor depositado judicialmente atualizado para pagamento da CSLL totaliza R\$ 451.404 (Nota 22).

Mandado de Segurança impetrado em 30 de outubro de 2015 (Majoração da Alíquota da CSLL de 15,0% para 20,0%):

Em 30 de outubro de 2015, a Companhia impetrou novo Mandado de Segurança objetivando questionar a Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 de 7 de outubro de 2015, que, alterando o disposto no artigo 3º, inciso I, da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, majorou, a partir do mês de setembro de 2015, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e das instituições financeiras e equiparadas, de 15,0% para 20,0%. Em novembro de 2015, foi proferida decisão nos autos do referido Mandado de Segurança rejeitando o pedido de liminar postulado, sob as alegações de que a discussão acerca da majoração da alíquota de CSLL para as instituições financeiras e equiparadas não seria nova, haja vista a edição anterior da Medida Provisória nº 413/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.727/2008, cuja discussão está pendente de julgamento pelo STF (ADI nº 4101). Nesse contexto, foram interpostos embargos de declaração contra a aludida decisão, alegando omissão quanto aos argumentos aduzidos na petição inicial acerca da inequívoca diferença entre a capacidade econômica das instituições financeiras e das companhias seguradoras.

Todavia, os referidos embargos foram rejeitados. Paralelamente, em 15 de junho de 2016, foi publicada decisão julgando prejudicado o Agravo de Instrumento interposto pela Companhia, haja vista o advento da sentença. Em 1º de julho de 2016, a Companhia interpôs recurso de apelação. Em 14 de fevereiro de 2017, foi proferido acórdão negando provimento à apelação da Companhia, motivo pelo qual o IRB Brasil RE opôs novos embargos de declaração, os quais aguardam julgamento. Em outubro deste mesmo ano, também foram rejeitadas as alegações da Companhia em sede de embargos de declaração, motivo pelo qual foi interposto recurso extraordinário contra o acórdão supramencionado na sequência.

Importante ressaltar que a Companhia optou por não mais efetuar depósitos judiciais da parcela controversa a partir de setembro de 2015 da referida contribuição, mas sim passar a recolher, mensalmente aos cofres públicos, o valor integral da contribuição devida (20,0%), ou seja, tanto a parcela incontroversa (9,0%) quanto a parcela controversa (11,0%).

Em relação ao Mandado de Segurança nº 0134273-19.2015.4.02.5101, a 4ª Turma do TRF 2ª Região proferiu acórdãos negando provimento ao recurso de apelação interposto pelo IRB Brasil RE, bem como não acolhendo os embargos de declaração opostos pela Companhia, mantendo-se, assim, a sentença que denegou a segurança pleiteada nos autos. Atualmente, a Companhia aguarda decisão acerca de recurso extraordinário interposto contra o acórdão supramencionado.

23 Provisões trabalhistas

	Controladora	
	2018	2017
Provisão para férias e 13º salário	8.981	8.188
Provisão para licença prêmio e previdência privada	3	3
	8.984	8.191

	Consolidado	
	2018	2017
Provisão para férias e 13º salário	9.089	8.188
Provisão para licença prêmio e previdência privada	3	3
	9.092	8.191

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Patrimônio líquido

24.1 Capital

Em 29 de dezembro de 2014, a 47ª Assembleia Geral Extraordinária do IRB Brasil RE aprovou o desdobramento das ações, na proporção de 300 (trezentas) ações ordinárias para cada atual ação ordinária de emissão da Companhia, sem modificação do valor do capital social, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração em sua reunião de 24 de outubro de 2014, perfazendo o capital social, representado por 312.000.000 (trezentos e doze milhões) de ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial da classe especial de titularidade da União.

Em 31 de dezembro de 2018, a participação acionária do IRB Brasil RE está composta da seguinte forma:

Acionista	ON	% participação do capital em circulação
Ministério da Fazenda	36.458.237	11,7%
BB Seguros	47.520.213	15,3%
Bradesco Seguros	47.520.213	15,3%
Itaú Seguros S.A.	34.761.581	11,2%
FIP - Caixa Barcelona	9.360.000	3,1%
Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo	27.656.408	8,9%
Outros	107.138.748	34,5%
	310.415.400	100,0%

24.2 Ações em tesouraria

A Companhia possui 1.584.600 ações em tesouraria, que representam um total de R\$ 12.956.

24.3 Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à razão de 5,0% do lucro líquido do exercício, tendo como limite 20,0% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades A/nônimas), em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

24.4 Ajuste de avaliação patrimonial

A movimentação é apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Saldo no início do exercício	(76.161)	(65.289)
Ganho originado do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício	16.118	34.817
Ganhos (perdas) não realizados com títulos e valores mobiliários - Controladas	(22.506)	11.771
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	1.595	(82.287)
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda a valor justo	(8.428)	(15.668)
Imposto de renda e contribuição social sobre a variação da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(1.982)	40.211
Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos de operações no exterior (i)	(22.017)	284
Saldo no final do exercício	(113.381)	(76.161)

(i) As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia, das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação da Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.5 Lucro por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Numerador		
Lucro líquido do exercício	1.218.796	925.050
Denominador (quantidade de ações em unidades)	310.415.400	310.415.400
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação		
Lucro por ação	3,93	2,98

A Resseguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por Ação. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

24.6 Dividendos e juros sobre capital próprio

I - Cálculo	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.218.796	925.050
Constituição de reserva legal (5,0%)	(60.940)	(46.252)
Base de cálculo dos dividendos	1.157.856	878.798
Dividendo mínimo obrigatório (25,0%)	(289.464)	(219.700)
Dividendo adicional proposto a pagar	(578.928)	(439.399)
	(868.392)	(659.099)
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos	75,0%	75,0%
(-) Juros sobre capital próprio a ser considerado nos dividendos	220.933	217.829
Bruto	245.951	241.780
Imposto de renda	(25.018)	(23.951)
Dividendo mínimo obrigatório	68.531	1.871
Dividendo adicional proposto	578.928	439.399
2018 - R\$1,87 (2017 - R\$ 1,42) para ações ON e Golden Share		
Retenção de lucros artigo 196 da Lei nº 6.404/76	510.397	437.528

II - Remuneração aos Acionistas	Controladora e Consolidado		
	2018		
	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos/ antecipados			
Juros sobre o capital próprio	180.483	(18.406)	162.077
Provisionado (registrados em outras obrigações - sociais e estatutárias)			
Juros sobre o capital próprio	65.468	(6.612)	58.856
Dividendo mínimo obrigatório - saldo remanecente	68.531	-	68.531
Dividendo adicional proposto R\$ 1,87 por ação (R\$1,87 para ações ON e Golden Share ON e Golden Share)	578.928	-	578.928
Total da remuneração aos acionistas no exercício 2018	893.410	(25.018)	868.392
Total da remuneração aos acionistas no exercício 2017	683.050	(23.951)	659.099

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Detalhamento das contas de resultado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os prêmios ganhos, a sinistralidade e o comissionamento para os principais ramos estão demonstrados a seguir:

25.1 Prêmios ganhos - principais grupos de atuação

Controladora e Consolidado								
2018								
	Prêmios emitidos bruto	Comissão de resseguros	Varição das provisões técnicas - Prêmio	Varição das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos	% Sinistralidade	% Comissão
Aeronáuticos	74.711	(6.465)	15.655	(311)	(295)	83.295	141,6%	32,4%
Automóvel	17.355	965	15	(409)	142	18.068	370,8%	-4,8%
Habitacional	54.993	(3.690)	(4.873)	683	(5.552)	41.561	34,5%	8,9%
Marítimos	101.291	(600)	(913)	(1.502)	(114)	98.162	22,0%	12,0%
Nucleares	17.140	21	(633)	-	(211)	16.317	-0,3%	227,4%
Patrimonial	1.256.655	(69.864)	(7.856)	5.832	(4.159)	1.180.608	1,5%	10,8%
Pessoas	294.662	(29.681)	825	(5.415)	3.507	263.898	59,0%	12,6%
Petróleo	537.021	(1.720)	3.555	(500)	226	538.582	11,4%	8,6%
Responsabilidades	150.845	(14.482)	(17.256)	2.401	(143)	121.365	82,5%	-2,1%
Riscos financeiros	309.586	(123.388)	(32.863)	12.430	(13.828)	151.937	0,1%	45,2%
Rural	1.162.711	(296.153)	(92.160)	21.695	(76.497)	719.596	41,0%	28,6%
Transportes	240.261	(32.615)	(29.520)	4.400	2.907	185.433	18,1%	17,8%
Aceitações do exterior	2.584.137	(315.286)	(48.711)	9.789	823	2.230.752	77,4%	15,5%
Sucursais no exterior	159.972	(32.870)	(15.704)	3.666	-	115.064	62,9%	23,0%
Total	6.961.340	(925.828)	(230.439)	52.759	(93.194)	5.764.638	56,0%	18,9%

Controladora e Consolidado								
2017								
	Prêmios emitidos bruto	Comissão de resseguros	Varição das provisões técnicas - Prêmio	Varição das provisões técnicas - Comissão	Outras provisões técnicas	Prêmios ganhos	% Sinistralidade	% Comissão
Aeronáuticos	53.473	(2.577)	37.534	(2.138)	(1.188)	85.104	359,0%	41,5%
Automóvel	24.117	(3.952)	(1.961)	300	(147)	18.357	94,5%	24,9%
Habitacional	63.878	(7.761)	1.070	(576)	(2.101)	54.510	11,5%	14,4%
Marítimos	57.972	(2.955)	16.250	(271)	(3)	70.993	124,6%	11,5%
Nucleares	16.397	1	(2.366)	(1)	-	14.031	45,5%	-190,4%
Patrimonial	1.300.521	(63.337)	(47.996)	6.690	1.108	1.196.986	56,7%	3,4%
Pessoas	291.942	3.751	1.925	(31.184)	(17.659)	248.775	71,7%	8,8%
Petróleo	232.992	2.780	15.576	(5.542)	(15)	245.791	-5,2%	17,3%
Responsabilidades	148.060	(12.025)	(13.723)	1.905	97	124.314	86,4%	2,4%
Riscos financeiros	277.456	(115.823)	(19.150)	17.128	(5.748)	153.863	17,0%	42,8%
Rural	1.057.367	(263.593)	(46.540)	11.219	(34.834)	723.619	50,8%	26,3%
Transportes	186.279	(16.730)	(21.477)	4.090	(3.589)	148.573	91,5%	16,3%
Aceitações do exterior	1.939.174	(216.236)	(160.496)	(1.323)	(19.022)	1.542.097	61,3%	16,7%
Sucursais no exterior	133.666	(23.986)	1.187	(108)	-	110.759	72,1%	18,7%
Total	5.783.294	(722.443)	(240.167)	189	(83.101)	4.737.772	59,0%	17,9%

25.2 Sinistros ocorridos - principais grupos de atuação

Controladora e Consolidado				
2018				
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Varição de IBNR	Sinistros ocorridos
Aeronáuticos	28.927	13.373	99.003	141.303
Automóvel	(32.055)	74	(18.554)	(50.535)
Habitacional	(16.611)	-	1.125	(15.486)
Marítimos	(27.073)	112	4.804	(22.157)
Nucleares	(2)	-	-	(2)
Patrimonial	(463.017)	193.378	117.392	(152.247)
Pessoas	(147.242)	6	(15.470)	(162.706)
Petróleo	(19.944)	-	9.056	(10.888)
Responsabilidades	(54.727)	387	(59.999)	(114.339)
Riscos financeiros	277	10.534	34.837	45.648
Rural	(384.502)	1.813	(23.312)	(406.001)
Transportes	(108.002)	35.703	(12.879)	(85.178)
Aceitações do exterior	(1.594.230)	12.065	(325.489)	(1.907.654)
Sucursais no exterior	(76.650)	138	(3.893)	(80.405)
	(2.894.851)	267.583	(193.379)	(2.820.647)

Controladora e Consolidado				
2017				
	Sinistros diretos	Salvados e ressarcimentos	Varição de IBNR	Sinistros ocorridos
Aeronáuticos	(117.960)	2.209	72.248	(43.503)
Automóvel	(20.178)	564	1.870	(17.744)
Habitacional	(15.986)	-	8.986	(7.000)
Marítimos	(87.322)	44	461	(86.817)
Patrimonial	(507.990)	26.875	42.549	(438.566)
Pessoas	(176.007)	-	(18.313)	(194.320)
Petróleo	(11.631)	-	229	(11.402)
Responsabilidades	(65.755)	17	25.644	(40.094)
Riscos financeiros	(39.852)	30.400	70.547	61.095
Rural	(484.978)	933	(10.021)	(494.066)
Transportes	(121.712)	37.112	16.917	(67.683)
Aceitações do exterior	(725.962)	7.230	(319.503)	(1.038.235)
Sucursais no exterior	(99.276)	124	(6.587)	(105.739)
	(2.474.609)	105.508	(114.973)	(2.484.074)

25.3 Custo de aquisição

	Controladora e Consolidado					
	2018			2017		
	Custo de aquisição	Variação do custo de aquisição diferido	Total	Custo de aquisição	Variação do custo de aquisição diferido	Total
Aeronáuticos	(3.237)	(1.072)	(4.309)	(4.458)	129	(4.329)
Automóvel	(293)	(3)	(296)	(481)	3	(478)
Habitacional	(1.033)	54	(979)	(806)	(16)	(822)
Marítimos	(6.131)	888	(5.243)	(3.429)	(697)	(4.126)
Patrimonial	(17.375)	993	(16.382)	(19.358)	(543)	(19.901)
Pessoas	(2.887)	106	(2.781)	(3.388)	(39)	(3.427)
Petróleo	(20.860)	(175)	(21.035)	(14.763)	(4.103)	(18.866)
Responsabilidades	(2.496)	390	(2.106)	(2.145)	(1.091)	(3.236)
Riscos financeiros	(1.510)	221	(1.289)	(1.126)	(103)	(1.229)
Rural	(2.101)	465	(1.636)	(1.783)	(24)	(1.807)
Transportes	(10.199)	1.697	(8.502)	(9.336)	1.421	(7.915)
Aceitações do exterior	(66.729)	(3.471)	(70.200)	(72.752)	10.612	(62.140)
Sucursais no exterior	(6.605)	643	(5.962)	(6.439)	1.586	(4.853)
	(141.456)	736	(140.720)	(140.264)	7.135	(133.129)

25.4 Resultado com retrocessão

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Receitas com retrocessões (25.4.1)	288.505	252.761
Recuperação de sinistros ocorridos	449.248	437.397
Recuperação de IBNR	(160.743)	(184.636)
Despesas com retrocessões (25.4.2)	(1.736.473)	(1.401.615)
Prêmios cedidos em retrocessão	(1.868.931)	(1.732.243)
Comissão sobre prêmios cedidos em retrocessão	105.999	147.343
Variação das provisões técnicas - prêmio cedido	26.879	178.296
Variação das provisões técnicas - comissão cedida	(420)	4.989
Salvados e ressarcimentos ao retrocessionário	(26.659)	(52.092)
Demais resultados com retrocessão	23.704	12.217
Total de resultado com retrocessão	(1.450.923)	(1.188.729)

25.4.1 Receitas com retrocessões

	Controladora e Consolidado		
	2018		
	Recuperação de sinistros diversos	Variação de IBNR	Recuperação de sinistros ocorridos
Aeronáuticos	(76.115)	(112.710)	(188.825)
Automóvel	5.651	10.258	15.909
Habitacional	(6)	(38)	(44)
Marítimos	15.372	(1.196)	14.176
Patrimonial	312.856	(88.668)	224.188
Pessoas	14.464	(2.458)	12.006
Petróleo	6.370	(3.918)	2.452
Responsabilidades	43.068	47.053	90.121
Riscos financeiros	(9.331)	(28.973)	(38.304)
Rural	28.791	(5.170)	23.621
Transportes	53.189	21.363	74.552
Aceitações do exterior	53.314	(1.813)	51.501
Sucursais no exterior	1.625	5.527	7.152
Total	449.248	(160.743)	288.505

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.4.1 Receitas com retrocessões

Controladora e Consolidado			
2017			
	Recuperação de sinistros diversos	Varição de IBNR	Recuperação de sinistros ocorridos
Aeronáuticos	45.008	(65.946)	(20.938)
Automóvel	4.070	54	4.124
Habitacional	(8)	(187)	(195)
Marítimos	14.893	625	15.518
Nucleares	(136)	(106)	(242)
Patrimonial	198.566	(50.982)	147.584
Pessoas	30.054	1.309	31.363
Petróleo	14.619	1.119	15.738
Responsabilidades	26.990	(10.049)	16.941
Riscos financeiros	(35.626)	(54.429)	(90.055)
Rural	61.819	702	62.521
Transportes	35.379	(17.143)	18.236
Aceitações do exterior	33.665	9.496	43.161
Sucursais no exterior	8.104	901	9.005
Total	437.397	(184.636)	252.761

25.4.2 Despesas com retrocessões

Controladora e Consolidado					
2018					
	Prêmios cedidos em retrocessão	Comissão sobre prêmios cedidos em retrocessão	Varição das provisões técnicas - Prêmio cedido	Varição das provisões técnicas - Comissão cedida	Despesas com retrocessões
Aeronáuticos	(40.615)	(403)	(14.148)	64	(55.102)
Automóvel	(8.639)	115	593	77	(7.854)
Habitacional	(26)	(2)	27	1	-
Marítimos	(55.931)	2.500	1.052	(617)	(52.996)
Nucleares	(17.619)	1.321	759	(57)	(15.596)
Patrimonial	(751.596)	27.952	(10.261)	404	(733.501)
Pessoas	(42.487)	7.187	(2.035)	(1.335)	(38.670)
Petróleo	(471.991)	17.306	5.526	(408)	(449.567)
Responsabilidades	(118.729)	14.992	14.351	(200)	(89.586)
Riscos financeiros	(23.429)	598	7.098	151	(15.582)
Rural	(53.728)	5.858	(10.494)	3.924	(54.440)
Transportes	(99.324)	17.323	9.405	(2.579)	(75.175)
Aceitações do exterior	(156.401)	3.064	15.937	1.958	(135.442)
Sucursais no exterior	(28.416)	8.188	9.069	(1.803)	(12.962)
Total	(1.868.931)	105.999	26.879	(420)	(1.736.473)

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.4.2 Despesas com retrocessões

Controladora e Consolidado					
2017					
	Prêmios cedidos em retrocessão	Comissão sobre prêmios cedidos em retrocessão	Varição das provisões técnicas - Prêmio cedido	Varição das provisões técnicas - Comissão cedida	Despesas com retrocessões
Aeronáuticos	(52.366)	1.466	(8.994)	54	(59.840)
Automóvel	(7.689)	275	1.225	(21)	(6.210)
Habitacional	(518)	140	5	(1)	(374)
Marítimos	(27.165)	432	2.824	332	(23.577)
Nucleares	(15.877)	1.191	2.377	(178)	(12.487)
Patrimonial	(844.911)	53.559	100.809	3.900	(686.643)
Pessoas	(53.836)	11.086	3.812	(365)	(39.303)
Petróleo	(215.475)	7.390	23.163	4.008	(180.914)
Responsabilidades	(122.646)	13.538	20.121	(970)	(89.957)
Riscos financeiros	(17.622)	1.844	(15.571)	1.829	(29.520)
Rural	(150.217)	32.459	23.947	(1.981)	(95.792)
Transportes	(75.068)	9.692	11.876	(1.543)	(55.043)
Aceitações do exterior	(135.755)	8.731	13.483	(806)	(114.347)
Sucursais no exterior	(13.098)	5.540	(781)	731	(7.608)
Total	(1.732.243)	147.343	178.296	4.989	(1.401.615)

25.5 Outras receitas e despesas operacionais

Controladora e Consolidado		
	2018	2017
Participação em resultados operacionais - resseguro e retrocessão	(33.199)	(42.081)
Reversão de provisão para riscos de crédito	51.846	7.936
Recuperação de outras receitas de resseguro	(29.914)	(1.210)
Despesa com inspeção de riscos	(2.262)	(2.124)
Outras receitas e despesas operacionais	(4.763)	(3.731)
	(18.292)	(41.210)

25.6 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal próprio	(101.408)	(145.151)	(106.899)	(145.151)
Serviços de terceiros	(24.648)	(47.248)	(26.308)	(48.171)
Localização e funcionamento	(68.057)	(54.259)	(76.168)	(64.529)
Publicidade e propaganda	(11.567)	(11.528)	(11.567)	(11.528)
Despesas judiciais	(5.006)	(1.216)	(5.006)	(1.216)
Outras despesas	(10.844)	(5.283)	(12.398)	(6.561)
	(221.530)	(264.685)	(238.346)	(277.156)

25.7 Despesas com tributos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
PIS/ COFINS	(106.588) (*)	(46.850)	(108.677) (*)	(51.609)
Outros impostos e taxas	(38.228)	(30.606)	(40.189)	(30.605)
	(144.816)	(77.456)	(148.866)	(82.214)

(*) Inclui Pis e Cofins sobre receita financeira.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.8 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado financeiro proveniente da carteira de investimentos	504.573	723.436	628.435	764.540
Resultado financeiro não proveniente da carteira de investimentos	(189.842)	(75.286)	(180.631)	(78.214)
	314.731	648.150	447.804	686.326

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Receitas financeiras provenientes da carteira de investimentos	1.037.703	1.835.775	1.161.565	1.872.556
Receitas financeiras não provenientes da carteira de investimentos	83.329	120.089	93.349	121.530
	1.121.032	1.955.864	1.254.914	1.994.086

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras				
Despesas financeiras provenientes da carteira de investimentos	(533.130)	(1.112.339)	(533.130)	(1.108.016)
Despesas financeiras não provenientes da carteira de investimentos	(273.171)	(195.375)	(273.980)	(199.744)
	(806.301)	(1.307.714)	(807.110)	(1.307.760)

25.9 Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas (despesas) operacionais diretas resultantes de propriedades para investimento	24.728	(11.361)	77.077	53.805
Ajustes de investimentos em controladas (Equivalência patrimonial)	113.693	66.762	-	-
Provisão para <i>impairment</i> investimento	467	-	467	-
Outras despesas patrimoniais	(4)	(400)	(4)	(400)
	138.884	55.001	77.540	53.405

25.10 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora			
	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da provisão para IRPJ/ CSLL	1.421.297	1.421.297	1.251.676	1.251.676
Alíquotas nominais vigentes	25,0%	20,0%	25,0%	20,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(355.324)	(284.259)	(312.919)	(250.335)
Adições e exclusões permanentes	318.611	118.471	177.848	58.780
Juros sobre capital próprio	61.488	49.190	60.445	48.356
Incentivos fiscais	(1.098)	(879)	(1.810)	(1.448)
Dedução IR corrente incentivos/acertos	5.426	-	6.421	-
Participações societária e sucursais no exterior	126.597	82.700	21.240	16.992
Provisão para perda (plano saúde pré 68)	1.355	813	2.674	3.028
Seguro rural	123.927	-	91.257	-
Ajuste Alíquota CSLL Diferido	-	(12.667)	-	-
Outros ajustes	916	(686)	(2.379)	(8.148)
IR e CS na demonstração do resultado	(36.713)	(165.788)	(135.071)	(191.555)
Correntes	(100.136)	(183.611)	(121.136)	(177.959)
Diferidos	63.423	17.823	(13.935)	(13.596)

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.10 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Consolidado			
	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da provisão para IRPJ/ CSLL	1.472.160	1.472.160	1.271.027	1.271.027
Alíquotas nominais vigentes	25,0%	20,0%	25,0%	20,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(368.040)	(294.432)	(317.757)	(254.205)
Adições e exclusões permanentes	293.947	115.161	168.511	57.474
Juros sobre capital próprio	61.488	49.190	60.445	48.356
Incentivos fiscais	(1.098)	(879)	(1.810)	(1.448)
Dedução IR corrente incentivos/acertos	5.426	-	6.421	-
Participações societária e sucursais no exterior	126.597	82.700	21.240	16.992
Provisão para perda (plano saúde pré 68)	1.355	813	2.674	3.028
Seguro rural	123.927	-	91.257	-
Ajuste Alíquota CSLL Diferido	-	(12.667)	-	-
Outros ajustes	(23.748)	(3.996)	(11.716)	(9.454)
IR e CS na demonstração do resultado	(74.093)	(179.271)	(149.246)	(196.731)
Correntes	(116.419)	(189.499)	(131.745)	(181.851)
Diferidos	42.326	10.228	(17.501)	(14.880)

Lei nº 13.169/2015

Em 6 de outubro de 2015, a Medida Provisória nº. 675 foi convertida na Lei nº 13.169/2015, aumentando a alíquota da CSLL para as Instituições Financeiras e empresas a elas equiparadas, definidas no artigo 22, parágrafo 1º, da Lei nº. 8.212/1991, quais sejam, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas.

Dessa forma, a alíquota da CSLL passou de 15,0% para 20,0%, válida a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota retornará a 15,0%.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.10 Imposto de renda e contribuição social

(c) Estimativa de realização dos créditos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	%	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	%
2019	45.509	11%	18.677	5%
2020	94.070	22%	90.716	23%
2021	73.901	18%	70.548	18%
2022	29.524	7%	29.524	8%
2023	29.570	7%	29.570	8%
Acima de 2023	147.180	35%	147.180	38%
Total	419.754	100%	386.215	100%

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas operacionais, taxa de câmbio, volume de operações futuras dentre outras, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

26 Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica.

Os planos oferecidos são os de benefício definido (fechado) e o de contribuição variável (aberto), sendo adotado o regime de capitalização nas avaliações atuariais, para as rendas de aposentadoria.

A Companhia oferece os benefícios descritos na Nota 15.2, sendo eles:

- Custeio integral dos benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte.
- Plano de saúde contributivo para funcionários ativos e aposentados.
- Auxílio funeral.
- Seguro de vida.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de benefícios pós-emprego administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-emprego administrados pelo IRB	
	2018	2017	2018	2017
Taxa real de desconto (*)	4,5%	5,0%	4,5%	5,0%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos	INPC + 4,5% a.a.	INPC + 5,0% a.a.	INPC + 4,5% a.a.	INPC + 5,0% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	Plano A: Não adotada Plano B: 1%	Plano A: Não adotada Plano B: 1%	Plano Médico: Não se aplica Demais Planos: Não se aplica	Plano Médico: Não se aplica Demais Planos: Não se aplica
Projeção de crescimento real do maior salário de beneficiário do INSS	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrandos	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre rotatividade	Plano A: Não adotada Plano B: 3%	Plano A: Não adotada Plano B: 2,5%	Plano Médico: 3% Demais Planos: Não se aplica	Plano Médico: 2,5% Demais Planos: Não se aplica
Fatores de determinação do valor real ao longo do tempo, benefícios do INSS e do plano	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica
Hipóteses demográficas				
Tábua de sobrevivência: Plano Pré-68	Não se aplica	Não se aplica	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10,0%
Tábua de sobrevivência: Demais Planos	PLANO A: AT-2000 suavizada em 10% / PLANO B: AT-2000 M&F (suav. 10%) (D10)	BR-EMSsb (segregada por sexo)	AT-2000 suavizada em 10%	BR-EMSsb (segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	MI 85	MI 85	MI 85	MI 85
Tábua de entrada de invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS

(*) A taxa de desconto foi apurada de acordo com a instrução da CVM 695, sendo utilizada como base a taxa de títulos dos títulos públicos federais (NTN-B) com a indexação e os prazos esperados das obrigações de benefício pós-emprego.

Cabe ressaltar ainda que foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 4 (quatro) anos. A taxa encontrada a título de HCCTR (Health Care Cost Trend Rate) foi de 4,9% a.a., acima do Aging Factor de 2,0% a.a. e da inflação geral de 4,0% a.a.. Tal taxa é aplicada de maneira uniforme ao longo dos primeiros 9 (nove) anos, permanecendo em 1,0% a.a. a partir do 10º (décimo) ano.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.1 Planos de contribuição variável

A Companhia é patrocinadora do plano Previdencial B (Plano de contribuição variável, a partir de 2004). Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia em fundos controlados por agentes fiduciários.

O montante de contribuições pagas pela Companhia, no presente exercício, a alíquotas especificadas pelas regras desse plano pela Companhia foi de R\$ 10.286 (R\$ 5.966 em 31 de dezembro de 2017).

Nessa avaliação atuarial foi apurado um *superávit* técnico de R\$ 51.777 (R\$ 37.132 em 31 de dezembro de 2017) na PREVIRB que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, não foi contabilizado na patrocinadora.

A PREVIRB constituiu em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 1.780 na reserva especial que tem como finalidade registrar o valor a ser devolvido ao patrocinador dos planos de benefícios definidos decorrente de excesso de *superávit*.

Dessa forma, a Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis o referido montante, uma vez que foram atendidos todos os requisitos da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) n° 26, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na destinação e utilização de *superávit*.

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do Plano B no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	87.032	65.653
Custo dos serviços correntes	80	123
Custo dos juros	4.068	2.089
Perda atuarial	29.280	22.784
Benefícios pagos	(6.948)	(3.617)
Valor presente das obrigações atuariais	113.512	87.032

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano B no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Valor justo inicial dos ativos do plano	124.164	103.524
Retorno ocorrido nos investimentos	11.449	9.109
Contribuições do empregador	10.286	5.966
Contribuições dos participantes do plano	10.286	5.966
Benefícios pagos	(6.948)	(3.617)
Retorno sobre os ativos	16.052	3.216
Valor justo final dos ativos do plano	165.289	124.164

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(113.512)	(87.032)
Valor justo dos ativos do plano	165.289	124.164
Situação financeira	51.777	37.132
Efeito do teto de ativos	(51.777)	(37.132)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	-	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.2 Planos de benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido (Plano de Benefícios A e Plano Pré-68) para os empregados que se qualificam. De acordo com esses planos, os empregados têm direito à complementação calculada com base no estipêndio mensal, apurado na data de sua aposentadoria.

Plano A

O montante de contribuições pagas pela Companhia, no presente exercício, a alíquotas especificadas pelas regras desse plano foi de R\$ 32 (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2017).

Foi apurado um superávit técnico de R\$ 823.680 (R\$ 564.132 em 31 de dezembro de 2017) que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, não foi contabilizado na patrocinadora.

A PREVIRB constituiu em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 159.208 na reserva especial que tem como finalidade registrar o valor a ser devolvido ao patrocinador dos planos de benefícios definidos decorrente de excesso de *superávit*.

Dessa forma, a Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis o referido montante, uma vez que foram atendidos todos os requisitos da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) n° 26, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na destinação e utilização de *superávit*.

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do Plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.401.904	1.326.917
Custo dos juros	124.018	132.169
(Ganho) / Perda atuarial	(44.369)	56.852
Benefícios pagos	(110.436)	(114.034)
Valor presente das obrigações atuariais	1.371.117	1.401.904

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano A no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Valor justo inicial dos ativos do plano	1.966.036	1.939.573
Retorno ocorrido nos investimentos	181.288	204.103
Contribuições do empregador	32	19
Contribuições dos participantes do plano	55	82
Benefícios pagos	(110.436)	(114.034)
Retorno sobre os ativos	157.822	(63.707)
Valor justo final dos ativos do plano	2.194.797	1.966.036

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	1.371.117	1.401.904
Valor justo dos ativos do plano	(2.194.797)	(1.966.036)
Situação financeira	(823.680)	(564.132)
Efeito do teto de ativos	823.680	564.132
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	-	-

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir encontram-se discriminados os Recursos Garantidores das Reservas do Plano A da PREVIRB:

	2018	2017
Disponível	52	40
Realizável de investimentos		
Títulos públicos	1.545.597	1.392.241
Créditos privados e depósitos	266.803	356.505
Ações	200.804	47.866
Fundos de investimentos	170.295	182.300
Investimentos imobiliários	84.718	85.387
Empréstimos e financiamentos	5.863	5.569
	2.274.132	2.069.908
Exigível operacional de investimentos		
Outras exigibilidades (IOF) / Aluguéis e Renda	(1)	(1)
	(1)	(1)
Exigível contingencial de investimentos	(26.291)	(25.883)
Recursos garantidores	2.247.840	2.044.024

Plano Pré-68

A Companhia possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios supramencionados, que abrangem 224 integrantes, em 31 de dezembro de 2018 (240 em 31 de dezembro de 2017), sendo 213 aposentados com idade média de 84,62 anos (83,97 anos em 31 de dezembro de 2017) e 11 pensionistas com idade média de 84,36 anos (84,17 anos em 31 de dezembro de 2017).

O montante de benefícios pagos pela Companhia aos participantes/beneficiários no presente exercício, de acordo com as regras desse plano, foi de R\$ 20.715 (R\$ 19.256 em 31 de dezembro de 2017).

Nessa avaliação atuarial, o saldo provisionado foi de R\$ 137.867 (R\$ 138.770 em 31 de dezembro de 2017), em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Cabe esclarecer que o valor do contrato de dívida firmado entre o IRB Brasil RE e a PREVIRB, em dezembro de 2015, para migração da operacionalização de pagamentos dos benefícios previdenciários do plano Pré-68, foi atualizado, atingindo o montante de R\$ 149.951 (R\$ 154.270 em 31 de dezembro de 2017).

Considerando-se que este grupo de participantes integra o Plano A da Fundação, os resultados do Plano Pré-68 poderiam compor os resultados do Plano A, contudo, serão apresentados nesta Nota de forma discriminada apenas para facilitar a compreensão do processo.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do plano de benefício definido no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	138.770	142.609
Custo dos juros	11.923	13.525
Perda atuarial	7.889	1.892
Benefícios pagos	(20.715)	(19.256)
Valor presente das obrigações atuariais	137.867	138.770

A movimentação no valor justo dos ativos do plano no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Contribuições do empregador	20.715	19.256
Benefícios pagos	(20.715)	(19.256)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-

Os valores apurados no resultado de dezembro de 2018 e os valores projetados para o exercício de 2019 são apresentados a seguir:

	2019	2018
Custo dos juros	11.180	11.923
Despesa no final do exercício	11.180	11.923

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir.

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefício definido	137.867	138.770
Valor justo dos ativos	-	-
Situação financeira	137.867	138.770
Restrição do déficit contratado	12.084	15.500
Valor líquido de passivo de benefício definido	149.951	154.270

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.3 Outros benefícios a empregados

Assistência médica e odontológica

A movimentação no valor presente da obrigação do Plano Médico no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	300.100	202.793
Custo dos serviços correntes	117	442
Custo dos juros	25.985	21.811
(Ganho) / Perda atuarial	(9.408)	97.618
Benefícios pagos	(19.049)	(22.564)
Valor presente das obrigações atuariais	297.745	300.100

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano Médico no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Contribuições do empregador	12.857	16.928
Contribuições dos participantes do plano	6.192	5.636
Benefícios pagos	(19.049)	(22.564)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-

Os valores apurados no resultado de dezembro de 2018 e os valores projetados para o exercício de 2019 são apresentados a seguir:

	2019	2018
Custo dos serviços correntes	174	469
Custo dos juros	24.218	22.554
Valor esperado de contribuições dos empregados	(25.387)	(5.636)
Despesa no final do exercício	(995)	17.387

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir.

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(297.745)	(300.100)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(297.745)	(300.100)

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Auxílio funeral

A movimentação no valor presente da obrigação do Auxílio Funeral no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.647	1.464
Custo dos juros	147	149
Perda atuarial	163	83
Benefícios pagos	(14)	(49)
Valor presente das obrigações atuariais	1.943	1.647

A movimentação no valor justo dos ativos do Auxílio Funeral no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Contribuições do empregador	14	49
Benefícios pagos	(14)	(49)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-

Os valores apurados no resultado de dezembro de 2018 e os valores projetados para o exercício de 2019 são apresentados a seguir:

	2019	2018
Custo dos juros	164	147
Despesa no final do exercício	164	147

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano (Auxílio Funeral) é apresentado a seguir.

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.943)	(1.647)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(1.943)	(1.647)

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seguro de vida em grupo

A movimentação no valor presente da obrigação do Seguro de vida no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.556	1.322
Custo dos juros	135	138
Perda atuarial	475	295
Benefícios pagos	(287)	(199)
Valor presente das obrigações atuariais	1.879	1.556

A movimentação no valor justo dos ativos do Seguro de vida no exercício atual é apresentada a seguir:

	2018	2017
Contribuições do empregador	287	199
Benefícios pagos	(287)	(199)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-

Os valores apurados no resultado de dezembro de 2018 e os valores projetados para o exercício de 2019 são apresentados a seguir:

	2019	2018
Custo dos juros	154	141
Despesa no final do exercício	154	141

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir.

	2018	2017
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.879)	(1.556)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(1.879)	(1.556)

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26.4 Obrigação total do IRB Brasil RE

A seguir é apresentada a abertura da provisão relativa a benefícios pós-emprego a cargo do IRB Brasil RE entre circulante e não circulante:

	2018	2017
Circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	19.593	20.500
Assistência médica e odontológica	18.679	17.623
Assistência médica e odontológica - provisão para eventos ocorridos e não avisados	365	271
Seguro de vida em grupo	215	176
Auxílio funeral	111	85
	38.963	38.655
Não circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões	130.358	133.770
Assistência médica e odontológica	279.066	282.477
Seguro de vida em grupo	1.664	1.381
Auxílio funeral	1.832	1.561
	412.920	419.189

26.5 Consolidação dos efeitos – Benefício pós emprego

Estão apresentados a seguir os valores consolidados quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no resultado do exercício e no patrimônio líquido – outros resultados abrangentes foram os seguintes:

Total dos valores reconhecidos no resultado do exercício:

	Benefício definido		Outros benefícios		Outras provisões (PEONA)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Custo do serviço	-	-	117	442	-	-	117	442
Custo dos juros	11.923	13.525	26.267	22.098	-	-	38.190	35.623
Contribuições pagas	32	19	10.286	5.966	-	-	10.318	5.985
Outras movimentações	-	-	-	-	92	(151)	92	(151)
Total valores reconhecidos	11.955	13.544	36.670	28.506	92	(151)	48.717	41.899

Total dos valores reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes:

	Benefício definido		Outros benefícios		Outras provisões (PEONA)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
(Ganhos) perdas atuariais	7.889	1.892	(8.770)	97.996	-	-	(881)	99.888
Outras movimentações	(3.416)	(17.586)	-	-	-	-	(3.416)	(17.586)
Total valores reconhecidos	4.473	(15.694)	(8.770)	97.996	-	-	(4.297)	82.302

26.6 Análise de sensibilidade

Em consonância com o CPC 33 – Benefícios a Empregados, encontra-se demonstrado a seguir a análise de sensibilidade da Administração em relação as premissas financeiras e atuariais consideradas críticas:

Sensibilidade na taxa de desconto

PLANO A	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	Taxa nominal (*)	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
	Obrigações de benefício definido	1.594.658	1.439.536	1.307.983	1.195.529
	Impacto com o cenário principal	223.538	68.417	(63.136)	(175.590)
PLANO B	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	Taxa nominal (*)	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
	Obrigações de benefício definido	118.085	114.892	112.254	110.049
	Impacto com o cenário principal	4.573	1.380	(1.258)	(3.463)
PRE 68	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	Taxa nominal (*)	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
	Obrigações de benefício definido	151.951	142.299	133.672	125.928
	Impacto com o cenário principal	14.084	4.432	(4.195)	(11.939)
Plano de Saúde	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	Taxa nominal (*)	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
	Obrigações de benefício definido	349.698	313.586	283.177	257.343
	Impacto com o cenário principal	51.952	15.839	(14.569)	(40.403)
Auxílio Funeral	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	Taxa nominal (*)	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
	Obrigações de benefício definido	2.365	2.210	1.943	1.829
	Impacto com o cenário principal	422	266	-	(115)
Seguro de Vida	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	Taxa nominal (*)	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
	Obrigações de benefício definido	2.096	1.947	1.815	1.699
	Impacto com o cenário principal	217	68	(64)	(180)

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sensibilidade na tábua de mortalidade – BR-EMS 2015

PLANO A	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	Taxa nominal (*)	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
	Obrigação de benefício definido	1.666.710	1.498.111	1.356.022	1.235.260
	Impacto com o cenário principal	295.590	126.992	(15.097)	(135.859)
PLANO B	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	Taxa nominal (*)	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
	Obrigação de benefício definido	118.184	114.972	112.319	110.102
	Impacto com o cenário principal	4.672	1.460	(1.193)	(3.410)
PRE 68	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	Taxa nominal (*)	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
	Obrigação de benefício definido	161.126	150.347	140.760	132.195
	Impacto com o cenário principal	23.259	12.480	2.893	(5.672)
Plano de Saúde	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	Taxa nominal (*)	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
	Obrigação de benefício definido	372.306	332.344	298.901	270.648
	Impacto com o cenário principal	74.560	34.598	1.155	(27.098)
Auxílio Funeral	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	Taxa nominal (*)	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
	Obrigação de benefício definido	2.296	2.136	1.864	1.748
	Impacto com o cenário principal	352	193	(80)	(196)
Seguro de Vida	Taxa real	3,0%	4,0%	5,0%	6,0%
	Taxa nominal (*)	7,1%	8,2%	9,2%	10,3%
	Obrigação de benefício definido	2.198	2.037	1.895	1.769
	Impacto com o cenário principal	319	158	16	(110)

(*) Considera inflação.

Seção F – Políticas contábeis

27 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

27.1 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da entidade consolidada, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "ajustes acumulados de conversão".

27.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "empréstimos", no passivo circulante.

27.3 Ativos financeiros

27.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos, quando utilizados, também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive créditos e débitos das operações com resseguros e retrocessões, títulos e créditos a receber, depósitos judiciais e fiscais e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os prêmios fracionados são contabilizados como prêmios a receber, no ativo circulante, e baixados de acordo com os recebimentos das parcelas.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

27.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no exercício em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

27.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

27.3.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um exercício subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

27.4 Classificação de contratos de resseguro

Os contratos da Resseguradora são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expirem. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte.

Desta forma, o contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele é definido como uma operação em que um emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso de ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente.

27.5 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

(b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

27.6 Imobilizado

Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004, com base em laudos de peritos independentes. De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não foram efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a) - %	Anos
Edificações	4,0	25
Móveis e utensílios	10,0	10
Equipamentos de informática	20,0	5
Veículos	20,0	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente de forma integral ou parcial se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

27.7 Propriedades imobiliárias de investimento

A Resseguradora detém 100,0% do controle da empresa IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A., que possui certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil. A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o CPC 28 – Propriedade para Investimento) para avaliação destes ativos.

Os ativos imobiliários de investimento de sua subsidiária são depreciados pelo método linear, utilizando como base a vida útil estimada do bem. A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação por 3 anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

27.8 Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

27.9 Provisões**(a) Provisões técnicas**

- A provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos no exercício, de riscos não decorridos dos contratos. Tem por objetivo cobrir as despesas futuras, dentre elas, os sinistros que serão pagos pelo IRB Brasil RE. É apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato. Em complemento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), calculada com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emitidos, sendo apurado a partir de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial.
- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada, diariamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais e jurídica. O saldo da PSL contém o volume referente à provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, descrita abaixo.
- A provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, na data-base de cálculo, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, na data-base de cálculo.
- A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes.
- A provisão para excedentes técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico na operacionalização de contratos.
- Provisão de despesas relacionadas (PDR), referente às despesas próprias com a regulação dos sinistros e a provisão complementar de cobertura (PCC), que deverá ser constituída quando for verificada insuficiência do montante total de passivos da Companhia, no teste de adequação de passivos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Teste de adequação de passivos - TAP (*Liability adequacy test - LAT*)

O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro, em linha com os requisitos do CPC 11 – Contratos de Seguro.

Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se apurada insuficiência, esta deve ser reconhecida na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Os fluxos de caixa foram agregados por grupos de ramos de acordo com suas similaridades, adicionando a discriminação dos contratos em moeda nacional e estrangeira, observadas as divisões entre prêmios registrados e futuros e sinistros passados e futuros.

Para apurar o valor presente dos fluxos de caixa estimados, utilizou-se o desconto financeiro obtido através do modelo de *Svensson* para as curvas de cupom de IPCA, pré-fixada e cupom cambial.

O IRB Brasil RE tem seus produtos do ramo vida estruturados no regime de repartição simples, portanto não foram utilizadas tábuas de mortalidade para projeção de fluxos de caixa.

O modelo de *Svensson* é utilizado frequentemente no mercado econômico para estimação de curvas de juros. Este modelo representa uma extrapolação do modelo de Nelson e Siegel, com a adição de um novo componente exponencial à curva de taxas a termo, considerando dois parâmetros adicionais.

A premissa de sinistralidade utilizada no TAP foi calculada conforme apresentado na nota 25.1, considerando o período de novembro de 2015 a outubro de 2018.

O teste realizado para a data base de 31 de dezembro de 2018 não apresentou insuficiências.

O IRB Brasil RE acompanha periodicamente sua sinistralidade, índice combinado e teste de adequação de passivos visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

(c) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes

As provisões judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno da Companhia, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços. As provisões judiciais de natureza cível operacional, objeto de contestação judicial, são calculadas e contabilizadas, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores desembolsados com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Tais percentuais de probabilidade de perda foram aplicados às contingências cíveis operacionais existentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis consolidadas.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "outros débitos", no passivo não circulante. As contingências de natureza cível estão contabilizadas na rubrica "sinistros a liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada. Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica depósitos judiciais e fiscais, no ativo não circulante e são corrigidos pela taxa Selic.

Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

27.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias trimestralmente, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualmente 25,0% para imposto de renda e 20,0% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos refletem as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

27.11 Benefícios a empregados

A cada trimestre é realizada uma avaliação atuarial para apuração dos montantes a serem contabilizados a título de obrigação de benefícios pós-emprego. Nesta avaliação são determinados também os componentes necessários à aferição das parcelas a serem reconhecidas em Resultados e em Outros Resultados Abrangentes, tais como custos, ganhos e perdas atuariais, juros, dentre outros. Os benefícios pós-emprego do IRB Brasil RE incluem benefícios de aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida, plano médico e auxílio funeral.

(a) Benefícios de aposentadoria

Para os planos de aposentadoria classificados como de benefício definido é utilizado o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações e seus respectivos custos de serviço corrente e passado, quando aplicável.

Para o plano de contribuição variável, administrado pela PREVIRB, a obrigação da patrocinadora é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período, além do risco atuarial atrelado aos benefícios de risco.

A obrigação com benefícios de aposentadoria, quando reconhecida no balanço patrimonial, representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais, pelo custo dos serviços, pelo custo dos juros e pelos benefícios pagos ao longo do exercício.

(b) Outros benefícios pós-emprego

Os planos de saúde, seguro de vida e auxílio funeral preveem a manutenção vitalícia ou temporária, de acordo com o estabelecido na legislação aplicável.

O montante apurado das obrigações relativo a estes planos segue metodologia atuarial semelhante àquela aplicada aos benefícios definidos descritos anteriormente.

27.12 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa detentora de ações, compra ações do próprio capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido da Companhia.

27.13 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica obrigações a pagar, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos adicionais propostos, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis consolidadas, mas antes da aprovação pela assembleia de acionistas, é registrada na rubrica proposta de distribuição de dividendos adicionais, no patrimônio líquido.

27.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida de cancelamentos.

A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Brasil RE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

(a) Prêmios de resseguro

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emitidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguros ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo da vigência do risco.

No caso de contratos de resseguro automáticos o prêmio emitido é considerado da seguinte forma:

- Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.
- Contratos proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Esta estimativa é proporcional ao percentual de participação do ressegurador e ponderada por um percentual de performance estabelecido pela experiência do ressegurador. Estes prêmios são ajustados a cada prestação de contas encaminhada pela cedente, normalmente com periodicidade trimestral.

(b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

27.15 Despesa com sinistros e comissões

As despesas com sinistros são contabilizadas pelo regime de competência e são determinadas com base em conceitos e premissas definidas em nota técnica atuarial, conforme descrito na Nota 27.9(a).

As comissões são diferidas e amortizadas, exceto para as operações de riscos decorridos cujas comissões são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, com base no prazo de vigência dos contratos de resseguro. As comissões relativas a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguro ainda não foram emitidos, são calculadas atuarialmente.

27.16 Demonstração dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo apresentadas em quadro demonstrativo próprio e compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido pelo CPC. São apresentados considerando a possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

27.17 Normas novas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

IFRS 9/CPC 48 - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros que substituiu o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores do IFRS 9. O IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, *impairment* e *hedge accounting*. O IFRS 9 é efetivo para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. Com exceção da contabilidade de *hedge*, é necessária uma aplicação retrospectiva, mas fornecer informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de *hedge*, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

Em setembro de 2016, o IASB emitiu alterações ao IFRS 4/CPC 11 para tratar de questões decorrentes das diferentes datas efetivas do IFRS 9 e do novo padrão de contratos de seguro (IFRS 17). Em dezembro de 2017, a CVM através da Deliberação CVM 788, estabeleceu alterações semelhantes ao CPC 11. A SUSEP, até o momento, não se manifestou acerca do IFRS 9/CPC 48.

As alterações introduzem duas opções alternativas de aplicação do IFRS 9/CPC48 para as entidades emissoras de contratos no âmbito do IFRS 4/CPC 11: uma isenção temporária; e uma abordagem de sobreposição. A isenção temporária permite que as entidades elegíveis adiem a data de implementação do IFRS 9/CPC 48 para períodos anuais com início antes de 1º de janeiro de 2021 e continuem a aplicar o IAS 39/CPC 38 aos ativos e passivos financeiros. Uma entidade pode aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 se: (i) não tiver aplicado anteriormente nenhuma versão do IFRS 9/CPC 48, além dos requisitos para apresentação de ganhos e perdas em passivos financeiros designados como valor justo por meio do resultado; e (ii) suas atividades estão predominantemente relacionadas com o seguro em sua data de relatório anual que precede imediatamente 1º de abril de 2016. A abordagem de sobreposição permite que uma entidade que aplica o IFRS 9/CPC 48 reclassifique da demonstração do resultado para outros resultados abrangentes o valor do resultado obtido no final do exercício das demonstrações contábeis para os ativos financeiros designados, sendo o mesmo que se a seguradora tivesse aplicado o IAS 39/CPC 38 aos ativos financeiros designados.

Uma entidade pode aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. Uma entidade pode começar a aplicar a abordagem de sobreposição quando aplica o IFRS 9/CPC 38 pela primeira vez.

Em 2017, a Administração realizou uma avaliação das alterações ao IFRS 4/CPC 11 na controladora e no consolidado e chegou à conclusão de que em ambos os casos suas atividades estão predominantemente relacionadas com o seguro na data base de 31 de dezembro de 2015. Até dezembro de 2018, não houve mudanças significativas nas atividades da Companhia que exigiram uma nova avaliação. A Administração verificou que o IRB Brasil RE cumpre os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e optou por adiar a aplicação do IFRS 9/CPC 48 até a data efetiva da nova norma de contratos de seguro (IFRS 17). Portanto, o IRB Brasil RE optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 38 aos seus ativos e passivos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018 até a data efetiva do IFRS 17.

O IFRS 9/CPC 48 exige que a classificação de ativos financeiros seja determinada por uma avaliação de modelo de negócios e teste de fluxos de caixa contratuais denominado "*Solely Payment of Principal and Interest*" (SPPI), isto é, ativos financeiros cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros que não passarem no teste de SPPI serão mensurados pelo valor justo através da demonstração de resultados. Para os ativos que passam no teste de SPPI, um teste de modelo de negócios avalia o objetivo de manter o ativo. Uma avaliação do modelo de negócios para ativos financeiros pode ser resumida da seguinte forma:

- (i) Os ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado se forem mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos a fim de coletar fluxos de caixa contratuais (modelo de negócios "*Hold to collect*").

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Os ativos financeiros serão mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes se forem mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros (modelo de negócio "Hold to collect and sell").
- (iii) Os ativos financeiros serão mensurados ao valor justo por meio do resultado se não atenderem aos critérios do modelo de negócios de "Hold to collect" ou "Hold to collect and sell".
- (iv) As entidades também têm a opção de designar um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado se isto elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (inconsistência contábil).

No intuito de gerar comparabilidade entre as empresas seguradoras que adotaram o IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 e o IRB Brasil RE, a Administração, em atendimento aos requerimentos de divulgação adicional dispostos nas alterações do IFRS 4/CPC 11, avaliou todos os seus ativos financeiros, no intuito de identificar aqueles cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

O quadro abaixo demonstra, de forma segregada, o valor justo ao final do atual exercício das demonstrações contábeis e o valor da alteração no valor justo durante esse exercício para os ativos financeiros que passam no teste de SPPI e para os outros ativos financeiros, isto é, ativos financeiros que não dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto, que satisfaça à definição de mantido para negociação do IFRS 9/CPC 48 ou que seja gerenciado e cujo desempenho seja avaliado com base no valor justo.

Valor justo dos ativos financeiros ao final do exercício

	Valor justo em 2018	Variação do valor justo entre 2017 e 2018
Ativos financeiros - SPPIs	10.379.136	42.568
Caixa e equivalente de caixa	43.131	-
Creditos das Operações		
Seguradoras e Resseguradoras	4.688.356	21.835
Títulos de Créditos a receber	277.122	-
Títulos de Renda Fixa - Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro (i)	3.717.852	(3.025)
Notas do Tesouro Nacional	443.848	24.231
Operações compromissadas	414.182	-
Títulos de Renda Fixa - Privados		
Letras Financeiras	25.901	(154)
Títulos de Renda Variável		
Ações de empresas nacionais	82.986	-
Aplicações no Exterior		
Papéis de renda fixa (HSBC)	29.875	(448)
Depósito à prazo fixo no exterior (iv)	640.404	-
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	6.819	83
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies	2.043	11
Short-Term Investments	871	-
Sec Issued by States & Terr.	1.025	7
Corporate Securities	4.721	28
Outros Ativos Financeiros	591.335	(3.936)
Quotas de Fundos de Investimento		
Quotas Fundos Exclusivos	148.742	43
Quotas Fundos Não Exclusivos	38.860	-
Títulos de Renda Fixa - Privados		
Debentures	39.862	(4)
Notas Comerciais	2.506	(1)
Quotas de Fundos de Investimento Imobiliários		
Fundos Imobiliários Não Exclusivos	29.094	1.866
Aplicações no Exterior		
Títulos de Renda Fixa - Públicos	248.840	(4.562)
American Deposits Receipt (ii)	6.553	(1.278)
Quotas de Fundos de Investimentos não Exclusivos	76.878	-
Total	10.970.471	38.632

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para todos os ativos financeiros que passam nos testes de SPPI, a Administração avaliou a exposição ao risco de crédito, incluindo concentrações significativas de risco de crédito. O quadro abaixo contém estes ativos classificados por risco de crédito, bem como os respectivos valores contábeis e, para aqueles que a Administração entende que o risco de crédito é maior do que baixo, também o respectivo valor justo.

Classificação do grau de risco de crédito

	Risco de crédito	Valor contábil em 2018
Ativos financeiros - SPPIs		
Caixa e equivalente de caixa		43.131
Creditos das Operações		
Seguradoras e Resseguradoras		4.434.712
	moderado	253.644
Títulos de Créditos a receber		277.122
Títulos de Renda Fixa - Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro (i)	baixo	3.717.852
Notas do Tesouro Nacional	baixo	443.848
Operações Compromissadas	baixo	414.182
Títulos de Renda Fixa - Privados		
Letras Financeiras	baixo	25.901
Títulos de Renda Variável		82.986
Aplicações no Exterior		
Papéis de renda fixa (HSBC)	baixo	29.875
Depósito à prazo fixo no exterior (iv)	baixo	640.404
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	baixo	6.819
Obligation of U.S. Government Corporations and Agencies	baixo	2.043
Short-Term Investments	baixo	871
Sec Issued by States & Terr.	baixo	1.025
Corporate Securities	baixo	4.721

IFRS 15/ CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substituiu a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Companhia concluiu suas análises e não houve impacto material do IFRS 15/ CPC 47 sobre as demonstrações contábeis.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 16/ CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil" – Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os classificados anteriormente como operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituiu o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Companhia concluiu as análises dos possíveis impactos deste pronunciamento nas demonstrações financeiras, e verificou que a adoção do IFRS 16 não tem impacto significativo nas demonstrações financeiras.

IFRS17 – "Contratos de Seguro" – Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS17 "Contratos de Seguro". O IFRS 17 define de forma clara e consistente as práticas contábeis para todas as seguradoras e resseguradoras, o que irá certamente aumentar a comparabilidade das suas demonstrações contábeis em diferentes países. Estão sendo avaliados os possíveis impactos gerados na aplicação do IFRS 17 nas demonstrações contábeis e nos indicadores de performance das seguradoras e resseguradoras.

O modelo geral do IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual do serviço. Esse valor estimado é então remensurado a cada data-base. O lucro não realizado (correspondente "à margem contratual do serviço") é reconhecido ao longo do

prazo da cobertura contratada. À parte desse modelo geral, o IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo, a abordagem de alocação do prêmio. Esse modelo simplificado é aplicável para certos contratos de seguro, incluindo aqueles com cobertura de até um ano. Para contratos de seguro com características de participação direta, a abordagem da comissão variável se aplica. Essa abordagem é uma variação do modelo geral.

Ao aplicar a abordagem da comissão variável, a participação da seguradora nas mudanças no valor justo dos itens subjacentes é incluída na margem contratual do serviço. Como consequência, as mudanças no valor justo não são reconhecidas no resultado no período em que ele ocorrer, mas ao longo da vida remanescente do contrato.

O IFRS 17 seria aplicável para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 porém o IASB em novembro de 2018 votou a favor da prorrogação da data de implementação da referida norma para 1º de janeiro de 2022. O IFRS 17 pode ser aplicado retrospectivamente, de acordo com o IAS 8 de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, mas ele também tem a previsão da “abordagem retrospectiva modificada” e da “abordagem de valor justo”, dependendo da disponibilidade de informação. A Companhia está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

28 Estimativas e premissas contábeis críticas

Políticas contábeis são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados. Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, provisões técnicas e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrita no item (a), as estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, descritas no item (b), as estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros, descritas no item (c), as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, descritas no item (d), as estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria, descritas no item (e) abaixo.

Alterações em tais premissas, ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos exercícios futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A análise de sensibilidade referente à essa estimativa crítica está demonstrada na nota 2.4.3.

No que diz respeito ao Teste de Adequação de Passivos, as premissas consideradas críticas neste estudo são a estrutura a termo da taxa de juros utilizada para descontar as estimativas correntes dos fluxos de caixa a valor presente e as estimativas de sinistralidade utilizadas para os fluxos de sinistros a ocorrer.

Com base nas informações e experiência da Companhia, a equipe atuarial define premissas que permitem a obtenção da melhor estimativa do passivo a ser contabilizado. Tais estimativas são reavaliadas periodicamente com o objetivo de garantir que, quando da liquidação das obrigações da Resseguradora, estes montantes difiram, o mínimo possível, do ponto de vista estatístico-atuarial, daqueles contabilizados inicialmente.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Resseguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Resseguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Resseguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber.

A Resseguradora segue as orientações do CPC 38 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo da contraparte, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

(d) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota 2.8, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é estabelecido através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia. A nota 6 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

(e) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, invalidez e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada exercício. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa crítica estão divulgadas na nota 26, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

* * *

José Carlos Cardoso
Presidente

Fernando Passos
Vice-Presidente Executivo, Financeiro e de Relações com Investidores

Lúcia Maria da Silva Valle
Vice-Presidente Executiva de Riscos e Compliance

Paulo Daniel Araújo da Rocha
Contador
CRC RJ - 095001/O-5

Rodrigo de Valnisio
Atuário
MIBA 1573

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DO IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas do IRB Brasil RE em 31 de dezembro de 2018. Com base nesse exame e à luz do relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 07 de fevereiro de 2019, é de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2019

ALBERTO BARCELLOS MIRANDA
Presidente em exercício

REGINALDO JOSÉ CAMILO
Conselheiro

LÍSCIO FÁBIO DE BRASIL CAMARGO
Conselheiro

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referente às Demonstrações Contábeis do exercício/2018

O IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB Brasil RE), sociedade anônima, regido pelo seu Estatuto Social e pela legislação vigente que lhe for aplicável, tem por objeto efetuar operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior.

O Comitê de Auditoria do IRB Brasil RE, é órgão consultivo estatutário, constituído em consonância com a Resolução CNSP 321/2015, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração e tem por finalidade: (i) assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização, principalmente no acompanhamento dos princípios e normas contábeis e das demonstrações financeiras da Empresa; (ii) avaliar a efetividade e suficiência do sistema de controles internos e de gestão de riscos; e (iii) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Empresa, além de regulamentos e políticas internas.

O presente relatório, emitido em observância ao artigo 136 da Resolução CNSP 321/2015, apresenta as atividades desenvolvidas no exercício de 2018, relativas ao acompanhamento das ações visando às demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2018.

Como resultado dos trabalhos, foram analisadas as demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2018. A análise baseou-se nas informações recebidas nas reuniões com: (i) a Administração; (ii) auditores externos; (iii) auditoria interna; (iv) responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos; (v) gestor da área contábil-orçamentária; e (vi) demais áreas operacionais e administrativas.

As demonstrações contábeis do IRB, incluídas as notas explicativas, foram auditadas pela empresa de auditoria independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. A Administração do IRB Brasil RE, responsável pela elaboração, apresentação e integridade das demonstrações contábeis da Companhia, forneceu ao auditor independente todos os dados, documentações, informações e condições necessárias para o efetivo desempenho do objeto da prestação de seus serviços. As demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2018 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Código de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Os controles internos e o gerenciamento de riscos têm sido motivo de constante avaliação e acompanhamento por parte deste Comitê, por meio de reuniões periódicas com a Gerência de Compliance; Gerência de Riscos Corporativos; e com a participação da Vice-Presidente Executiva de Riscos e Compliance. A Administração do IRB Brasil RE continuou atuando no aperfeiçoamento do Sistema de Controles Internos e da gestão de riscos, visando torná-lo efetivo e adequado ao atual porte e complexidade dos negócios.

O Comitê manteve com os auditores independentes um canal regular de comunicação para discussão dos resultados da auditoria e de aspectos contábeis relevantes, o que permitiu aos seus membros avaliar a qualidade dos trabalhos realizados e as situações que pudessem afetar a efetividade, a objetividade e a independência da auditoria independente, dando como plenamente satisfatório os trabalhos desenvolvidos.

Em 2018 a Auditoria Interna reformulou sua metodologia para definição de critérios de priorização dos processos auditáveis, havendo a mesma sido revisada e aprovada por este Comitê e submetida à aprovação do Conselho de Administração.

De acordo com as informações prestadas pela auditoria independente, auditoria interna e área contábil, não foi constatado qualquer registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia, que indicasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis.

A Companhia mantém sucursal em Londres e na Argentina, cujas operações iniciaram-se em 2011. Os saldos dessas sucursais compõem os saldos individuais das demonstrações contábeis do IRB Brasil RE, sendo que os mesmos também foram auditados pela PwC.

A auditoria das Demonstrações Contábeis de 31.12.2018 foi realizada pela PricewaterhouseCoopers com eficiência e independência atendendo, em sua totalidade, os termos do Contrato firmado, tendo emitido o relatório de auditoria, datado de 7 de fevereiro de 2019, e apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assim sendo, o Comitê revisou as Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE, findas em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as normas legais, regulamentares e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e entende que estão aptas para aprovação.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2019

Nelson Machado
Coordenador

Adriana Queiroz de Carvalho
Membro

Werner Romera Süffert
Membro

Roberto Westenberger
Membro

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do IRB-Brasil Resseguros S.A., em cumprimento ao disposto no artigo 142, inciso V, da Lei no 6.404/76 e no artigo 31, item V do Estatuto Social da Companhia e considerando o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e o Relatório do Comitê de Auditoria, se manifestou favoravelmente às Demonstrações Contábeis do IRB Brasil RE e ao Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, observados os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações posteriores.

No tocante à Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2018, o Conselho também se manifestou favoravelmente à proposta de dividendos de R\$ 868.392.233,20 (R\$ 2,7975 por ação ordinária e Golden Share), correspondendo a 75% do lucro líquido ajustado. Sendo R\$ 162.077.322,90 (líquido de impostos) já pagos conforme aprovado em 10.10.2018 a título de juros sobre capital próprio, o valor de R\$ 58.855.459,02 (líquido de impostos) a título de complemento de juros sobre capital próprio, a parcela remanescente no montante de R\$ 68.531.296,08 a título de complemento de dividendo mínimo obrigatório (R\$ 0,2208 por ação ordinária e Golden Share), e R\$ 578.928.155,20 (R\$ 1,8650 por ação ordinária e Golden Share) a título de dividendos adicionais propostos.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2019

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS
Presidente

ALEXSANDRO BROEDEL LOPES
Conselheiro

PEDRO DUARTE GUIMARÃES
Conselheiro

WERNER ROMERA SÜFFERT
Conselheiro